

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**De Coroados a Kaingang: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX**

Soraia Sales Dornelles

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção de grau de Mestre em História.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Eduardo Santos Neumann

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

## RESUMO

Esta pesquisa procurou analisar as relações sociais nos encontros estabelecidos entre os indígenas do grupo Kaingang e as frentes coloniais alemãs e italianas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no transcorrer do século XIX e início do século XX. Estes encontros foram pautados por múltiplas facetas de interpretação pelos grupos envolvidos, que buscaram cada um, implementar seus projetos de futuro. Os grupos imigrantes almejavam (re)construir suas vidas no sul do país e, para tanto, precisaram relacionar-se com os indígenas, o que nem sempre ocorreu através da negociação. Embora as relações entre indígenas e colonizadores não tenham se colocado em nível de igualdade e, certamente, isto trouxe conseqüências para os resultados daquela interação, houve lugares intermediários onde a astúcia de personagens intermediários foi possível. O avanço está juntamente em perceber que para além das relações de dominação e resistência houve diferentes usos do poder naquelas situações, onde os acordos foram necessários para a sobrevivência de ambas as partes, marcando a existência de uma complexa dinâmica interna desta sociedade. O modo encontrado para formular as explicações sobre tais realidades foi a busca conjunta por elementos etnográficos e históricos. Procuramos também utilizar as trajetórias ímpares de indígenas que se destacaram naquele contexto, como Luis Antônio da Silva Lima e o cacique Doble, personagens que nos permitiram abordar as relações de contato em um nível aprofundado, mas cada um marcando diferentes situações e posições. Por fim, evidenciamos os contatos entre os Coroados e a colonização italiana, que vinha sendo negada pela historiografia, de modo onde pudemos perceber as formas de sua relação desde os momentos iniciais até a colaboração dos colonos na formação do aldeamento de Cacique Doble.

## RÉSUMÉ

Cette étude visait à analyser les relations sociales établies lors des rencontres entre le groupe des indiens Kaingang et les colonies allemandes et italiennes, dans la province de São Pedro do Rio Grande do Sul, au cours du XIXe siècle et au début du XXe siècle. Ces rencontres ont été basées sur les multiples facettes de l'interprétation par les groupes impliqués, chacun cherchant à mettre en œuvre ses projets d'avenir. Les groupes de migrants ont aspiré à (re) construire leur vie dans le Sud et, par conséquent, ont eu besoin d'entrer en contact avec les Indiens, ce qui n'a pas toujours eu lieu par voie de négociation. Bien que les relations entre les Indiens et les colons n'aient pas été placées sur un pied d'égalité, ce qui a certainement engendré des conséquences dans le résultat de cette interaction, il y avait des endroits où la ruse de personnages intermédiaires a été possible. L'avancée se trouve justement dans la perception, au-delà des relations de domination et de résistance, de différentes utilisations du pouvoir dans ces situations où les accords ont été nécessaires à la survie des deux parties, marquant l'existence d'une dynamique interne complexe de cette société. La méthode utilisée pour formuler les explications sur ces réalités a été la recherche conjointe d'éléments ethnographiques et historiques.

Nous avons également essayé de suivre le chemin d'Indiens qui se sont démarqués dans ce contexte, tels que Luis Antonio da Silva Lima et le chef de la Doble, des personnages qui nous ont permis d'aborder les relations de contact à un niveau profond, mais chacun présentant des situations et positions différentes. Enfin, nous avons souligné les contacts entre les indiens Coroados et la colonisation italienne, qui avaient été effacés de l'Histoire, de façon à percevoir la forme de leurs relations depuis le début jusqu'à la coopération des colons dans la formation du village Cacique Doble.

## AGRADECIMENTOS

A realização de uma dissertação resulta, para além do esforço individual, de diversos apoios e contribuições. A bolsa de estudos da CAPES foi essencial para a realização do curso de mestrado com dedicação integral ao trabalho de pesquisa. Agradeço também à coordenação e aos funcionários do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela atenção e disponibilidade em ajudar sempre que necessário.

Ao professor Eduardo Santos Neumann agradeço especialmente, pela confiança, estímulo e dedicação na orientação do trabalho. A liberdade por ele concedida para as escolhas feitas no percurso também foram significativas.

Ao professor John M. Monteiro agradeço por ter aceito compor a banca de defesa. Também quero agradecer a sua disponibilidade em responder dúvidas quando o trabalho ainda estava em seus momentos iniciais. Ao professor Guillermo Wilde sou grata por ter se disposto a participar da banca final e ter acompanhado esta pesquisa em outros momentos. Ao professor José Otávio Catafesto de Souza agradeço por aceitar compor a banca de defesa e também por ter participado da banca de qualificação, suas sugestões foram muito bem vindas.

À professora Adriana Schmidt Dias, devo fazer um agradecimento especial pela orientação atenta, amizade e apoio, desde o período da Iniciação Científica, que deu origem ao trabalho que agora concluo. Também quero agradecer pela oportunidade por ela concedida para a participação em trabalhos na arqueologia, muito importantes em minha formação. Também a ela devo a oportunidade de desenvolver projetos e vê-los concretizados.

Quero agradecer aos professores das disciplinas que cursei durante o mestrado pois despertaram questões importantes, inquietações e estimularam a pesquisa. Em especial aos professores Adriana S. Dias, Eduardo Santos Neumann e Sérgio Batista da Silva que disponibilizaram espaço para a temática indígena. Também um muito obrigada à professora Maria Aparecida Bergamaschi que possibilitou diversas aproximações com as comunidades indígenas e concedeu a possibilidade de que eu abordasse a temática na Faculdade de Educação.

Também agradeço aos professores da graduação que através de um excelente trabalho me motivaram para a pesquisa e para a docência, através de diversas perspectivas teóricas e metodológicas ofereceram contribuições significativas em minhas escolhas. À professora Silvia Petersen um agradecimento especial por ensinar com tanta dedicação. Ao professor Fernando Seffner por me fazer querer ser professora, mais do que antes. À professora Carla Brandalise pela primeira oportunidade de bolsa de Iniciação Científica. Também quero agradecer ao professor Enrique S. Padrós por ensinar coisas tão duras com um sorriso.

Agradeço a oportunidade dada pela Organização Não-governamental para a Educação Popular de atuar como professora durante os últimos anos, pois o contato com os alunos sempre fizeram com que eu percebesse a importância desta pesquisa. Aos alunos que passaram por lá durante esses quatro anos um especial agradecimento. Sou grata aos professores Bruno Ortiz Monllor, Guilherme Felkl Senger, Telma Almeida e Vander Duarte por compartilharem o sonho de transformar as coisas e a vontade de colocar isso em prática. Também quero lembrar da oportunidade do trabalho na revista do corpo discente do Programa de Pós-graduação em História, AEDOS.

Devo agradecer também aos funcionários dos arquivos e instituições de pesquisa que frequentei no decorrer da pesquisa.

Aos colegas quero dizer que as conversas foram, sem dúvida, essenciais para pensar a importância do trabalho. Sou grata em especial ao Bruno Ferreira, Cássio Pires, Danilo Braga, Gabriel Focking, Juliana Medeiros, Mariana Neumann, Maurício Minuzzo, Miguel Stédile, Roberta Zetel. Suas leituras, indicações bibliográficas e comentários, em tantos momentos foram inestimáveis. Em especial quero agradecer à colega Karina Melo por seu companheirismo em tantas oportunidades, pelas leituras, o compartilhamento de dúvidas e angústias, trabalhos e pela amizade.

Aos amigos queridos que dividiram comigo muito mais que a pesquisa: Ivis, Mari Z., Diogo, Jana, Katia, Mari A., Dé, Vê.

Agradeço o apoio incondicional da minha família, sem os quais nada disso seria possível: ao pai Arrigo, à mãe Cecília, ao irmão Eduardo, à sogra Vera, minhas cunhadas Fernanda e Roberta.

Ao Alemão eu agradeço toda a paciência, o amor, a paixão, as músicas e sorrisos que me fez ter todos os dias.

## SUMÁRIO

<b>Lista de imagens.....</b>	<b>07</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>08</b>
<b>Capítulo 1 – Histórias de contato: Coroados, alemães e luso-brasileiros.....</b>	<b>24</b>
1.1 – Introdução.....	24
1.2 – Histórias de Contato.....	29
1.3 – Sobre os Coroados no século XIX.....	37
<b>Capítulo 2 – A história em <i>As vítimas do Bugre</i>, ou como se fazem bugres na história.....</b>	<b>47</b>
2.1 – Introdução.....	47
2.2 – <i>As vítimas do Bugre</i> .....	51
2.3 – O sequestro da família Versteg.....	55
2.4 – Como se fazem bugres na história.....	68
<b>Capítulo 3 – De cacique subordinado a brigadeiro: uma liderança indígena em destaque no século XIX.....</b>	<b>73</b>
3.1 – Introdução.....	73
3.2 – A ruptura do cacique subordinado Doble com seu principal, o cacique Braga.....	74
3.3 – O cacique mantém-se “constantemente necessário”: as relações com o governo, as colônias e os índios.....	80
3.4 – Significados da liderança indígena no século XIX.....	96
<b>Capítulo 4 - O Campo dos Bugres vira vinhedo: os Coroados e a colonização italiana .....</b>	<b>99</b>
4.1 – Introdução.....	99
4.2 – O contato em evidência: o encontro entre Coroados e italianos.....	102
4.3 – O Campo dos Bugres vira vinhedo.....	105
4.4 – O toldo de Cacique Doble: os Coroados saem das matas.....	107
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>120</b>
<b>Anexo 1 – Tabela.....</b>	<b>122</b>
<b>Fontes e Bibliografia.....</b>	<b>126</b>

## Lista de Imagens

<b>Imagem 1</b> - Carta da Colônia de São Leopoldo.....	31
<b>Imagem 2</b> - Marcas encontradas em flechas e pinheiros indicando a qual chefe pertenciam os mesmos.....	38
<b>Imagem 3</b> - Colares do século XIX.....	45
<b>Imagem 4</b> - Jacó Versteg e sua esposa, Carolina Weirich.....	67
<b>Imagem 5</b> - Mapa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1839.....	74
<b>Imagem 6</b> - Mapa da atuação das lideranças entre os rios Jacuí, Pelotas e Sinos.....	96
<b>Imagem 7</b> - Mapa da localização aproximada dos postos ou aldeamentos Kaingáng no R. G. S. de Basile Becker, 1974.....	108
<b>Imagem 8</b> - Residência e escola dos freis capuchinhos em Conde D'Eu.....	110
<b>Imagem 9</b> - Índios do Toldo do Cacique Doble no início do século XX.....	118

## Introdução

Entre os dias 17 e 19 de abril de 2009 na Comunidade Por Fi, localizada na Estrada do Quilombo, 1015, Feitoria Seller na cidade de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, os índios Kaingang realizaram a *III Feira de Atividades Culturais Indígenas dos Coroados*. Naquele evento, relacionado ao dia do índio no Brasil, foram organizadas oficinas de culinária Kaingang, apresentações culturais de dança e canto, jogos típicos, debates e palestras, atividades de pajelança, queima de ervas medicinais para purificação e expulsão do mal, consultas espirituais. Diversos discursos foram proferidos pelos Kaingang encarregados de apresentar sua comunidade aos não-índigenas. Ao participar de algumas daquelas atividades, observei quais escolhas de resgate foram reforçadas ao longo de minha estada entre eles, as falas diversificadas sobre um mesmo tema, bem como os pontos diferenciados nas explicações sobre essas questões.

Naquele dia, ao serem questionados pela professora da rede municipal sobre o significado do nome da comunidade, Por Fi, argumentou o palestrante que a região era assim chamada devido a esse pássaro, *por fi*, que ali habitava. Um pássaro que não voava, somente quando muito necessário, que lembrava uma espécie de saracura. Tratava-se de um pássaro que avisava aos índios quando os inimigos estavam chegando. Os alemães que, quando ali chegaram, não souberam interpretar e chamaram o lugar de São Leopoldo. Falou, ainda, sobre o passado de confrontos com os imigrantes na região e como via a situação atual, onde querem os Kaingang a garantia de sua parcela de terras, mas ri quando diz que os alemães pensam e temem que eles a almejam do mesmo modo que o fizeram no passado, em sua totalidade.

Um outro indígena disse-nos que poderíamos conversar com os mais velhos e questioná-los sobre os antigos feitos dos Kaingang na região, principalmente sobre o cacique Doble. Este tinha sido, conforme o discursante, um líder muito importante dos Kaingang, que teria conseguido muitas coisas boas para eles. Contou sobre a briga que os caciques Doble e Braga tinham tido e que por isso os Kaingang haviam ido para onde hoje é a aldeia de Cacique Doble. O palestrante insistiu na importância de conhecermos a história desses importantes líderes do seu grupo.<sup>1</sup>

A pretensão de explicar os processos onde se encontram envolvidos os elementos de um grupo, seja em questões políticas, sociais, históricas, educacionais, artísticas ou de direito, é compartilhada por índios e não-índios. A diferença chave está nos modos como a perspectiva

---

<sup>1</sup> Este breve relato é fruto de minha participação em uma atividade de campo proposta pela disciplina de Etnologia Indígena e Arte oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 2009. Deixo claro que este trabalho não possui nenhum tipo de proposta etnográfica, apenas aproveitei a experiência que teve este caráter para dar subsídio à introdução da discussão teórica que pretendo aqui desenvolver.



histórica dos grupos marginalizados socialmente – entre eles os indígenas –, permaneceu encoberta e, muitas vezes, negada pelos interesses dos grupos dominantes. Portanto, há necessidade de (re) afirmação da historicidade dos mesmos, tendo em vista a tendência de apontar os grupos ameríndios como sujeitos incapazes de compartilhar a noção de processo histórico.

No cotidiano dessas populações observamos diversas relações com seu passado, e deste modo, podemos perceber quais elementos deste são materializadas nos seus respectivos discursos. Como no caso da fala acima mencionada onde remeteu-se ao passado de disputas pelo território com os alemães, marcando as diferenças no que diz respeito ao modo de abarcar o espaço: a incompreensão do outro ao chamar o lugar de São Leopoldo ao invés de Por Fi, a título de exemplo; mas também mostrando seu domínio sobre um passado que lhes é comum, uma experiência comum, os conflitos. O interlocutor relacionou isso ao estado atual no tocante ao território, da permanência da disputa, mas o fez de modo a contemplar o processo pelo qual a comunidade passou, isto é, o palestrante historiciza as relações com o espaço além de marcar as diferenças culturais de concebê-lo.

Outro ponto relevante diz respeito à escolha dos Kaingang atuais ao preferirem identificar sua atividade de comemoração do dia do índio com o nome Coroados. Quais os motivos de se estabelecer tal relação? Sabe-se que o etnônimo Kaingang fora aplicado pela primeira vez, em 1882, por Telêmaco Borba segundo a autodesignação dos indígenas que conheceu e dirigiu nos aldeamentos do Paraná. Também foi utilizado pelo Visconde de Taunay no mesmo período.<sup>2</sup> Como veremos posteriormente, foi no século XIX que os contatos se intensificaram entre os Kaingang e as frentes de colonização, entretanto elas ocorreram desde, pelo menos, o século XVII. Assim, os grupos do planalto brasileiro foram identificados sob a definição de diferentes termos, como *Guaianá*, no século XVI, *Pinarés*, *Coáguas* e outros, nos séculos XVII e XVIII, e *Coroados*, *Bugres* e *Botocudos* no XIX (Ribeiro, 1977: 100-110; Becker, 1995: 17).<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> No livro *Entre nossos índios* [1888] (1931), no capítulo *Os índios Caingangs: Coroados de Guarapuava*, o Visconde de Taunay relatou que desde a sua chaga no Paraná lhe chamara a atenção o nome pelo qual eram chamados aqueles índios: Coroados. Considerou-o excessivamente português e questionou: “Como e porque razão tivera esse nome de caráter meramente português a força e valor de eliminar do conhecimento geral a denominação de etimologia indígena e especial, que essa grande tribo devia sem contestação possível, possuir e conservar?” (Taunay, [1888] 1931: 254). Com tal questão em mente, passou a questionar os conterrâneos que nada sabiam a respeito, mesmo os mais anciãos da localidade que há muito diziam conviver com os tais índios. Em 1886, na cidade de Guarapuava, Taunay ouviu “da boca de um índio mais ladino a palavra caingang” ([1888] 1931: 255) e, ao questioná-lo soube que essa era a denominação do grupo e, com isso pretendeu traçar uma genealogia para corrigir o etnônimo. Esses pensamentos ocorreram a Taunay antes de ter sabido da publicação de um Catálogo do Museu Paranaense pelo Museu Nacional em 1882, no qual o sertanista Telêmaco Borba publicou um vocabulário e mitos relatados pelos Kaingang. Esse fato o levou a desistir da empreitada. Telêmaco Augusto Enéas Morosini Borba foi um autodidata, transformando-se no primeiro etnógrafo paranaense. Participou da tarefa missionária dos padres capuchinhos no Paraná, e aos 23 anos foi nomeado para dirigir o Aldeamento Indígena de São Pedro de Alcântara, iniciando suas atividades de sertanista. Ele permaneceu dez anos exercendo tal ofício. Em 1878 fundou o Toldo Indígena de Barreiro, no município de Reserva, tendo sido, no momento subsequente, nomeado como Diretor dos Índios no Amparo, município de Tibagi.

<sup>3</sup> A sociedade Kaingang, ligada à família linguística Jê do Tronco Macro-Jê, é apontada como descendente das populações ceramistas Jê que migraram do Centro-Oeste do Brasil por volta de 2.500 anos antes do presente em direção

O termo *Guaianá*, mais antigo, aplicava-se em tons mais abrangentes, identificado com a diferenciação clássica do indigenismo no Brasil: a distinção antagônica Tupi/Tapuia (Monteiro, 2001). Obviamente, enquadravam-se no segundo grupo: espacialmente, atrelados ao interior do território; simbolicamente, aprisionados ao escrutínio da selvageria sem salvação. Com a ampliação das relações com esses grupos no século XIX, devido à interiorização da colonização, observamos esta modificação quanto às maneiras de se referir aos grupos. Para os Kaingang no Rio Grande do Sul, foi utilizado o termo *Coroados*, que vinculava o grupo a uma característica física: o uso de corte alto nos cabelos, em formato de coroas, conforme informa Alphonse Mabilde (1983: 30-34). Entretanto, o nome *Bugre* foi a expressão capaz de permitir a continuidade das relações maniqueístas entre os Tupi e não-Tupi. A “carapuça” de Bugres representava o selvagerismo, presente em todos aqueles que não queriam deixar as matas; do outro lado, os Guarani, que naquele momento trabalhavam em fazendas ou prestavam outros serviços, pelo que a historiografia sul-riograndense mostrou até o presente, seriam os *mansos* exemplares em vias do desaparecimento em meio ao corpo da Nação.

Com esta breve história da identificação do grupo temos alguns elementos para pensar a escolha dos Kaingang em retomar um nome anterior, marcado por diversas questões preconceituosas e pejorativas. Porém, mesmo assim, retomam esse passado, de modo a nos mostrar como tratam o mesmo: negar o próprio passado é negar a identidade coletiva construída sobre essa base comum, histórica; construída a partir de disputas internas e com o mundo envolvente. Os Kaingang de São Leopoldo já foram *Coroados*. E de alguma forma ainda são. O que os diferencia? A história que seguiu aos confrontos do século XIX, onde o grupo se ressignificou e resistiu para contar sua história ao presente. Como ocorre com todos os homens, o passado constitui a matéria da qual os povos constroem suas identidades e projetam suas expectativas de futuro.

A etnologia do século XX tratou de construir imagens coerentes da religião, cultura e organização social dos Kaingang valendo-se de documentos de épocas distintas. A antropologia produziu “tradições” a partir da necessidade de demarcar fronteiras inequívocas entre grupos étnicos. Exemplo disto observa-se na construção de uma cosmovisão religiosa e sociológica em

---

à região Sul, parte meridional de São Paulo e o leste da província de Misiones na Argentina (Mota, 2008:30). Esta migração mostrou-se decorrente de um aumento populacional naquela região. A ramificação lingüística Macro-Jê originou as línguas Kaingang e Xokleng. A organização social Kaingang segue os padrões dos demais grupos Jê do Brasil e tais semelhanças também se mostram na produção da cultura material (Francisco, 2006:48). Assim, a denominação Kaingang refere-se concomitantemente e de forma genérica à população e à língua por ela falada. Neste trabalho optamos por utilizar o etnônimo *Coroados* para fazer referência a este grupo, de modo a evidenciar também a historicidade das formas de identificação do mesmo. Nenhum pesquisador investigou a historicidade dos etnônimos dos Jês no sul do país. Foram, nos três estados, utilizados etnônimos surgidos no final do século XIX para explicar histórica e antropológicamente as experiências dos Kaingang e Xokleng antes daquele momento, onde estiveram em uso as expressões *Coroados* e *Botocudos* para designá-los, respectivamente. Como não tive a oportunidade de verificar se para o caso dos Xokleng ocorreu o mesmo que com os Kaingang, que só passaram a ser conhecidos por esse etnônimo a partir do final do XIX, resolvi utilizar para eles o etnônimo contemporâneo. Esta escolha teórica será debatida em seguida.

torno dos mitos narrados a Telêmaco Borba na década de 1880.<sup>4</sup> A realidade, por outro lado, mostra-se distinta: cheia de espaços intermediários, margens de ação, permeabilidade. E é justamente o vazio de informações históricas sobre as populações indígenas no século XIX e princípio do XX que tem possibilitado e reforçado a estratégia metodológica do “salto temporal” pela antropologia, que tende a teorizar sobre a mesma forma os indígenas no período colonial, imperial e do presente. Quer dizer, estes grupos são tomados como uma totalidade cultural homogênea e estática, cujos personagens permanecem a margem da História capazes de petrificar a si próprios enquanto entidades culturais. Ou pelo menos, capazes de compor um núcleo cultural irreduzível. Tanto a história quanto a antropologia “do século XX, têm imposto sobre as fluidas realidades locais da época uma série de cortes territoriais, cronológicos e étnicos, reforçando um imaginário que corresponde mais às aspirações ordenadoras das modernidades nacionais que às práticas e pontos de vista dos atores em questão” (Wilde, 2009: 30-31).

Este trabalho busca compreender o processo pelo qual os índios Coroados e as frentes coloniais européias e nacionais compartilharam experiências comuns e distintas entre os anos de 1824 e 1925. Nosso intuito é apontar qual tipo de experiência deriva deste encontro, e sua diversidade de respostas por esses grupos. Também procuramos tratar do vazio territorial enquanto criação historiográfica e enquanto realidade empiricamente construída. Além de marcar trajetórias específicas naquele contexto, como as de Luis Antônio da Silva Lima e a do Cacique Doble. A proposta de escrever uma história Kaingang no século XIX foi aos poucos mostrando a complexidade das relações sociais vivenciadas naquele contexto. Apresentaram-se redes de relações magnificamente envolventes e culturalmente relacionadas e contrapostas, mas, mesmo assim, capazes de se interpenetrar e produzir novos significados e personagens socialmente relevantes a título explicativo daquele mesmo contexto. Por fim, não seria possível tratar essa narrativa como uma história “meramente” Kaingang, pois estes nunca estiveram sozinhos e isolados, mas uma história social do sul do Brasil. Todavia, essa pesquisa busca, claramente, dar distinção aos indígenas como protagonistas históricos tão importantes quanto quaisquer outros.

---

<sup>4</sup> Conforme Sérgio Baptista da Silva, a marca principal do grupo Kaingang encontra-se em uma concepção cosmológica dualista, na qual a fertilidade coloca-se nas relações estabelecidas entre universos contrários (2002: 189). Deste modo, “Todos os seres, objetos e fenômenos naturais são divididos em suas categorias cosmológicas, uma ligada ao gêmeo ancestral Kamé, e a outra vinculada ao gêmeo ancestral Kainru. (...) pares contrastantes marcam este dualismo, cuja abrangência engloba todo o cosmo, incluindo, entre outros, os elementos classificatórios no âmbito da natureza e de sua exploração, as relações entre os homens, a organização social e ritual do espaço, a cultura material, as representações sobre características físicas, emocionais e psicológicas, as diferenciações de papéis sociais e os padrões gráficos representados em vários suportes” (2002: 190). Esta perspectiva também pode ser encontrada em ROSA, Rogério Réus Gonçalves da. *A temporalidade kaingang na espiritualidade do combate*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 1998; SILVA, Sérgio Baptista da. *Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais*. Tese de Doutorado, USP, 2001; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil meridional (1808-1889). In: *Pesquisas*, 56, 2000; TOMMASINO, Kimiye. A ecologia dos Kaingang da bacia do rio Tibagi. In MEDRI, Moacir E. et al. *A bacia do rio Tibagi*. Lonfrina: M.E. Medri, 2002. VEIGA, Juracilda. A guerra como elemento constitutivo da socialidade dos Jê meridionais. In: *Linguas e culturas Macro-Jê*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

\* \* \*

A partir de 1824 a imigração alemã e, posteriormente, em 1875, a italiana estabelecidas no Rio Grande do Sul se sobrepõe ao território tradicional de ocupação dos índios Coroados. As relações proporcionadas neste contato pertencem a uma lógica de interação comum ao século XIX, onde os espaços globais ficaram mais restritos, impossibilitando o isolamento de comunidades de distintos costumes. Dentro desta expansão capitalista global construiu-se a noção dos vazios territoriais, visando a incorporação de novas áreas produtivas sustentadas no discurso da improdutividade do modo de vida das sociedades tradicionais. Na lógica dos vazios territoriais este processo é tido como harmonioso e pacífico (Mota, 1994:09).<sup>5</sup>

No século XIX, a questão indígena no Brasil esteve ligada à expropriação das terras tradicionais. Áreas de colonização antigas contrastam com frentes de expansão novas. Nas fronteiras do império, ainda em ampliação, tratava-se de alargar os espaços transitáveis e aproveitáveis. Nas zonas de povoamento mais antigo, como no caso do litoral, tentou-se restringir o acesso à terra e converter em assalariados uma população independente – libertos, índios, negros e brancos pobres. Buscava-se transformar o índio em cidadão pela lógica do trabalho: em campesinato, relacionado a uma necessária revitalização do Brasil agrário pós-abolição.<sup>6</sup> Portanto, a partir de 1808, colocou-se a questão indígena como um problema fundamentalmente de terras e com tal parâmetro estabeleceu-se um conjunto de políticas gerais a serem adotadas. Estas foram acompanhadas pelo debate da possibilidade de extermínio dos chamados índios “bravos” – solução predileta entre os colonos – ou se seria melhor “civilizá-los”, incorporando-os na sociedade como mão-de-obra (Cunha, 1992: 133-134).

Este discurso sustentou o pensamento de Francisco Adolfo de Varnhagem (1816-1878), apontado como o pai da historiografia brasileira, ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que deveria criar a história da jovem nação. O IHGB representava a opinião da elite intelectual do período: valorizava o caráter positivo da colonização enquanto elemento essencial para a modernização da nação (Reis, 1999: 25). A ideologia corrente perpetuava o indígena como um componente da natureza, externo à sociedade. Enquanto elemento hostil da

---

<sup>5</sup> Conforme Manuela Carneiro da Cunha (1992: 18), os vazios territoriais significam “a associação de práticas somadas: a eliminação física e étnica, e sua eliminação como sujeitos históricos”.

<sup>6</sup> Neste período o palco das discussões das políticas indigenistas é reduzido: “Se durante quase três séculos ela oscilava em função de três interesses básicos, o dos moradores, o da Coroa, e o dos jesuítas, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, a distância ideológica entre o poder central e o local encurta-se na proporção da distância física. (...). Os grupos indígenas, sem representação real em nível algum, só se manifestam por hostilidades, rebeliões e eventuais petições ao imperador ou processos na Justiça. Assim, a questão indígena acaba sendo função apenas da maior ou menor centralização política do momento, e a desenvoltura do poder local aumenta na razão direta da distância da corte” (Cunha, 1992: 16).

natureza o indígena também precisa ser dominado em nome e benefício da civilização. Esta posição é assumida pelo Cônsul italiano de Porto Alegre, Henrique Ciapelli que relata, em 1903, ao colocar suas impressões sobre a colonização italiana: “Numa palavra, é uma nova Itália em miniatura que nasceu em lugares onde, até 30 anos atrás, não havia senão índios e uma grande quantidade de jaguares, panteras e pumas (uma espécie de leão)”. Também está presente nas palavras do Presidente da Província Antônio Borges de Medeiros durante a inauguração da Exposição Colonial Italiana de Porto Alegre em 1925: “(...) as inúmeras dificuldades enfrentadas na selva selvagem, (...) abrindo picadas, afugentando o gentio, perseguindo as feras” (Gardelin; Costa, 1999: 15).

No sul do Brasil, a presença ameríndia foi sendo minimizada dentro de uma política de atração de imigrantes estrangeiros. Observa-se, por exemplo, as diversas experiências vivenciadas como consequência da colonização européia sobre os territórios tradicionais de povos Jê. Como apontam as obras de referência sobre a temática (Santos, 1973; Mota, 1994; Becker, 1995; Francisco, 2006; Wittmann, 2007) a empreitada colonial propiciou a sobreposição de grupos étnicos diferentes sobre o mesmo território, calcadas na defesa da idéia de vazios demográficos. Com o aval da ideologia corrente, de ultrapassar esta *barreira natural* ao desenvolvimento, iniciou-se o extermínio destes grupos, criando, desta vez, verdadeiros vazios espaciais.

Em Santa Catarina, a colonização alemã representava de um negócio rentável e disputado por empresas especializadas e a presença indígena aniquilava os projetos de tal empreitada. Desta forma construiu-se uma propaganda baseada na “minimização da presença indígena” (Santos, 1973: 55). O cercamento dos espaços Xokleng, necessários a sua sobrevivência, acarretaram a reação contra esta invasão territorial por parte dos brancos através das “correrias” ou “assaltos”.<sup>7</sup> Ao perderem as expectativas de recuo indígena houve diversas tentativas de organização local (provincial) para proteger a “propriedade colonial” (Santos, 1973: 67; Wittmann, 2007: 41).

Naquele momento, surgiu a figura mais representativa da situação, o “bugreiro”, isto é, um “profissional” especializado na matança de índios; uma profissão reconhecida pela comunidade e remunerada por ela. As tropas possuíam uma organização própria, que através de verdadeiras expedições de guerra, empenhavam-se também na pilhagem e apresamento de crianças e mulheres. A comunidade imigrante fez amplos esforços para justificar suas estratégias de defesa territorial difundidas pela imprensa local, mas pouco esforço fez para compreender as razões indígenas dos ataques. “O índio ontem, como hoje, era um desconhecido que a maioria da população não desejava conhecer” (Santos, 1973: 109). Em *O vapor e o botoque*, Luisa T. Wittmann (2007) apresenta ainda outras dimensões decorrentes da situação de contato entre os Xokleng e os imigrantes alemães. Em

---

<sup>7</sup> Os termos “correria”, “assalto” e “sequestro” foram largamente utilizados para a nomeação das ações indígenas perante às colônias, sendo constantes nas fontes analisadas. Neste trabalho eles serão utilizados livremente, pois mesmo contendo tons pejorativos, dão conta de reportar aos fatos ocorridos e, ao mesmo tempo, a forma como foram interpretados no momento mesmo em que ocorreram. O mesmo tratamento será conferido aos termos “tribo”, “toldo”, “horda” e “taba” recorrentes nos documentos do período analisado.

seu estudo, a autora trata, como Santos, da violência compartilhada pelos grupos envolvidos, mas destaca as trajetórias diferenciadas pelos quais personagens históricos ímpares trilharam naquela situação, reconstruindo suas identidades. A autora aponta, de maneira semelhante ao que observo no Rio Grande do Sul, como a história indígena Xokleng é invisibilizada em detrimento de um modelo empreendedor e satisfatório europeu (2007: 19).<sup>8</sup>

No Paraná, observa-se uma situação similar na qual os Kaingang também foram obstáculo à expansão. Em *As guerras dos índios kaingang: a história dos índios Kaingang no Paraná (1769 – 1924)*, Lúcio Tadeu Mota (1994) desenvolve um quadro explicativo do sistema de defesa Kaingang (ataques) dentro de uma lógica de resistência planejada em busca de sua sobrevivência. “A história dos Kaingang no Paraná confirma essas análises. Foram eles capazes de resistir e sobreviver à violência da expansão capitalista do século XVIII até fins do século XX, lutando em defesa de seus territórios, de sua cultura e de sua auto-identificação” (1994: 96). O autor mostra como foi construída a idéia de vazio demográfico para a região na qual trabalha: vazio criado pela expulsão ou eliminação das populações indígenas que, desse modo, são colocadas à margem da história” (1994: 15). Valendo-se da cartografia regional, Mota mostra a participação dos geógrafos na construção do vazio demográfico. Do mesmo modo, trata da contribuição da sociologia e da historiografia para confirmar as intenções do Estado quanto às terras “livres para ocupação” paranaenses. Para Mota a presença indígena no Paraná é evidenciada por ampla quantidade de fontes arqueológicas e históricas (relatos de viajantes, relatórios dos presidentes de província, etc.) e trabalhos etnológicos.

No Rio Grande do Sul, as interferências nos territórios dos índios Coroados, bem como em sua forma de organização pela população europeia, se intensificam no século XIX sob duas formas: “a colonização alemã e italiana a partir de 1824 e 1875, respectivamente, e a catequese instalada entre eles pelos jesuítas por volta de 1848” (Becker, 1995: 15). A imigração alemã ocorreu no período entre 1824 e 1889, cujos assentamentos foram designados pelo governo em boa parte em terras tradicionais Kaingang. Sobre elas nasceram colônias como as de São Leopoldo, Feliz, Mundo Novo, Bom Princípio, São Pedro de Alcântara de Torres, Três Forquilhas, entre outras (Becker, 1995; Marcon, 1994). Segundo Becker, vendo seus territórios ameaçados, atacaram os colonos alemães, entretanto, a vingança também era uma das motivações para a guerra dos grupos Kaingang, não somente contra populações estrangeiras, mas também contra outros grupos índios.

---

<sup>8</sup> Luisa T. Wittman apresentou em seu livro um interessante trabalho de retomada de fontes utilizadas pela historiografia e antropologia catarinenses no qual pôde respaldar antigas interpretações e avançar em discussões a cerca das especificidades do contexto colonial daquele estado. De modo semelhante, neste trabalho coube proceder da mesma forma tendo em vista o uso dos relatos de Alphonse Mabilde, de quem trataremos adiante detalhadamente, bem como das interpretações do mesmo por Ítala B. Becker como base constitutiva do que se tem escrito sobre os Kaingang no Rio Grande do Sul até o presente, principalmente no que diz respeito ao contato com os alemães.

Para Becker, o ataque ao elemento colonizador apresenta-se como uma atitude “alicerçada no fator subsistência” (1995: 292) advinda do passado cultural do grupo.

Devido a esta situação de guerra não declarada aos indígenas, associado ao contexto posterior à Guerra dos Farrapos de estagnação econômica, o governo provincial pautou medidas para solucionar os problemas na região de colonização, por ser este um negócio extremamente rentável no período. Segundo Marcon (1994) estas disputas tiveram grande repercussão no Brasil e no exterior, pois as firmas estrangeiras de imigração, através da imprensa, tiveram notícias da falta de amparo aos imigrantes. Ilustra esta questão a proibição, em 1859, pelo governo da Prússia, da imigração para o país (Marcon, 1994: 67). Um dos projetos governamentais para minimizar os confrontos entre índios e brancos foi a formação de aldeamentos. Os aldeamentos assinalaram o envolvimento dos indígenas na abertura de estradas e a retaliação de suas terras para posterior colonização destas pelos europeus. Os aldeamentos também deveriam garantir a incorporação desse contingente na produção provincial através do projeto de catequização religiosa. A ação missionária agia como moderadora na luta entre índios e brancos, entretanto, ocasionava novos elementos de conflito ao impor valores religiosos, como o caso da monogamia.

Entre 1848 e 1850, o governo imperial implantou três aldeamentos no Rio Grande: aldeamento da Guarita, fundado com os índios do cacique Fongue; aldeamento Nonohay, o qual deveria concentrar índios do cacique Nonohay; e por último, o aldeamento do Campo do Meio, fundado nas terras do cacique Braga (Becker, 1995: 18-20). Os aldeamentos deveriam garantir a expansão da frente colonizadora, evitando que as novas levas enfrentassem os percalços observados nas experiências anteriores. Como, por exemplo, a guerra de extermínio desencadeada pelos estancieiros e pecuaristas no Paraná tratada por Mota, e os conflitos entre colonos alemães e os Coroados na região de São Leopoldo. É neste contexto que a corrente migratória italiana veio para o Rio Grande do Sul. O governo imperial brasileiro obteve grande receptividade da Itália recém formada quando decidiu “povoar as terras incultas e devolutas do sul do país” (Frosi; Mioranza, 1975: 14) iniciando os fluxos migratórios para a província oficialmente em 1875. O principal intuito do governo brasileiro com a imigração era garantir a mão-de-obra às lavouras de café de São Paulo, já que se enfrentava uma “crise de braços” decorrente do término do tráfico atlântico. Uma menor parte destes imigrantes foi destinada ao Rio Grande do Sul, mas seus números são significativos. “Entre 1875 e 1914, a província, e depois estado do Rio Grande do Sul recebeu 84 mil imigrantes, cifra maior do que a imigração alemã no período de 1824 a 1939, que fora de 75 mil colonos” (Kuhn, 2004: 96).

As 32 léguas de terras destinadas pelo governo a estes imigrantes, ditas devolutas, isto é, de propriedade do governo, ou despovoadas, localizam-se na região nordeste do Estado, mais precisamente na Encosta Superior da Serra, entre o rio das Antas e as colônias alemãs do baixo

Taquari e a bacia do rio Caí, conhecida por Serra Gaúcha. Ainda em 1870 foram fundados os primeiros núcleos de colonização italiana: Colônia Dona Isabel e Colônia Conde D'Eu, atuais Bento Gonçalves e Garibaldi, respectivamente. Em 1875, foi fundada a Colônia de Caxias, hoje Caxias do Sul, em um local anteriormente chamado Campo dos Bugres devido à presença de habitantes nativos.

\* \* \*

A perspectiva adotada nesta pesquisa leva em consideração a historiografia brasileira que, nas últimas décadas, buscou incorporar aos seus objetos de estudo grupos sociais antes marginais, entre eles os povos indígenas.<sup>9</sup> Da mesma forma, a antropologia tem ocupado alguns espaços de discussão conhecidos tradicionalmente como pertencentes à história. Os novos trabalhos contribuem não apenas por “preencherem lacunas e omissões legadas pelos historiadores e antropólogos de gerações anteriores, como também envolve a discussão crítica das formas pelas quais o passado indígena tem sido abordado desde os tempos coloniais” (Monteiro, 1998: 221-222).<sup>10</sup> Neste contexto, o meio acadêmico estabeleceu um renovado diálogo entre antropologia e história, buscando estudos que oferecessem o contraponto de dinâmicas locais e regionais para repensar a questão indígena, antes vista de forma estruturalista e generalizante. No entanto, esta queda de barreiras entre as disciplinas mostra-se mais simples em níveis teóricos que metodológicos. Porém, este processo de renovação é possível através de novos objetos e enfoques que relativizem antigas categorias provenientes de uma etnologia exotizante, na qual os agentes sociais dominantes impuseram sua taxonomia como verdadeiramente representativa da sociedade.

---

<sup>9</sup> Entre estes trabalhos destacam-se: FARAGE, Nádia. *As muralhas dos Sertões: os povos indígenas do rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC, 2003; CARVALHO Jr., Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 2005; NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005; WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007; GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

<sup>10</sup> As perspectivas anteriores viam com pessimismo o futuro das sociedades indígenas, fundamentadas em conceitos, sobretudo do século XIX: “A tese da extinção, sustentada por sucessivas correntes do pensamento social brasileiro e reforçada, mais tarde, pelas teorias que orientavam a antropologia do país, encontrava na história uma sólida base de apoio (...). São bem conhecidas as conseqüências deste suporte teórico para a política indigenista no país: posto na prática, redundava no deslocamento de populações, na imposição de sistemas de trabalho que desagregavam as comunidades, na assimilação forçada, na descaracterização étnica e, em episódios de triste memória, até na violência premeditada e no extermínio físico” (Monteiro, 1998: 221-222). Também corrobora para esta invisibilidade dos povos indígenas na história a imagem antropológica construída durante períodos de maior baixa demográfica daquelas comunidades, contrastando com a complexidade apontada pela arqueologia para períodos mais remotos, ou para períodos posteriores, onde houve crescimentos destes grupos, bem como a ampliação de sua participação na cena política (Hecknberger, 2001: 22; Hill, 1992: 11).



Trata-se de uma luta de classificação onde os colonizadores observaram e construíram as realidades ameríndias a semelhança de suas próprias concepções sociais, políticas e culturais (Boccaro, 2003: 63-93) O resultado desta perspectiva encontra-se na possibilidade de perceber as agências históricas indígenas como resultado de negociações, usos de estratégias políticas, improviso, onde as estruturas sociais estiveram móveis, ambíguas e conflituosas, mas nada estáticas ou passivas.

Na dinâmica dos processos de interação entre grupos distintos são dadas respostas criativas na tentativa de (re)elaboração do universo em jogo. Como mencionado, no processo da expansão capitalista ocidental, inexistente uma lógica cultural autônoma, isto é, que não se pautou por parâmetros exteriores, e deste modo, as dinâmicas locais se reestruturaram enquanto resposta a este sistema. Esta diversidade de respostas é tomada como objeto de estudo por Marshall Sahlins<sup>11</sup> para quem “a cultura é alterada historicamente na ação”, onde os grupos sociais têm suas histórias construídas ininterruptamente, tanto em seu interior, quanto entre as sociedades. Nenhum grupo manteve-se completamente isolado, de modo a não compartilhar da experiência da interação. A partir destas considerações Sahlins afirma que “as categorias culturais são submetidas a riscos empíricos (...), o sistema é no tempo, a síntese da reprodução e da variação” (1997: 07-10). Neste sentido, a funcionalidade das categorias é constantemente reavaliada, conforme as relações estabelecidas e as diferenças de significação colocadas em dada situação. Assim, as relações simbólicas de ordem cultural constituem um objeto histórico.<sup>12</sup>

Tais considerações ampliam a discussão quando tratamos das relações colocadas entre os Coroados e as frentes imigrantes no sul do Brasil, posto que os grupos tiveram que modificar seus parâmetros conceituais e culturais em torno de uma situação comum. Esta perspectiva coloca o contato interétnico como uma possibilidade de criarem-se diferenças a partir de experiências compartilhadas, onde ele apresenta-se como ordenador e organizador dos grupos sociais. Embora os grupos em contato quase nunca compartilhem o mesmo prestígio perante o Estado, não há possibilidade de haver descaracterizações em sentido único. “Assim, os brancos são vistos não somente como os agentes da mudança, mas também como se transformando eles próprios no

---

<sup>11</sup> Sobre esta temática encontra-se referência em *Metáforas históricas e realidades míticas* (1981); *Ilhas de História* (1997); *Cultura na Prática* (2007).

<sup>12</sup> Observo aqui uma aproximação dos conceitos thompsonianos, pelos quais, a cultura não se mostra estática (Thompson, 1998). Para uma abordagem completa dessa problemática, que diz respeito à própria concepção de história, ver E. P. Thompson (1981), Marshall Sahlins (2003). Sahlins nos apresenta que o problema encontra-se, justamente, na dificuldade de entender a relação entre conceitos culturais e a experiência humana, isto é, “a existência de estruturas na história e enquanto história”. (1981:181) Esse mesmo ponto é entendido por Thompson como lógica da história, que é justamente, não apresentar uma única lógica, constitui-se e significa-se enquanto elástica e com padrão próprio, adequada a particularidade de seus próprios fenômenos, que estão sempre em movimento, aproximando-se, assim, do conceito de Sahlins de estrutura da conjuntura. Conforme Thompson (1981:97): “(...) a história como processo, como acontecer inacabado e indeterminado – mas não por isso destituído de lógica racional ou de pressões determinantes – nos quais as categorias são definidas em contextos próprios mas sofrem continuamente uma redefinição histórica, e cuja estrutura não é pré-fornecida, mas protéica, mudando constantemente de forma e articulação – (...)”. Ou ainda, conforme Sartre (apud Thompson op cit, p. 48): “A história não é ordem. É desordem: uma desordem racional. No momento mesmo em que matem a ordem, isto é, a estrutura, a história já está a caminho de desfazê-la”.

processo de contato” (Namem, 1994:08). As trocas entre os grupos foram capazes de enriquecer as auto-concepções que se apresentavam, sem que esse “poder cultural de inclusão” deflagrasse qualquer incapacidade de manutenção de fronteiras (Sahlins, 2007: 518).

A questão é que, no caso dos indígenas, as modificações de cunho cultural são tomadas quase sempre como *aculturação*, onde tais modificações descaracterizariam aqueles enquanto grupo étnico. Isto decorre do fato de serem os brancos os definidores conceituais e históricos, amparados pelo Estado Nacional. Deste jogo de definições é que surge a invisibilidade de um grupo social, neste caso dos Kaingang. Esta interpretação por parte da sociedade envolvente, que tentava naquele momento, eliminar ou incorporar os indígenas, mostrava-se conveniente, de modo a legitimar o processo de expropriação dos territórios tradicionais. Estas foram e são concepções convenientes, pois “para aqueles que lutam por suas terras (...) mantêm-se *fechados* à sociedade nacional, o rótulo é o da autenticidade étnica. Entretanto, para aqueles grupos indígenas que buscam garantir seus direitos, (...) falando o português e interagindo-se da política do país, o rótulo permanece ligado à idéia de *aculturação*” (Francisco, 2006:81).

A partir destas considerações, a compreensão do contato interétnico posto entre os Coroados e os imigrantes alemães e italianos pode ser tomada enquanto um processo de construções interligadas e contínuas. Neste processo tem-se um encontro em diferentes níveis entre os sujeitos enquanto partícipes de uma visão comum da realidade. Há, portanto, uma distinção entre os fenômenos enquanto experiências vividas e as interpretações e esquematizações de tais fenômenos por uma dita elite intelectual.

Neste trabalho, houve uma preocupação em abordar as trajetórias de dois personagens em particular: Luis Antônio da Silva Lima e o cacique Doble. Deste modo, uma questão de cunho teórico desperta nossa atenção: a da relevância do indivíduo perante o coletivo. Conforme os apontamentos de Carlo Ginzburg (2006: 11): “A escassez de testemunhos sobre o comportamento e as atitudes das classes subalternas do passado é com certeza o primeiro – mas não o único – obstáculo contra o qual as pesquisas históricas do gênero se chocam. Porém é uma regra que admite exceções”. Para ele os estudos sobre as classes menos favorecidas terminariam também condenando-as – como ocorre com o método quantitativo - a permanecerem no silêncio histórico, mesmo que não mais ignoradas. Quando a documentação apresenta, portanto, a oportunidade de “reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais” – e assim é no caso desta pesquisa – não mostra-se um “objetivo de pouca importância estender às classes mais baixas o conceito histórico de *individuo*” (2006: 20) [grifo do autor].

Esse modo de operar a narrativa histórica não cai obrigatoriamente dentro do conceito de *histoire événementielle*, fruto da desvalorização da história factual pela escola dos Annales.<sup>13</sup> Assim, tanto Ginzburg quanto Marshall Sahallins (2007) concordam que dados biográficos podem levar a conclusões interessantes sobre certo grupo social num determinado período histórico. Conforme Sahalins (2007: 320):

Veza por outra as oposições ontológicas são respaldadas por contradições ideológicas. As contradições surgem da disputa pelo predomínio moral na política e das atitudes diante do **positivismo**. A história factual é condenada como **meramente política**. Singularmente interessado nos feitos da elite, como se fossem os únicos a causar movimentos e abalos, esse tipo de história traz em si uma idéia hierárquica da sociedade – com seu culto ao poder, sua idealização do Estado e sua implicação de um futuro, assim como de um passado, encarnado pelos dirigentes. Já as histórias estruturais, ao privilegiarem os fenômenos de massa, gerais e institucionais, podem pretender-se populares, ao menos comparativamente. Isso equivale a dizer que a história factual é **meramente política**, mas a história estrutural é verdadeiramente política. É irônico que, numa era em que nada consegue escapar de ser político, em que tudo o que se diz tem valor em termos de poder, tido como o seu significado – a exemplo dessa própria crítica da história factual –, é irônico, dizia eu, que ela seja criticada como *meramente política*. [grifos do autor]

Os eventos representam, portanto, uma diferença. Este é reconhecido pela alteração que se segue na ordem existente, seu caráter político perpassa qualquer pretensão de não sê-lo, independentemente da posição social que o indivíduo ocupa. Como já apontou Pierre Bourdieu (1986) há armadilhas intrínsecas a idéia da biografia compreendida como uma “história de vida”, linear e supostamente coerente. Assim, em contraposição a esse modo de conceber a biografia, optamos pelo conceito de “trajetória” apontado por Bourdieu, “como uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (1986: 189). Desse modo, ao analisar a experiência de Luis Antônio da Silva Lima e do cacique Doble devemos levar em conta não as suas biografias como *locus* de averiguação de determinados comportamentos ou expressões de certa cultura ou, ainda, de atitudes imaginadas para determinado momento histórico. O que procuramos com suas trajetórias foi a reconstrução, mesmo que parcial, do campo onde suas experiências puderam emergir e tomar forma através de relações objetivas que colocaram estes agentes históricos em contato com outros envolvidos naquele contexto.

\* \* \*

Ao tratar das populações Ameríndias, os historiadores deflagram-se com a escassez de registros escritos produzidos por tais grupos sociais, derivado do caráter oral de suas culturas.<sup>14</sup> A

---

<sup>13</sup> Para uma breve história da escola dos Annales ver BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1997.

<sup>14</sup> Este problema fundamental é compartilhado por àqueles pesquisadores que pretendem dar voz aos grupos subalternos na sociedade (Perrot, 1988; Ginzburg, 2006; Thompson, 1998).

solução corrente é recorrer aos documentos produzidos pelas pessoas que, direta ou indiretamente, tiveram contato com eles.<sup>15</sup> É necessário enfrentar o problema posto pela documentação. Deste modo, torna-se imprescindível um tratamento específico a tais fontes, para que se possa retirar delas informações que se coloquem além dos preconceitos do período de sua produção. Luisa Wittmann chama a atenção para as minúcias que a documentação possui: uma leitura nas entrelinhas pode revelar, em meio aos discursos etnocêntricos, muitas surpresas não limitadas ao universo dos produtores dos documentos. Ter sido escrita por brancos não impede a fonte de trazer dados para além da sua cultura. Esta corresponde a uma metodologia que revela as intenções dos indígenas diante do colonizador-escritor (2007: 24).

Deste modo, observam-se como as problemáticas das pesquisas em história indígena, bem como suas soluções, compartilham as considerações de Carlo Ginzburg em seu artigo *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (1989). Conforme nos aponta o autor: “o rigor flexível (...) do paradigma indiciário mostra-se inelimitável (...). Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição” (2007: 179).

Deste modo, minha trajetória nesta pesquisa demonstra como tais colocações fazem-se presentes no trabalho do historiador. Quando da escrita do Projeto de Mestrado, em 2008, a proposta era evidenciar a existência do contato entre os indígenas e os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Iniciado o levantamento de fontes no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul com documentos referentes à burocracia provincial deflagrou-se a dificuldade em encontrar naquelas, referências às populações indígenas e aquele outro grupo étnico. Iniciou-se, assim, um trabalho investigativo que, levou em conta outras possibilidades como as histórias municipais e as histórias de famílias italianas no estado. Ainda assim, as fontes contatadas sugeriam a confirmação da inexistência do encontro. Partimos, então, para uma busca mais localizada: Arquivos e Museus Municipais da zona de colonização italiana, com destaque para o Arquivo Público João Spadari Adami, no município de Caxias do Sul, que por sua vez nos remeteu ao Acervo dos padres Capuchinhos no mesmo município e este, por fim, nos levou ao Acervo dos padres Capuchinhos em Porto Alegre. Nestes arquivos analisamos mapas estatísticos da chegada dos imigrantes, jornais,

---

<sup>15</sup> Ou ainda nas palavras de Carlo Ginzburg (2006: 13): “Precisam então servir-se sobretudo de fontes escritas ( e eventualmente arqueológicas) que são duplamente indiretas: por serem escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante”. Aqui se apresenta a hipótese do autor na qual “os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam”. Desta deformação e/ou imperfeição pode surgir a hipótese que nega a possibilidade de uso deste tipo de documento. Entretanto em sua defesa Ginzburg afirma: “Mas não é preciso exagerar quando se fala em filtros e intermediários deformadores. O fato de uma fonte não ser objetiva (mas nem um inventário é objetivo) não significa que seja inutilizável. Uma crônica hostil pode fornecer testemunhos preciosos sobre o comportamento de uma comunidade camponesa em revolta. (...) Mesmo uma documentação exígua, dispersa e renitente pode, portanto, ser aproveitada” (2006: 16)[grifos do autor].

documentos oficiais, relatos de memorialistas, revistas e cartas. Este conjunto de fontes nos permitiu observar a existência do contato, até então negado, entre a população indígena e a frente colonial italiana, bem como a pluralidade de resultados decorrentes do mesmo.

A busca por evidenciar o contato entre os Coroados e italianos proporcionou que nos déssemos conta da incompletude das tentativas de análise, feitas até o presente momento, sobre os conflitos postos entre alemães e indígenas e da ligação de tal conflito com o processo concomitante de aldeamento dos mesmos durante o contexto em questão.<sup>16</sup> O que ficou claro foi a abundância de fontes localizadas e disponíveis durante todo o período (sem que haja grandes cortes temporais abruptos): trata-se de relatos de viajantes e sertanistas; memórias de imigrantes e suas famílias; jornais e revistas; relatórios de presidentes de província, ofícios e cartas governamentais. Outro aspecto foi o caráter diversificado das fontes; diferentes níveis textuais – onde houve leituras e releituras com o passar do tempo –; documentos escondidos que obliteravam o desejo, principalmente dos imigrantes, de uma história que devia ser ocultada: dado os níveis de acesso complexos que as omitiram. Cada uma dessas fontes exigiu considerações metodológicas específicas. O tratamento dado a um relato de viajante não é o mesmo dado – e não possibilita as mesmas pressuposições – que um documento burocrático. É sabido que a imprensa como fonte de informação histórica possui um estatuto diferenciado de tomá-la como fonte de pesquisa histórica (Elmir, 1994: 21-22).

Também utilizamos os relatos de diferentes observadores colocados espaço-temporalmente na situação a ser estudada.<sup>17</sup> Este tipo de documento tem sido utilizado de forma contínua pelos que

---

<sup>16</sup> No Rio Grande do Sul, o trabalho de Ítala Basile Becker, *O índio Kaingang no Rio Grande do Sul*, publicado pela primeira vez em 1975 pela revista do Instituto Anchieta de Pesquisas da UNISINOS, e editado no formato de livro em 1995, pode ser considerado a “pedra fundamental” que versa sobre os índios Kaingang neste estado. Muitos aspectos deste trabalho permanecem emblemáticos no que diz respeito às formas que se estruturaram os discursos sobre esse grupo indígena: uma imensidão de informações e dados etnohistóricos que jamais foram capazes de serem tomados em conjunto possibilitando uma análise conjuntural/estrutural da história Kaingang. Excetuando-se algumas transformações quanto à falência de modelos explicativos baseados no conceito de aculturação e assimilação – digo, essas transformações são mais presentes em meios acadêmicos que no senso comum – as inferências de Becker continuam repletas de significados no presente. Do início da colonização européia nas Américas até o século XVIII, a história Kaingang permanece escassa para não dizer inexistente. Isto pode ser tomado como reflexo da contínua insistência dos pesquisadores quanto à imprecisão dos poucos documentos que tratam do grupo para o período. Entretanto esses documentos não são tão escassos ou imprecisos assim. Referências aos grupos Jê podem ser observadas nos documentos mais conhecidos do período colonial brasileiro, como a célebre *Notícia do Brasil* de Gabriel Soares que fala dos Guaianá, iniciando a distinção desse grupo relacionada aos grupos Tupi. No Rio Grande do Sul, data de 1630 a primeira tentativa de reduzir os Kaingang na missão chamada Conceição, mas que não prosperou. Segundo Francisco S. G. Schaden (1963, fonte de Becker), essa redução teria alcançado o número de, pelo menos, 3000 indivíduos. Quanto ao século XX, a autora mostra-se amplamente influenciada por uma visão positivista das ações governamentais sobre as populações indígenas. Assim, vê no SPI e na FUNAI similaridades de perspectiva quanto ao tratamento aos indígenas e, além disso, compartilha o pensamento comum aos anos 1970, em que este trabalho foi produzido, o caráter pessimista quanto ao futuro dos grupos indígenas no Brasil (1995: 21). Posteriormente a Ítala, houve as tentativas de Luís Fernando da Silva Laroque (2000) e, mais recentemente de Aline Francisco (2006) que, talvez, por terem feito seus trabalhos na mesma escola onde Ítala é fundadora – o Instituto Anchieta de Pesquisas –, tenham repetido o tipo de análise da mesma, embora avançassem no que diz respeito à análise do papel das lideranças indígenas no século XIX e do papel econômico dos aldeamentos para a província.

<sup>17</sup> Como os escritos de Pierre François Alphonse Mabilde e do Frei Bruno de Gillonnay. Os breves apontamentos biográficos a seguir foram feitos com a intenção de salientar o alcance de seus empenhos etnográficos e históricos.

desejam fazer história Kaingang. Metodologicamente sempre reforça-se a necessidade de não tomar as informações sobre os sujeitos que se deseja obter informações de forma inocente. Trata-se do que se costuma chamar de etnohistória, uma metodologia que busca nos instrumentos da antropologia, uma forma de escrever a história dos povos ágrafos. Assim, as informações deixadas por cronistas, missionários, funcionários públicos e viajantes teriam o mesmo papel que possui o informante para os etnólogos. Desse modo, estes materiais necessitam de severas críticas internas e externas, decorrentes de interpretações preconceituosas que estão colocadas nas observações que se fazem sobre uma cultura a qual não se pertence. Conforme Bruce Trigger (1982: 09): “além da habilidade de um bom historiador convencional, [necessitam] um sólido conhecimento de etnografia se querem ser capazes de avaliar as fontes e interpretá-las com um entendimento razoável das percepções e motivações do povo envolvido”.<sup>18</sup>

Neste estudo utilizamos os trabalhos dos memorialistas, que diferentemente da documentação anteriormente referida, apresenta um distanciamento entre os fatos e os acontecimentos. Neste caso, os cuidados devem ser redobrados, pois dados podem ter uma origem mais próxima ao desejo e a fantasia de seus produtores do que realmente se passou. Entretanto, boa parte das informações podem ser confirmadas através do cruzamento com outros documentos – os oficiais, por exemplo – a fim de validar as interpretações. Através de tais obras poderemos apreender grande parte das experiências pessoais de personagens de destaque por sua atuação naquele contexto ora por apresentarem-se como lideranças, ora por terem se tornado importantes interlocutores entre os universos que se cruzavam.

\* \* \*

---

Alphonse Mabilde veio da Bélgica depois de complicações políticas e exilou-se no Brasil, tendo chegado ao Rio Grande do Sul em meados de 1833. Produziu um amplo levantamento hidrográfico como funcionário do Império, e já em 1834 começou a coletar dados sobre os índios Coroados (por conta própria). Chega a nós por três publicações: duas no Anuário do Rio Grande do Sul, nos anos de 1897 e 1899, e uma organizada por suas bisnetas (*Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul: 1836-1866*, além de uma coletânea de cartas (D'Angelis, 2006: 01). Como as notas publicadas no Anuário e as reeditadas no livro de 1983 não possuem diferenças ou modificações, optei por utilizar o livro como referência, por facilitar o trabalho de leitura e análise. Já o Frei Bruno de Gillonnay, foi diretor da Missão dos padres capuchinhos em Conde d'Eu, redigiu textos e cartas. Estes documentos estão publicados na revista *Le Rosier de Saint François D'Assise* e também em *A igreja e os capuchinhos do Rio Grande do Sul: correspondência -1895-1909* (2007). É importante destacar que esses não foram os únicos textos produzidos sobre os indígenas em destaque naquele período, mas foram os que de forma mais significativa serviram de alicerce ao que se produziu até o presente. Note-se ainda que, os produtores deste documentos possuíam origem européia, pois haviam participado do processo de imigração do século XIX e, deste modo, podem ser analisados muito mais do que por sua produção sobre os índios, mas em suas próprias experiências do contato via imigração.

<sup>18</sup> O método etnohistórico pressupõe o entrelaçamento teórico e metodológico de disciplinas tendo como horizonte a construção da história indígena através de uma análise de fontes mais arrojada, na qual conceitos, como o de cultura, são levados em consideração. Sobre esse tema ver: ROJAS, José Luis de. *La etnohistória de América: los indígenas, protagonistas de su historia*. [Seleccionado por Guillermo Wilde]. Buenos Aires, SB, 2008.

O Capítulo 1 trata do contexto de contato entre os Coroados e os imigrantes alemães, abordando as formas como as relações entre eles foram modificando-se, pouco a pouco. Buscamos retratar as formas estruturais que estiveram em jogo naquele momento, como os ataques mútuos que estes grupos empreenderam, as relações amistosas e as divergências quanto aos seus interesses. Também houve a preocupação em apontar como o governo provincial mobilizou-se para organizar, ao mesmo tempo, as frentes coloniais e a questão da ocupação dos Coroados no mesmo espaço, através da formação de aldeamentos e abertura de estradas. Procuramos destacar como viviam os indígenas Coroados no momento do contato, para a partir da situação de contato compreender as transformações que foram necessárias em sua organização social.

A seguir, apresentamos o Capítulo 2 onde poderemos observar as trajetórias de alguns personagens em especial, que podem dar conta de nos levar a aprofundar as especificidades e sentidos daquele contexto conflituoso. Através da análise dos assaltos e da experiência do sequestro nos aproximamos ao máximo dos significados particulares dessas vivências. Com a análise da trajetória de Luis Antônio da Silva Lima pelos distintos universos em que circulou, pudemos problematizar algumas categorias e significados do contexto de encontro.

No Capítulo 3 tratamos da trajetória e influência do cacique Doble. Utilizamos sua experiência em particular, para dar sentido e significado às redes de relações complexas que analisamos, principalmente nos meios políticos, onde governo, religiosos, colonos e indígenas demarcaram suas posições em detrimento de interesses conflitantes. A escolha desta liderança se deveu ao conjunto maior de fontes disponíveis para tal empreitada, sua atuação na região de colonização em questão, bem como pela sua importância para o grupo indígena, no passado e no presente.

Por fim, no Capítulo 4 buscamos evidenciar a presença indígena quando da chegada de imigrantes italianos no final do século XIX e início do XX. Nessa parte do trabalho buscamos apresentar como se forjou a invisibilização de um grupo étnico em detrimento de outro, respaldado pelo sistema vigente. A preocupação foi em apontar que o contato entre índios e europeus, no Rio Grande do Sul, não se restringiu aos primórdios da colonização do Brasil, mas que também manteve-se durante o período mais recente. Também tratamos da formação do aldeamento de Cacique Doble, que teve como contexto os percalços da imensa diminuição dos espaços coroados na passagem do século, mas que mostrou as formas dos indígenas manterem suas referências.

## Capítulo 1 – Histórias de contato: Coroados, alemães e luso-brasileiros

### 1. Introdução

Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no início do século XIX, os Campos de Palmas, Nonoai, Vacaria e de Cima da Serra eram mantidos sob o domínio dos índios do grupo Coroados, ou Bugres como eram chamados, que praticavam ataques aos brancos, principalmente aos tropeiros, conforme relatos de viajantes que por ali passaram (Nicolau Dreys, [1839] 1927; Auguste de Saint-Hilaire, 1935; John Luccock, [1820] 1935). Mas é definitivamente o início da colonização alemã nas áreas próximas ao rio dos Sinos e Caí, oficialmente, no ano de 1824, e a fixação de fazendeiros de origem luso-brasileira nos campos de Cima da Serra, no mesmo período, que coloca em evidência histórica a presença e ação dos indígenas naquela região. Isso se dá pelo fato de esta ocupação do território institucionalizar um problema que se apresentava, anteriormente, apenas em níveis privados, isto é, referente às comitivas de tropeiros. A ação dos Coroados tratou-se de uma prática que se alterou e adaptou ao longo do tempo, mas manteve, por outro lado, lógicas anteriores daquele grupo. As suas lideranças foram capazes de conduzir seus grupos através dessas práticas, mas também dando lugar ao surgimento de novos personagens naquele contexto.

Tenhamos como ponto inicial desse capítulo a sobreposição em termos territoriais, culturais e políticos dos povos Coroados e alemães no Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, durante o final do primeiro quartel do século XIX. Daí para diante o contato tornou-se inevitável, bem como os efeitos que se fizeram sentir de forma gradual uns sobre os outros. Das primeiras formas de aproximação entre ambos, desde a observação até o instar-se de um estado de medo compartilhado, que passou a ser fruto de combates reais. Buscaremos explicar as motivações que levaram esses indivíduos às mais complexas situações, que surgiram desta sobreposição de mundos tão distintos. Naquele momento, a questão sobre a presença indígena nas terras disponíveis para o povoamento e colonização do Império era apresentada em diversos meios de discussão e, a partir disso, os colonos empenharam-se em *resolver o problema*. Quais as formas encontradas pelos imigrantes alemães para solucionar essa questão? Seria ela distinta da política central do período?

Essas problemáticas foram amplamente discutidas por John Monteiro (2001) e seus apontamentos podem, aqui, encontrar um novo local de afirmação de sua interpretação. Nos discursos da intelectualidade brasileira do século XIX, preocupada com a construção da Nação, as narrativas do contato eram sempre aquelas que enfatizavam a violência e/ou a selvageria do agente indígena, discurso capaz de justificar as ações de colonização daquele período. O contato entre índios e colonizadores constituía-se como um fenômeno pertencente ao passado remoto, do qual já haviam se construído as mais diversas fábulas. Quer dizer, o encontro dos indígenas com novos



desbravadores, no século XIX, não era respaldado por um discurso romântico, mas sim, relacionado com uma emergente ciência das raças que buscava legitimar práticas não tão “civilizadas” assim. Somava-se a isso, a permanência do clássico binômio Tupi/Tapuia que, naquele momento, passava a constituir as bases do discurso da identidade da nação brasileira. Aos Tupi coube o vínculo com o povo brasileiro, fruto da mestiçagem com os colonizadores portugueses e o legado de suas heranças culturais com destaque à língua e, assim, tratavam-se de índios vinculados a um remoto passado (2001:170-172). Distintamente, aos Tapuias relegou-se a carapuça de inimigo, “o traiçoeiro selvagem dos sertões que atrapalhava o avanço da civilização” (2001: 172) e, portanto, parte do presente da jovem nação que via em sua obstinação em resistir o maior dos empecilhos.

O que o autor nos mostra é a diversidade de discursos sobre como o Brasil deveria lidar com os indígenas, tanto no passado quanto no presente, ao identificar que as discussões acerca da construção da nação brasileira iniciam-se antes mesmo da independência com relação a Portugal e que, no século XIX, esse debate tornava-se cada vez mais pertinente. Desde aquele momento, já se podia observar o quão cara é a problemática indígena para pensar o Brasil. No Rio Grande do Sul do século XIX, os Coroados foram personagens constantes nos discursos e discussões sobre o futuro indígena dado o estado de enfrentamento e negociação que articularam com os mais distintos grupos sociais. Entretanto, na historiografia priorizou-se tratar dos confrontos de modo a justificar certas ações violentas ou restritivas. Como afirmou Monteiro, a violência explícita encontrava-se ancorada numa pintura dos indígenas “como animais sanguinolentos, totalmente arredios aos avanços dos brancos”, que de outra forma, encobriam as realidades locais muito mais complexas. “Assim, no caso dos Kaingang e Xokleng do Paraná e Santa Catarina, por trás dos assaltos aparentemente vingativos e irracionais praticados pelos índios estava uma certa articulação com a expansão da colonização” (2001: 155-156). Para o caso aqui tratado, o que se pode afirmar é que com o passar do tempo, os dois blocos, colonizadores e indígenas, por assim dizer, passam a ser menos homogêneos – se é que um dia o foram –, dando espaço a diferentes posturas com relação ao outro, mostrando as dinamicidades dos processos de influências culturais.

De diversas formas observamos como a questão dos indígenas no Rio Grande do Sul despertava o interesse intelectual da época. Este é o caso do primeiro prefeito de Novo Hamburgo, Leopoldo Petry, influente político da região colonial alemã que também era escritor e jornalista, tendo escrito diversas obras sobre a colonização e seus eventos mais extraordinários, dentre os quais, a história de Maria Bugra nos interessa em particular,<sup>19</sup> na qual o autor narra o famoso

---

<sup>19</sup> Dentre as obras mais significativas de Leopoldo Petry estão *Die Mucker* (1940) e a posterior versão em português *O Episódio do Ferrabrás: Os Mucker* (1957); *História da colonização alemã no Rio Grande do Sul* (1930); *O município de Novo Hamburgo – monografia* (1940); e, por fim, o artigo *Maria Bugra* publicado em forma de folheto no jornal *O 5 de abril* que circulava em Novo Hamburgo, sendo o referido autor um dos fundadores do jornal que tem a data da emancipação do município como nome. Petry também foi prefeito da cidade entre 1927 e 1930 (KERBER *et al*, 2007: 194-196). A história *Maria Bugra* continua sendo retratada no tempo presente: me refiro ao programa *Histórias*

sequestro da família de Pedro Wadenpuhl pelos temidos índios Coroados em 1852. Os temas inusitados referentes aos indígenas também foram inspiração para o Arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, religioso de grande influência na política do sul do país, tendo sido também Bispo de Florianópolis. João Batista Becker e sua família emigraram da região de Trier, na Alemanha, quando tinha oito anos. Seu destino o trouxe ao Vale do Caí, mais especificamente a São Vendelino aonde chegou em 1878. Ao tomar os manuscritos colhidos por Mons. Matias José Gansweidt, de quem trataremos em seguida, o Arcebispo pensou ter em mãos a história que o contemplaria com um lugar cativo na Academia Brasileira de Letras: tratava-se de outra história de seqüestro de família alemã por indígenas.<sup>20</sup>

Além desses interessados no viés aparentemente literário da questão do excentrismo indígena, temos também a figura do engenheiro e agrimensor Pierre Alphonse Mabilde, que tinha admirável interesse na cultura dos Coroados, principalmente no que diz respeito à língua e seu modo de vida, tendo tido experiências pessoais com eles. Podemos identificar pelo menos três momentos nos quais se concentraram suas coletas de informações entre estes indígenas. O primeiro foi durante o ano de 1836, após ter tido notícias sobre eles quando esteve em Porto Alegre e ter empreendido, por conta própria, uma excursão ao sertão. Lá encontrou os Coroados em “estado selvagem”, como se costumava dizer, e se aproximou daqueles passando a pesquisar, entre eles, dados sobre seus costumes. Nestas aproximações a principal dificuldade foi a questão da língua, pois não contava com intérpretes, fato que mudaria em 1850, quando volta a contactá-los de forma mais sistemática. Entre os meses de janeiro e julho deste ano, Mabilde esteve entre os indígenas subordinados ao cacique Braga, com quem manteve relações bastante próximas. Neste segundo momento, contou com o auxílio de um jovem coroadado, que já havia passado pela experiência do aldeamento e, portanto, falava o português, que lhe serviu de intérprete. Por fim, em 1859, contactou outro grupo, desta vez os subordinados ao cacique Doble. Nos momentos intermediários aos períodos acima referidos, principalmente após 1848, contactou os Coroados em distintas situações devido ao seu trabalho como Engenheiro das Colônias e, em 1850, quando foi designado como comandante do Segundo Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional no município de São Leopoldo

---

*Extraordinárias*, conjunto de curtas-metragens que contam fatos considerados estranhos e fantásticos ocorridos do Rio Grande do Sul. *Histórias Extraordinárias* é uma realização do Núcleo de Especiais da RBS TV de Porto Alegre (filiada à rede Globo de televisão), com direção geral de Gilberto Perin. No conjunto de curtas produzidos para a temporada de 2007, encontramos o curta *Maria Bugra* com roteiro de Cristina Gomes e dirigido por Fernando Mantelli. Este curta trata do seqüestro de uma família alemã por indígenas nos primórdios da colonização. URL <http://mediacenter.clicrbs.com.br/rbtvrs-player/45/player/9019/historias-extraordinarias-2007-maria-bugra/1/index.htm> Acesso em 15 de fevereiro de 2011. Também encontramos o curta *O massacre dos bugres*, da mesma série, do ano de 2005. Este curta tratou da história vivida pela família alemã Versteg que trataremos adiante. <http://mediacenter.clicrbs.com.br/rbtvrs/player.aspx?uf=1&contentID=18475&channel=45> Acesso em 15 de fevereiro de 2011.

<sup>20</sup> Para o religioso seria a história do confronto de culturas – já que supostamente seria esse o título de sua obra – entre os índios e os alemães, que lhe colocariam entre o seletivo grupo de acadêmicos literários brasileiros. Entretanto, o livro jamais foi escrito por ele, mas nos deixa, com sua intenção, as proporções com que histórias como essas circulavam e quais sentidos poderiam tomar (Gansweidt, 1946: 07).

(Mabilde, [1897-99] 1983: 225). Um dos fatos mais intrigantes e controversos sobre Mabilde diz respeito ao seqüestro que teria sofrido pelos Coroados, e daí sua possibilidade de recolher dados sobre seu modo de vida. Entretanto, esse fato ainda não pode ser comprovado, pois essa informação foi apresentada somente na publicação mais recente, de 1983, organizada por suas bisnetas sobre as mais de 300 laudas manuscritas originais, ainda em posse da família. As referências ao seqüestro são apresentadas apenas no prefácio do historiador e crítico literário Guilhermino César, não encontrando eco no texto de Mabilde ou na breve biografia feita pelas netas. Outro fator que nos leva a crer na falsidade deste argumento é a análise conjuntural e estrutural dos seqüestros enquanto prática dos Coroados: não houve um caso sequer de seqüestro de homens adultos pelos indígenas referidos durante todo o período analisado. O que se pode supor, entretanto, é o tom de fetiche que a idéia de seqüestro tomou neste caso.

O certo é que diversificados discursos foram produzidos sobre os indígenas: jornalistas, literatos, cientistas, funcionários de governo, membros da comunidade religiosa. Mas esses discursos não se restringiam em depreciar os indígenas, estavam marcados pela ode aos estrangeiros europeus e as suas qualidades. O projeto do século XIX para o Brasil é marcado pela busca da transposição da racionalidade ocidental para o espaço nacional que se construía, embora essa transposição tenha sido marcada por inúmeras adequações. Entretanto, esse projeto não parece ter sido um modelo posto em sentido único, não só a burocracia imperial procurou colocá-lo em prática como também os próprios colonos fizeram sua parte. A constituição do espaço urbano e suas benesses – luz elétrica, fábricas, estrada de ferro, a própria cidade – modificavam as relações sociais e culturais no espaço colonial construindo as bases para o argumento de preeminência eurocêntrica em relação aos locais. Assim, abriam-se as portas para o processo de invisibilização dos agentes históricos não imigrantes, principalmente quando o Estado compreendia os espaços habitados pelos indígenas enquanto vazios demográficos.

Essa questão nos é de extrema importância, visto que ela nos permite vislumbrar os problemas centrais referentes a tal situação. A urbanização constitui-se intrinsecamente como marco da colonização ocidental, desde a Antiguidade, e a desapropriação do “outro” faz parte desta lógica de compreensão do território em si. Quando pensamos os processos de contato no sul do Brasil, no século XIX, esse ponto mostra-se deveras explicativo. A colonização européia empenhava-se em transplantar um conjunto de símbolos ligados à idéia de civilidade que acompanhava os imigrantes, e por esse motivo, bem quista pela elite brasileira que via neste estado de coisas, a superação das condições de atraso no país. Naquele período, a ideologia corrente perpetuava o indígena como um componente da natureza, externo à sociedade. Enquanto elemento hostil da natureza o indígena,

assim como as matas e animais, também precisava ser dominado em nome e benefício da civilização.<sup>21</sup>

Entretanto, seria ilusório pensar que esta “civilidade” emergiu nas matas como num passe de mágicas: a transformação do espaço pelos colonos foi uma tarefa longa, árdua e repleta de dificuldades. Quando os imigrantes alemães chegaram, a província do Rio Grande não passava de um imenso descampado, e as terras destinadas a eles eram consideradas “virgens”. Na data oficial da chegada dos primeiros colonos, 25 de julho de 1824, apenas 39 pessoas desembarcaram à margem do rio dos Sinos e foram conduzidas em carretas de bois até a desativada Real Feitoria do Linho Cânhamo.<sup>22</sup> Com a demarcação dos lotes – o governo imperial havia-lhes prometido 77 hectares para cada família, o que nem sempre foi cumprido – se dirigiam através das picadas nos matos com seus pertences e, ao chegarem lá, estavam por conta, devendo construir suas moradias e roças. Quer dizer, a cidade propriamente dita, símbolo máximo do ocidente, não fez parte do cenário tão cedo quanto pode parecer. Os imigrantes acabavam de passar por uma ruptura imensa dos laços com sua terra de origem, deixando para trás grande parte de sua história na busca por uma vida menos sofrida. Era preciso reconstruir aqui tudo aquilo que consideravam essencial para dar continuidade ao que compreendiam ser a própria vida, nas palavras de Serge Gruzinski (2007: 95-96), “A lenta evolução das formas de vida e das tradições, que passava quase despercebida na Europa, é substituída por uma aceleração repentina das aprendizagens e experiências novas”.<sup>23</sup> Esses colonos também tiveram que se adaptar aos cultivos locais: milho, mandioca, batata doce, charque; visto que não encontraram aqui os alimentos que cultivavam anteriormente (carne de porco, batata inglesa, trigo, centeio), tendo-os introduzido com o tempo. Quer dizer, além de colonizadores, os imigrantes também eram “colonizados” pela nova terra e seus costumes.

---

<sup>21</sup> Entre os trabalhos que priorizam este enfoque destacamos: PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gráfica Santa Terezinha, 1934; ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969; ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1962*. Caxias do Sul: Paulinas, 1971; AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos*. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1975; CESAR, Guilhermino. *Formação do Rio Grande do Sul: o período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1972; GIRON, Loraine Slomp. *O imigrante italiano: agente de modernização*. In: Imigração italiana: estudos. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1979; COSTA, Rovílio. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1986. HUNSCHE, Carlos; ASTOLFI, Maria. *O quadriênio 1827-1830 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. GxW, 2004.

<sup>22</sup> A Real Feitoria do Linho Cânhamo foi instalada no Fachinal da Courita, a 30 km de Porto Alegre, no Vale do rio dos Sinos, em 1788, por possuir terras mais férteis que o antigo local que ocupava, no Canguçu Velho (próximo a Pelotas), desde 1783. Fazia parte de um projeto elaborado pelo Marquês do Pombal para a produção de linho cânhamo, utilizado para a fabricação de velas e cordéis de navios, com mão-de-obra escrava. A feitoria só foi extinta em 31 de março de 1824, quando as terras passaram a abrigar os imigrantes alemães (Roche, 1969). Para mais informações sobre a Feitoria ver: Menz M., Maximiliano. Os escravos da feitoria do Linho Cânhamo: trabalho, conflito e negociação. *Afro-Ásia*, 32, 2005, 139-158. [http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia32\\_pp139\\_158\\_FeitoriaLinho.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia32_pp139_158_FeitoriaLinho.pdf) Acesso em 21/01/2011.

<sup>23</sup> Embora Gruzinski estivesse se referindo aos primeiros momentos da colonização da América, quando os povos “imigrantes” eram majoritariamente ibéricos e africanos, acredito que esta afirmativa cabe também a esse período do qual tratamos, pois os confrontos de concepção com o novo mundo se repetiram em distintos momentos, provocando sempre “a perda de referências” dos que aqui chegavam, bem como a tarefa de (re)construir suas vidas a partir do que aqui encontraram, “a confrontação com outros saberes e outras técnicas” (2007: 95-99). Tradução minha.

Entre 1824 e 1830, chegaram ao Rio Grande do Sul 5.350 imigrantes provenientes de inúmeros reinos germânicos<sup>24</sup>, que ocuparam as zonas próximas de São Leopoldo, as chamadas Linhas, nos vales circundantes dos rios Sinos e Caí. Durante o período da Revolução Farroupilha (1835-1845) a empresa da imigração foi suspensa e, somente em 1846, foram formadas novas colônias como Feliz, Mundo Novo e Bom Princípio, todas mais ao norte de São Leopoldo, alcançando a serra (Giron, 2004: 184-185). Em todos esses momentos houve a interação com os habitantes indígenas e este foi um dos problemas enfrentados por esses imigrantes. Somente depois da guerra iniciou-se a fase de maior expansão de tais colônias, com a construção de estradas e pontes, casas de alvenaria, escolas e igrejas (católicas e protestantes), inclusive com o auxílio da mão-de-obra dos nativos. Enquanto as dificuldades indígenas cresciam na proporção que as zonas coloniais enxertavam seus símbolos e modos de viver “civilizados”, os ecos da primeira maria-fumaça que ligava Porto Alegre a São Leopoldo, em 14 de abril de 1874, cinquenta anos após a chegada dos primeiros colonos, marcavam o sucesso da empresa.

## 2. Histórias de contato

A partir de 1829 foram registrados os primeiros ataques dos índios Coroados às colônias alemãs. Em 26 de fevereiro deste ano, a Picada dos Dois Irmãos, pertencente à colônia sede São Leopoldo, “sofreram alguns dos estabelecimentos, que estão mais internados na Serra, uma irrupção dos bugres que além de assassinar cinco pessoas destruíram quanto encontraram naqueles lugares”.<sup>25</sup> No relatório do Inspetor da Colônia daquele ano é possível vislumbrar a rapidez com que foi identificado que os ataques dos indígenas impossibilitariam a eficiência do projeto de ampliação das áreas povoadas e que era preciso proteger aquela empresa:

(...). esta catástrofe, e a presunção de que será ela repetida por mais vezes, segundo o costume deste gentio, tem causado no ânimo daqueles Colonos um terror, pânico, que nem se afoitam a distanciar-se de suas Colônias, e a dar maior expansão aos seus trabalhos rurais, e nem podem permanecer tranquilos, e seguros no isolamento em que se acham, e na carência de meios que os ponham ao abrigo de nova irrupção da Colônia, pode ainda acarretar maiores inconvenientes e em dano dos interesses gerais da mesma.

---

<sup>24</sup> Por volta de 1824, a região que hoje é a Alemanha, enfrentava diversos problemas resultados das Guerras Napoleônicas que tinham abalado a população masculina e destruído a produção agrícola. Além disso as terras eram escassas devido ao sistema hereditário de passagem da propriedade ao filho primogênito, embora as famílias fossem muito grandes. Deste modo, a oferta de terras em abundância pelo império brasileiro – os 77 hectares oferecidos pareciam aos olhos alemães como uma grande propriedade – incentivaram a emigração. Nos livros de registro de chegada dos primeiros colonos as origens por estes informadas foram: Holstein, Hamburgo, Mecklemburgo e Hanôver, depois passam a vir preponderantemente de Hunsrück e do Palatinado. Algumas outras regiões como a Pomerânia, Vestfália e Württemberg também foram identificadas, entretanto, em número menos significativo. (SCHÄFFER, Neiva Otero. Os Alemães no Rio Grande do Sul: dos números iniciais aos censos demográficos. In: Os Alemães no Sul do Brasil. Editora da ULBRA, Canoas, 2004).

<sup>25</sup> Relatório do Inspetor da Colônia de São Leopoldo, José Thomaz de Lima, de 17 de dezembro de 1829. APERGS. Revista do Museu e do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Número 15-16, setembro e dezembro de 1924: 233.

(...) É pois o meu parecer que se coloque em uma das Picadas da Serra que se comunica com a ultima linha de estabelecimento um destacamento de 20 homens sertanejos armados que deverá conservar a sua força reunida, e disponível para ocorrer a qualquer irrupção dos bugres que aconteça, por qualquer dos pontos da mesma Linha, ou para ir em seguimento deles quando se puserem em retirada. No local do destacamento se concentrarão todos os Colonos da Linha quando for ameaçada, e ali se conservaram apoiados por aquela força, até que cesse o perigo, servindo eles de reforço ao mesmo destacamento, e cooperando com este em tudo quanto praticar contra os bugres.<sup>26</sup>

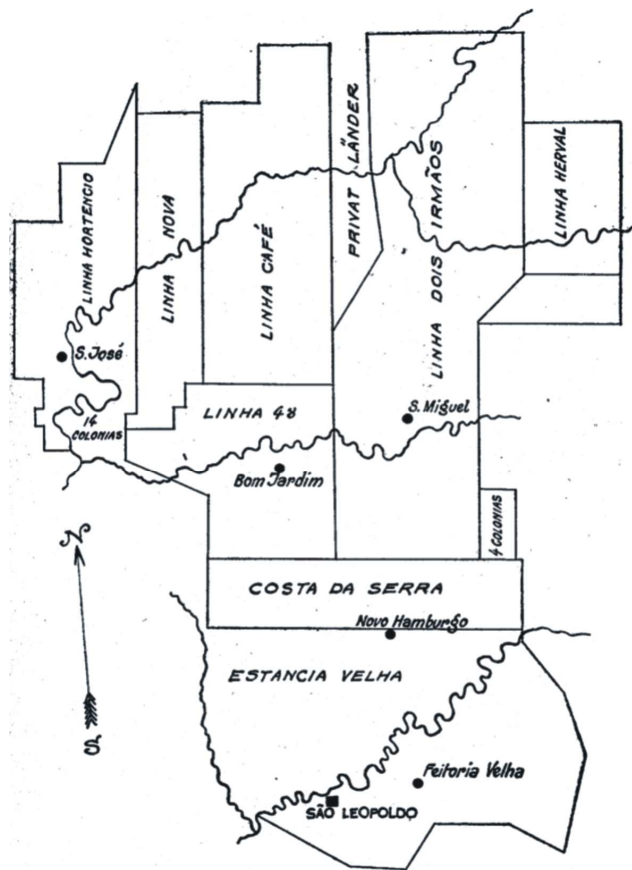
No ano seguinte, o mesmo inspetor reclamava às autoridades que um novo ataque dos indígenas mostrava-se iminente e “que pela diária arbitrada não se poderá conseguir a organização do mesmo destacamento porque nenhum individuo idôneo para um tal serviço quererá sujeitar-se a desempenhá-lo por um tão módico vencimento, podendo obter por serviços menos trabalhosos, e de nenhum risco salários mais avantajados”. José Thomaz de Lima ainda insistia que mesmo com um aumento do valor pago para aquele serviço, não era acertado que os homens se disporiam a internar-se nas matas dados os “incômodos, risco, e privações” ao qual se sujeitariam.<sup>27</sup> A ineficiência na formação do dito destacamento mostrou-se no ano seguinte quando, na mesma localidade, foi a vez da família Harras a sofrer um ataque dos Coroados. Neste episódio três colonos morreram, dois ficaram feridos e uma criança foi raptada, tendo sido resgata posteriormente nos campos de Cima da Serra. E em 15 de maio de 1831, ocorreu o ataque mais violento dos Coroados em termos de baixas entre os brancos, com a morte de 11 pessoas da Picada do Hortêncio<sup>28</sup> [Ver figura número 1 para observar as localidades citadas].

---

<sup>26</sup> Relatório do Inspetor da Colônia de São Leopoldo, José Thomaz de Lima, de 17 de dezembro de 1829. APERGS. Revista do Museu e do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Número 15-16, setembro e dezembro de 1924: 233-234.

<sup>27</sup> Ofício do Inspetor da Colônia de São Leopoldo, José Thomaz de Lima, de 22 de janeiro de 1830. APERGS. Revista do Museu e do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Número 15-16, setembro e dezembro de 1924: 237-238.

<sup>28</sup> Relatório do Diretor das Colônias João Daniel Hilldebrand, 1854. APERGS. Revista do Museu e do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Número 15-16, setembro e dezembro de 1924: 382-383.



*Carta da Colônia de São Leopoldo*

Figura 1 – Carta da Colônia de São Leopoldo.

Os assaltos, como eram chamados pelos colonos, se repetiram em 1834 e 1835 no Campo Novo, localizado na primeira légua de São Leopoldo, ironicamente conhecido como “Mortandades”, onde em 1835 morreram oito e ficaram feridos três colonos. Em 1843, os Coroados atacaram a propriedade de Jacó Bohn, no vale do rio Caí, mas foram surpreendidos pelo contra-ataque dos colonos alemães, que tomaram um menino indígena por prisioneiro. Como características gerais desses assaltos se podem observar, em primeiro lugar, o saque às roças de milho que se encontravam prontos para a colheita, por isso, a maior parte das investidas indígenas ocorreu nos primeiros meses do ano. Durante o inverno, os Coroados mantinham-se envolvidos na coleta e processamento dos pinhões, principal alimento deste grupo, realizados pelas mulheres. Em segundo lugar, destaca-se a procura por objetos de metais – principalmente o ferro – e tecidos e, por fim, a captura de mulheres e crianças.

Essa situação de enfrentamento não era uma particularidade da colônia alemã, mas também assolou as propriedades dos Campos de Cima da Serra, levando à criação de uma Companhia de Pedestres no município de Passo Fundo em 1843. O capitão Marcelino José do Carmo arregimentou pelo menos 100 soldados, dentre os quais muitos membros das Milícias Imperiais, colonos pobres e também caciques dos Coroados, que deveriam percorrer os sertões em busca de toldos de índios e

trazê-los para os aldeamentos onde seriam civilizados através do cultivo de roças (Francisco, 2006: 117-119). A liberação dos territórios ocupados pelos indígenas era incentivada pela construção de estradas que cortavam as matas constituindo a estratégia do governo provincial para formação de novas colônias (Marcon, 1994, 103). Nesta empresa, a correspondência gerada pelo engenheiro Alphonse Mabilde, responsável pela abertura de tais estradas nos territórios coroados, nos dá uma interessante dimensão da situação dos indígenas. Conforme Mabilde:

Indo sempre pessoalmente na frente em descoberta, encontrei 34 arrachamentos ou alojamentos de bugres, em várias partes dos sertões, todos bastante distantes entre si; porém, sobre uma mesma cordilheira. Resolvi abrir a picada pelo meio daqueles alojamentos para assim ficarem todos devassados – o resultado foi ficarem mui desacomodados os bugres e terem-se mais depressa divididos a anuir ao convite que os fazia de se retirarem daquele sertão como ao depois fizeram. Das tribos dos Coroados era a última nesta Província que ficara para se conquistar. Hoje estão no campo mansos e pacíficos, esperando de V. Exa. o apoio e proteção de que são dignos pela sua triste condição.

(...) Deliberou, contudo S. Exa. que abrisse a primeira estrada que não somente daria uma mais pronta comunicação entre as várias estradas que se estão abrindo pela margem esquerda do Uruguai e a Capital, mas igualmente, visto os Bugres ocuparem aquela parte do sertão, entre o Rio da Prata e o das Antas, e entre o Prata e a parte meridional dos campos de Vacaria, a referida estrada passando pelo meio daquele sertão, devassaria a Serra no lugar mais perigoso que tem pela existência, nele, dos mesmo Bugres; servindo ao depois esta Picada não somente para o trânsito provisório do Pontão, pelos campos de Vacaria, para o Caí mas, sobretudo, para nele demarcarem-se terrenos para colonos, afim de povoar-se aquele sertão e formar-se estabelecimentos agrícolas perto de Vacaria, visto não haver por lá, ficando a outra Picada por entre os Rios Antas e Prata para se abrir logo depois de varar o sertão com a Picada que acabei de abrir. Esta última picada é das mais úteis e necessárias possível.<sup>29</sup>

A abertura de estradas dentro dos espaços indígenas constituiu uma estratégia que forçou os contatos entre os índios e outros grupos, fossem eles os colonos, alemães ou luso-brasileiros, fossem os representantes do governo ou os religiosos que passariam a inserir as práticas católicas nos aldeamentos. Entretanto, nos apontamentos de Mabilde também se pode identificar que as disputas por terras devem ser compreendidas para muito além da expropriação dos indígenas naquele momento específico, mas também em disputas entre os colonos alemães e os grandes proprietários sesmeiros, geralmente de origem lusa, que buscavam tirar vantagem da nova situação ao tentarem expandir suas propriedades sobre as terras da colônia. Mabilde trata, em uma longa carta, dirigida ao Sr. Coronel de Legião, João Daniel Hillebrand, Diretor Geral das Colônias da Província, que os colonos alemães haviam se estabelecido em diversas picadas da colônia a eles destinada e que “ainda têm de lutar contra a invasão dos gentios. E muitos perderam a vida, como V. S. não ignora, em ocasião de irem povoar aqueles sertões de matos, hoje reduzidos em lavouras e plantações, e que nunca teriam sido se não fosse a constância e coragem daqueles mesmos

---

<sup>29</sup> Correspondência 27/08/1850 – Correspondência oficial do Ten. Cel. Engº Pierre François Alphonse Booth Mabilde ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Biblioteca da PUCRS. Acervo Júlio Petersen.



colonos”.<sup>30</sup> Agora, sofriam com a especulação por parte dos grandes proprietários, que lhes ofereciam “ridícula quantia de dinheiro”, convenciam os colonos endividados a desfazerem-se de suas propriedades para não sofrerem as cobranças da justiça. Já os novos proprietários, não se preocupavam em tornar os terrenos habitados ou cultivados, conforme os planos provinciais para a região. Vejamos esta situação através do documento:

Se antigamente havia gentios naqueles sertões, como hoje em dia querem alguns alegar como motivo e razão de não se terem apossado de suas terras e não se terem medido e demarcado, ainda hoje os há naqueles mesmos lugares, e os vestígios (dos mesmos) que diariamente se encontrou quando se abriu a picada do travessão do fundo da sesmaria que se acaba de medir, e mui principalmente nas imediações da Picada Nove, são provas que ainda por lá habitam selvagens, no entanto que não tem sido obstáculo algum para que os colonos não tenham cultivado aquelas paragens, ainda mesmo com grande risco de suas vidas, como os que povoaram a mencionada Picada Nove.

Parece-me, Ilmo. Sr., que desde o ano de 1825, mais ou menos, que os colonos alemães entranharam-se naqueles sertões e, por conseguinte, muito diminuíram o perigo que havia da invasão dos gentios, parece-me, digo, que num decurso de tempo de mais de 24 anos, tenham os possuidores de títulos de terras, muito tempo e ocasião de mandar medir e demarcar e, mui principalmente, quando viram a direção em que iam as picadas desta colônia e a direção e extensão das colônias que, pelas mesmas picadas, foram distribuídas pelo Exo. Inspetor José Tomaz de Lima. (...).<sup>31</sup>

Assim, embora o afastamento dos indígenas das matas fosse do interesse de muitos, a efetivação dessa empresa trazia à tona outros problemas relacionados à propriedade da terra. Os antigos proprietários, donos de extensas regiões, também tentaram expandir suas terras sobre as novas colônias, que tinham sido capazes de desapropriar os indígenas e, portanto, faziam desse avanço uma ação facilitada. A fonte também revela como aquelas terras mantinham-se ocupadas pelos Coroados, através dos vestígios encontrados no dia a dia do trabalho na abertura das picadas, e como os colonos alemães tinham-se empenhado em “diminuir o perigo que havia da invasão dos bugres”.

A partir de 1846, a política de aldeamentos também se fez perante a situação enfrentada pelas novas colônias alemãs e pelas antigas frentes coloniais lusas na região de Vacaria e Passo Fundo, sendo uma espécie de continuidade e, mais do que isso, de complementaridade, da estratégia de abertura de estradas. O projeto era condizente com um plano maior, de nível nacional, fundado com o Regulamento das Missões de 1845, que colocava a administração dos índios sob cargo das províncias. O Regulamento das Missões tinha como meta primordial a civilização dos índios através de sua incorporação na cadeia produtiva e, por consequência, na sociedade. Isso se conseguiria através da formação de aldeamentos unificados e da extinção de antigas aldeias. (Cunha, 1992: 191-194). Naquele ano instalaram-se os aldeamentos de Guarita, Nonoai e Campo do Meio, cada qual

---

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Correspondência 24/04/1849 – Correspondência oficial do Ten. Cel. Engº Pierre François Alphonse Booth Mabilde ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Biblioteca da PUCRS. Acervo Júlio Petersen.

organizado em torno de lideranças coroadas específicas: cacique Fongue, cacique Nonoai e cacique Braga, respectivamente.

Essas lideranças negociaram a sua participação na formação dos aldeamentos através da barganha permanente com os oficiais do governo, com a qual garantiram o suprimento de metais, tecidos e alimentos, mas também dos territórios que esses aldeamentos deveriam ocupar. Conforme Francisco (2006: 138), na documentação referente aos aldeamentos “estão expostos os conflitos em termos da posse de terras, seja por que seus diretores se apropriaram das terras dos aldeamentos em demasia, ou seja, além da parcela já prevista como doação por seus serviços, seja pela presença de intrusos e foreiros que utilizavam as terras do aldeamento”. A autora também identifica a dinamicidade que os aldeamentos apresentavam, constituindo-se em espaços de movimento e disputa, nunca representando um estado específico e limitado de ação por parte dos indígenas e suas lideranças. Aqui observamos uma clara divisão entre as políticas tomadas pelas lideranças coroadas dali para adiante: nem todas optaram pela entrada nos aldeamentos e disto surgiram novas disputas intra-grupo e, por consequência, com o governo. Já em 1850, o governo provincial iniciou o projeto de reunir os Coroados em um único aldeamento como previa o Regulamento das Missões, entretanto, a nova conjuntura política que perpassa as estratégias indígenas não permitiu a realização deste plano.

A política oficial de aldeamentos, portanto, não pôde findar o problema dos ataques dos indígenas às colônias, visto que não foi capaz de observar a inexistência de uma unidade dos índios coroados na província. Assim, em 1850, as fazendas de João Mariano Pimentel e Bernardino Fialho de Vargas são assaltadas em Vacaria, deixando 11 mortos e seqüestrando 7 indivíduos, dentre os quais uma escrava. Em janeiro de 1852, os Coroados atacam novamente a colônia alemã, no qual padeceu Pedro Wadenpuhl que teve sua mulher e quatro filhos seqüestrados. Depois de mais de um ano no convívio com os indígenas, a filha mais velha dos Wadenpuhl conseguiu escapar e denunciou o local onde estavam acampados os seqüestradores. No resgate destas pessoas utiliza-se a Companhia de Pedestres chefiadas pelo cacique Doble que não estava motivado apenas pelas benesses prometidas pelo governo provincial, mas também pela oportunidade de exterminar um antigo inimigo, o cacique João Grande. O fato é que a empreitada tem seu objetivo alcançado com extermínio de todo o grupo de João Grande. A participação do cacique e suas motivações serão discutidas no terceiro capítulo deste trabalho.

Entretanto, esse episódio também não pôs fim aos ataques e seqüestros. Em 1861, a colônia de Nova Petrópolis foi vitimada com o escorço de um ferido, mas tendo deixado diversos índios mortos. A inexatidão sobre a quantidade de indígenas mortos e feridos nos combates com os brancos apresenta-se como uma constante na bibliografia de referência, reproduzindo a inexatidão presente nas fontes consultadas. Fica claro que as baixas indígenas não mereceram a mesma

quantificação que as dos brancos, o que é extremamente significativo para a análise, pois o legado desta negligência encontra-se justamente na impossibilidade de mensurar as perdas indígenas nesta disputa e compará-la com as dos brancos. Também é escassa a quantidade de informações acerca do paradeiro de diversas crianças indígenas apreendidas pelos brancos em suas incursões. Não fosse o caso de Luis Antônio da Silva Lima – o menino capturado citado anteriormente –, que talvez só tenha chegado a nosso conhecimento devido à especificidade de sua história, não teríamos nenhum tipo de informação a respeito dessa prática entre os colonos.

As informações sobre outras crianças coroadas são esparsas. Segundo Reinald Hensel, “É verdade que se encontra alguns deles em casas de criadores da Serra ou, empregados como remadores, nos grande rios da planície, porém neste caso geralmente eles foram tirados aos pais quando crianças e cresceram no meio dos brancos” ([1928] 1957: 68). No relatório de 1856, informava-se que em outubro daquele ano, após um ataque de “algumas partidas de índios alçados e bravios” aos campos do capitão Manoel Joaquim Velho, localizados no distrito de São Francisco de Paula de Cima da Serra, aqueles haviam sido “perseguidos e batidos”. Acreditavam tratar-se de Coroados subordinados ao cacique Nicofé. Durante a fuga para as matas, haviam deixado para traz 7 menores de idade, “os quais vieram para esta capital e aqui foram distribuídos por diferentes famílias para lhes darem educação”.<sup>32</sup>

Por parte do governo continuavam as tentativas de solucionar a questão e, em 1867, tentam concentrar, mais uma vez, todos os Coroados no aldeamento de Nonohay. Novamente a rivalidade entre as lideranças indígenas não permitiu o sucesso do projeto do governo. Prova disso observamos no seqüestro realizado durante o ano seguinte à família Versteg, que trataremos mais detalhadamente no próximo capítulo. Anos antes destes eventos, em 5 de novembro de 1862 havia sido firmado um posto policial em São Leopoldo com intuito de dar guarda à colônia. Entretanto, a medida não deu fim às incursões dos índios. Também em diversos pontos da colônia Nova Petrópolis houve correrias por esse período, mesmo a localidade contando com um destacamento formado para “repelir as agressões dos indígenas”. O governador Dr. João Sertório, em 1870, incumbiu João Weisheimer, acompanhado de outros 20 colonos que seriam remunerados, de percorrer as matas do alto Forromeco e, amigavelmente, convencê-los a integrarem-se à civilização. “A João Weisheimer recomendei que, no desempenho de sua comissão, procedesse com a maior prudência, certo de que só lhe era permitido ofender aos infelizes indígenas quando o exigisse a própria defesa, nos termos do código criminal”. Conforme o mesmo relatório, a comitiva foi

---

<sup>32</sup> Relatório 15/12/ 1856 – Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jerônimo Francisco Coelho na abertura da Assembléia Legislativa Provincial. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1856: 140.

<sup>32</sup> Relatório 11/10/ 1857 – Relatório do Vice-presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o Comendador Patrício Correa da Câmara na abertura da Assembléia Legislativa Provincial. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1857: 104.

composta por apenas 11 colonos, mesmo com a oferta de remuneração diária de 2\$000 réis, denotando o desinteresse neste tipo de tarefa. Segue a informação:

Em ofício de 17 de maio me comunicou João Weisheimer, em resultado de sua comissão, que, tendo com onze companheiros entrado nos matos da Colônia de Santa Maria da Soledade, subindo a encosta do arroio Santa Clara, da mesma Colônia, entranhando-se 5 léguas mais ou menos serra dentro, contornando os fundos da linha Feliz e indo até o lugar denominado – Campo dos Bugres –, não encontrara em todo este trajeto vestígios recentes de andarem por ali indígenas, e sim antigos, que provavam terem eles por ali andado algum tempo antes.<sup>33</sup>

Até o presente momento, na historiografia relativa aos Coroados do Rio Grande do Sul no século XIX, as problemáticas que envolvem os aldeamentos e os ataques às colônias foram tratados de forma isolada, salvo algumas relações postas por Laroque (2000, 2009) e Aline Francisco (2006). Com esta breve explanação pudemos observar que os aldeamentos e os ataques não se trataram de políticas distintas, nem por parte do governo, nem por parte dos Coroados. Tratara-se de ações coordenadas e interligadas das mais diversas formas onde governo e indígenas alteraram suas práticas conforme os contextos e experiências adquiridas, tendo como fim a instauração de seus próprios projetos de futuro. Para os Coroados havia uma intromissão que restringiu cada vez mais seus espaços de habitação, subsistência e circulação, bem como a vivência prática da complexidade de suas antigas redes de alianças e inimizadas. Antigas alianças se desfizeram perante a discordância quanto à entrada nos aldeamentos como o caso de líderes como Vitorino Condá e do Capitão Pedro Nicaji (também conhecido por Nicofé ou Nicafim). Este último não satisfeito com a política de aldeamentos preferiu conduzir o seu grupo em assaltos e permanecer na mata, nem o casamento de Vitorino Condá com uma filha de Nicofé foi capaz de restabelecer essa relação (Becker, 126-127; Laroque, 2000: 118-122).

Outro caso capaz de representar essa nova configuração das relações indígenas pode ser observado na ruptura ocorrida em 1837 entre o cacique Braga e seu cacique subordinado Doble. Braga era um cacique de grande prestígio, tendo 23 grupos subordinados a ele. Consta que naquela data, Braga comandou um ataque contra tropeiros na região do Campo do Meio e que, durante a festa de comemoração deu-se a traição de Doble e mais alguns de seus caciques subordinados unidos ao usurpador. Entretanto, os planos do traidor foram descobertos a tempo e iniciou-se uma guerra de vingança entre esses grupos. (Mabilde, 1983; Becker, 1995: 128-131; Laroque, 2000: 128-132; Francisco, 2006: 143) A partir dessa situação, Doble encontrar-se-á cada vez mais isolado entre os Coroados, tendo por inimigos não só os índios de Braga, mas também os inimigos do mesmo (que não souberam da ruptura e o mantiveram como antigo inimigo), sem mencionar os

---

<sup>33</sup> Relatório 29/08/1870 – Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Sr. João Sertório, Presidente d'esta Província passou a administração da mesma ao Ex.mo Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro. Porto Alegre: Typographia do Rio Grandense, 1870: 59-60.

Botocudos, inimigos tradicionais dos Coroados. Desse modo, passa a relacionar-se cada vez mais com os representantes do governo provincial e com os colonos. Utilizará destas novas alianças para perseguir em guerras de vingança seus antigos inimigos. Retomaremos a trajetória do cacique Doble no terceiro capítulo.

Ao observarmos essas histórias sobre os ataques dos índios às colônias alemãs, no Rio Grande do Sul, podemos evidenciar que não só os alemães e o Estado brasileiro possuíam interesses específicos, mas também os índios o fizeram dirigidos sobre alguns preceitos em particular. Seus objetivos, mesmo que não claramente compreendidos, podem ser colocados principalmente no que diz respeito à busca por objetos materiais (tecidos e ferramentas de ferro), mas também sociais, onde a captura de mulheres e crianças é representativa. Em comparação com a situação similar nos outros dois estados da região sul do Brasil, Santa Catarina e Paraná, observamos os mesmos tipos de enfrentamentos entre as colônias de alemães e italianos e os Botocudos e Coroados, respectivamente (Santos, 1973; Mota, 1994; Becker, 1995; Francisco, 2006; Wittmann, 2007). Luisa Wittmann traz o dado interessante de que os sequestros de crianças alemãs não parecem ter sido comuns entre os Xokleng no século XIX. Segundo a autora “antes do século XX, foi encontrado apenas uma referência de captura pelos índios, no distrito de Barra Vermelha, ‘quando levaram consigo um menino de sete anos de idade’” (2007: 144). A questão suscita pensar por que razão os Coroados, no Rio Grande do Sul, mantiveram a prática do sequestro de forma mais sistemática no mesmo período, já que colocado desta forma, não parece ser uma característica geral, se tomarmos o grupo linguístico Jê como parâmetro cultural, e a situação de contato com frentes de mesma origem étnica como parâmetro contextual. Talvez a explicação observada nos apontamentos de Laroque (2000, 2009) quando afirma que havia grande falta de mulheres num dos grupos que mantinham acampamento próximo ao local de colonização alemã no Rio Grande do Sul, não seja suficiente para entendermos essa questão, já que, mesmo após a eliminação física daquele subgrupo, ainda tenhamos notícias de sequestros. Voltaremos a este ponto adiante.

### **3. Sobre os Coroados no século XIX.**

Somente podemos compreender essas práticas se nos aprofundarmos um tanto nas relações colocadas no contexto do século XIX, principalmente no que diz respeito ao que realmente se sobrepuseram essas políticas estatais em termos de organização social dos Coroados. Conforme a principal fonte sobre os Coroados deste século, os apontamentos de Alphonse Mabilde, a subsistência destas populações dependia da caça, da pesca e da coleta, principalmente do pinhão. A coleta deste alimento, nos meses de maio, junho e julho, estava associada ao período de caça mais

abundante, já que atraía também animais silvestres e aves para as matas de pinheirais. A utilização do pinhão como recurso alimentar foi recorrente e contínua, dado o seu conhecimento sobre técnicas de desidratação necessária para a fabricação da farinha. O que demonstra que a importância do pinhão amplia-se, pois o processamento garantiria a alimentação o ano inteiro. O valor deste alimento pode ser observado na rigorosa distribuição das áreas de pinheirais a título de evitar conflitos entre os grupos familiares. Dessa forma, a economia do grupo mostra-se estável e capaz de garantir um abastecimento regular e satisfatório de alimentos, desde que garantida a circulação nos três ambientes principais: as matas de pinheiros, as encostas das florestas e as várzeas dos rios. Foi justamente a dificuldade de mobilidade nestes ambientes, decorrente da ocupação dos mesmos por grupos imigrantes, que desestabilizou este sistema.

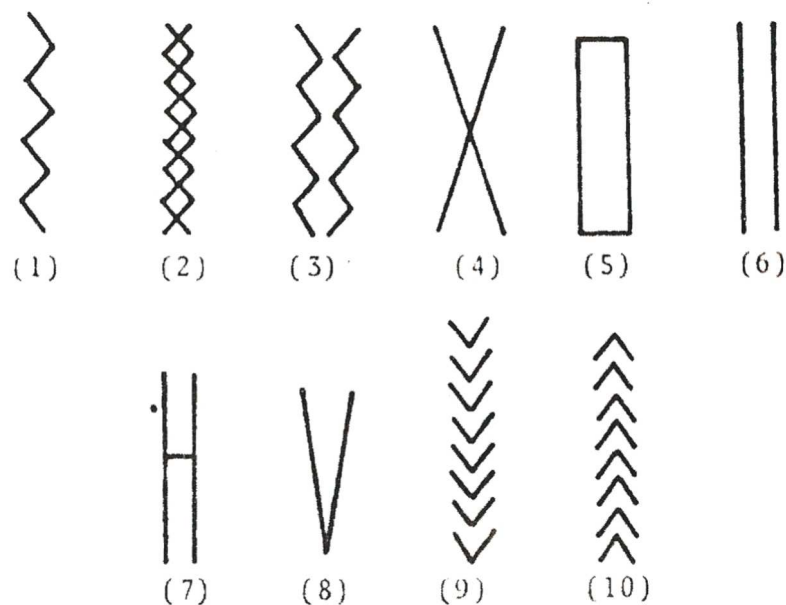


Figura 2 – Marcas encontradas em flechas e pinheiros indicando a qual chefe pertenciam os mesmos.

(Mabilde, [1897-99] 1983: 146).

Alphonse Mabilde apresentou as implicações políticas da diminuição dos territórios tradicionais coroados impostas pelo processo de colonização no Estado. A distribuição dos territórios entre os grupos familiares se dava em função da obtenção do alimento principal (pinhão), os outros alimentos poderiam ser colhidos de forma indistinta em qualquer local. O cacique principal definia as áreas de pinheiral e as distribuía para os caciques subordinados (Mabilde, [1897-99] 1983: 145-147). Para dividir um território do outro marcavam-se nos troncos dos pinheiros sinais de aproximadamente dois palmos do chão; “As únicas marcas que vimos pintadas sobre as flechas dos coroados e que temos encontrado nas matas de pinheirais, cortadas na casca

dos pinheiros, nos lugares ocupados pelos selvagens, são as dez marcas que acabamos de descrever e as quais aqui reproduzimos (...).” (Mabilde, [1897-99] 1983: 146) [Ver figura número 2]. O relato de Mabilde mostra as implicações do desrespeito a tal regra:

O território do pinheiral compreendido entre dois marcos assim assinalados pertence exclusivamente à tribo que nele se estabeleceu e permanece por ordem do cacique principal. Nesse território é que os indivíduos dessa tribo devem apanhar o pinhão para o seu sustento. A invasão de uma tribo no território da outra para colheita de pinha é motivo de uma guerra de extermínio em que todas as mais tribos se coligam contra a invasora (...). (1983: 127).

Conforme nos informa Alphonse Mabilde, os Coroados se organizavam, naquele momento, em pequenos grupos familiares e de compadrio que compunham uma *tribo*. Cada uma delas estava subordinada a uma liderança que, por sua vez estava subordinada a uma liderança geral do grupo “e a quem prestam obediência cega. (...) Qualquer falta de obediência ou dissidência traz para o chefe dissidente e a sua tribo uma guerra de morte e, quando tal acontece, raramente tornam a se reconciliar” ([1897-99] 1983: 42). A forma de controle por parte do cacique geral – como era chamada a liderança principal – sobre os seus subordinados se dava através de um sistema de visitas. A suspensão das visitas indicava, por ambas as partes, um estado de desconfiança, e se fosse mantido, denunciava um estado de guerra. Conforme explica o engenheiro:

Logo que os coroados estabelecem seu alojamento permanente, o cacique principal, ou chefe supremo das tribos subordinadas, indica os lugares que a cada tribo compete ocupar, nas matas de pinheiros. Logo que se estabelecem em seus alojamentos, as tribos subordinadas mandam, diariamente, uns três ou quatro indivíduos visitar os componentes da tribo do cacique principal. Estes, por sua vez, vão de quando em quando visitar as tribos subordinadas, como prova de harmonia que entre eles reina. (...) os visitantes das tribos fazem o papel de nossos embaixadores ou de nossos ministros plenipotenciários, cuja retirada do país, junto ao qual foram credenciados, geralmente equivale a uma denúncia de guerra. Nenhuma outra manifestação, além da interrupção das visitas, precede, entre os coroados, uma declaração de guerra entre si. Nem, tão pouco, para com as demais nações selvagens, porque com estas vivem eles, naturalmente, em guerra contínua. O simples fato de não pertencer à Nação Coroados é bastante para serem por eles considerados como inimigos inconciliáveis ([1897-99] 1983: 43,45).

Com este excerto, pudemos observar o quão significativo era a distribuição territorial para os Coroados: marcadora de identidades familiares e de relação indicadas por símbolos específicos (como os apresentados acima); organizadora de relações econômicas e políticas cotidianas. Entretanto, outra constatação de Mabilde nos interessa em especial e diz respeito à rivalidade entre as tribos dos Coroados e a natureza da conjuntura desta disputa durante o século XIX. Esses indígenas eram motivados, após a ruptura, segundo o autor, a uma “guerra de extermínio” sem que houvesse a mínima possibilidade de reconciliação. O engenheiro identificou, inclusive, que alguns grupos se apresentavam como inimigos há tanto tempo que não lhes era mais possível reconhecer o

motivo que os tinha posto em tal situação e a vingança constava como único sentimento que jamais era esquecido por eles. Assim,

Se houvesse possibilidade de determinar, entre os coroados, épocas históricas, além das que nos são conhecidas, chegaríamos ao conhecimento – como até certo ponto me foi possível averiguar – que entre algumas tribos o ódio que nutrem entre si e a guerra que perpetuam são devidos a fatos ocorridos com os seus antepassados. Quase sempre foram motivados pelo fato de um indivíduo de uma tribo ter seduzido a mulher de um da outra tribo – isto no tempo dos seus antepassados, há quase vinte gerações – ou, ainda, porque os índios de uma tribo foram ao pinhal dos outros colher algum pinhão sem respectiva licença do cacique daquela época! (1983: 46).

Para Mabilde, a paz entre os Coroados não era, portanto, possível, “dado o caráter inconstante e feroz dos indígenas”. Como tantos outros contemporâneos seus, Mabilde destacou a guerra dos indígenas como um ponto chave naquela sociedade, e seu discurso pode fazer crer que aqueles indígenas andavam a matar-se inconsequentemente pelos sertões. Entretanto, como estudos antropológicos demonstraram, embora a guerra entre os índios seja cotidianamente retomada em seus discursos, ritos, preparativos de armas, sistemas de visitas e outros tantos modos de acioná-la, isso não quer dizer que os indígenas estivessem sempre a praticando.<sup>34</sup> Como se pode observar na citação, Mabilde buscava os motivos históricos que levaram os Coroados à guerra de extermínio entre si, assim, ele foi capaz ainda de perceber a relação histórica entre o seu presente – os oitocentos – e a guerra que os Coroados travavam naquele momento contra seus inimigos e contra os brancos, relacionando-a com o projeto de aldeamento proposto pelo governo provincial:

Embora os coroados tenham, às vezes, motivo mais ou menos valiosos para se guerrearem, depois da vitória – que acontece após o extermínio de uma tribo ou a sua retirada das matas – os vencedores ficam, aparentemente, em harmonia que não dura muito, aliás, pois acabam se desentendendo e dão início a outra guerra, dando assim pasto a sua má índole. (...) Dessa maneira vivem os coroados perseguindo-se e em guerra de extermínio. Podemos afirmar que, se não fosse esta circunstancia, até hoje nem um só coroadado se teria apresentado para aldear-se.

Nem o aldeamento e o novo sistema de vida (verdade seja, sem educação conveniente) apaga naqueles indígenas o seu ódio natural ou modifica o seu caráter. Ao contrário, os índios de várias tribos unem-se, nos aldeamentos e, a título de irem caçar nas matas, vão traiçoeiramente assaltar os seus próprios e antigos companheiros que ainda vivem em seu primitivo estado selvagem ([1897-99] 1983: 46-47).

---

<sup>34</sup> Refiro aqui, principalmente, ao texto de Pierre Clastres, *Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas*, no qual o autor trata do significado da guerra como constituinte do modelo sociológico indígena. Embora não esteja de acordo com a totalidade de suas conclusões sobre o tema, acredito ser apropriado destacar o interessante diferenciamento que o autor coloca sobre a guerra permanente e a violência propriamente dita. Os relatos produzidos nos contextos coloniais podem passar facilmente a impressão de que as guerras entre os indígenas eram ininterruptas e associadas a verdadeiras chacinas bestiais, o que não foi diferente com os Coroados da província de São Pedro. Entretanto, em termos numéricos e simbólicos, as guerras indígenas não correspondiam a esta interpretação estrangeira. Para mais informações sobre a questão da guerra entre os Jê ver VEIGA, Juracilda. *Kaingang e Xokleng: inimigos preferenciais*. In: V Reunião de Antropologia do Mercosul, 2003, Florianópolis SC, V Reunião de Antropologia do Mercosul : Programas e resumos. V. único p. 290-291 e também VEIGA, Juracilda. *Aspectos Fundamentais da Cultura Kaingang*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2006.



O relato de Alphonse Mabilde permite observar que os aspectos da “má índole” coroada representados na guerra alimentada pela vingança constituem-se em alicerces do modo de ser dos Coroados naquele momento, mas certamente não o único. Quando o autor insiste que os Coroados utilizaram os aldeamentos, unicamente porque precisavam deles para continuar praticando as guerras contra grupos rivais, observamos a junção de duas formas: estruturas e conjunturas, capazes de juntas fazer emergir um outro estado, no qual os indígenas mantinham práticas anteriores através de instituições externas, neste caso, os aldeamentos. O mesmo apresenta-se com relação à prática de correrias, onde os indígenas, valendo-se de estratégias e interesses antigos, faziam um combate renovado sob diversos aspectos. Conforme já afirmamos, inclusive nas próprias palavras de Mabilde, os Coroados não eram caçadores, o faziam de forma eventual, assim, utilizaram a “desculpa” da caçada como estratégia para ludibriar as autoridades presentes nos aldeamentos – iriam fazer coisa de índio – para poderem, sem prejuízo, retornar às matas e colocar em prática suas outras necessidades, digamos as tradicionais e as novas.

O autor ainda informa que depois das saídas para as correrias disfarçadas de caçadas, quando os indígenas retornavam aos aldeamentos, diziam que os homens que não retornavam tinham decidido voltar às matas. “Iludem, dessa maneira, o diretor do aldeamento que ignora aquela circunstância e tem a melhor boa fé nos indígenas”, principalmente pelos caciques aldeados, que eram para Mabilde os primeiros a incentivar os indígenas a tais práticas, confirmando o que diziam os “simulados”. O engenheiro mostrava que, nem sempre, eram os indígenas que ainda habitavam as matas os que assaltavam as colônias, mas pelo contrário ao que pensavam as autoridades e os moradores, os coroados dos aldeamentos estavam também empenhados nesta atividade. Sua indignação aparece no seguinte excerto:

É incrível que os diretores dos aldeamentos acreditem em tais caças, quando é, positivamente, sabido e reconhecido que os coroados, no seu estado selvagem, não são caçadores nem procuram caça no mato, caçando só por acaso, quando a caça passa perto de seus alojamentos. Estes fatos provam que não é suficiente os selvagens acharem-se em aldeamentos armados, nos quais coisa alguma se lhes ensina de adequado, onde sua educação não se forma nem sua condição melhora. Ao contrário, se lhes fornece meios para melhor executarem seus planos de eterna vingança e perpetuarem, debaixo de uma catequese mal entendida, os seus ódios tradicionais ([1897-99] 1983: 47).

Entretanto, para entendermos a complexidade das formas antigas e novas dos Coroados relacionarem-se entre si e com outros grupos, devemos observar não só a questão da organização das lideranças, mas também da importância e significados das mulheres naquela sociedade. Como já afirmamos, a partir dos apontamentos de Mabilde, muitas dissidências entre os Coroados se deram devido às disputas por mulheres. Entre aqueles, somente o cacique principal podia ter mais de uma mulher e, além disso, era ele quem determinava a quem pertenceria cada mulher do grupo. Entre os seus caciques subordinados ou homens de sua estima, doava uma de suas próprias esposas.

Assim, a outra forma de obtenção de mulheres entre os homens comuns, por assim dizer, era a troca ou concessão, desde que o cacique principal estivesse de acordo. Nessas trocas, entrava em jogo também a barganha através de objetos de valor, para a caça ou a guerra, e que estimularam a procura pelos objetos furtados nas correrias praticadas contra os brancos. Assim, mesmo fundada em princípios originalmente Coroados, as relações de homens e mulheres, passou a ser pautada também pelo valor introduzido pelos brancos e seus objetos de metal.

Cedem a mulher por pedaços de ferro, para fabricarem pontas de flechas, para sua defesa. Tais objetos, como pontas de ferro, machados de ferro ou outra qualquer ferramenta são as que, ordinariamente, roubam quando assaltam as moradias nas proximidades do sertão. Apoderam-se delas com preferência sobre outro qualquer artigo, por serem tais ferramentas os únicos objetos, mediante os quais conseguem fazer a troca de mulheres, entre eles. Isto acontece porque o ferro – depois que conheceram tal metal – é o melhor material para fazerem as pontas das flechas, sua principal arma de defesa e ataque (Mabilde, [1897-99] 1983: 49).

Esses “roubos” estabeleciam, então, uma nova forma de movimento à sociedade Coroadada, visto que potencializavam a possibilidade de se obter uma mulher e, desta forma, aumentava seu prestígio social. Assim, embora vistas pelo próprio Mabilde e outros de sua época como meras escravas dos homens de seu grupo, as mulheres coroadas possuíam grande prestígio e importância no modo como aquela sociedade se organizava. As meninas viviam com os pais até completarem 14 ou 15 anos e depois eram desposadas conforme a indicação do cacique principal. Se a mulher, em algum momento, pertenceu ao cacique principal ou estabeleceu com ele uma relação muito próxima, tornava-se a parente mais chegada, bem como um filho seu, mesmo que o filho fosse de outro homem. Quer dizer, as mulheres do cacique estabeleciam as linhas de poder, fator que é de extrema importância, principalmente quando a sucessão do cacique principal era dada de forma hereditária. Naquele tempo, somente os filhos do cacique tinham direito ao cargo e, caso não tivesse filhos – ou se seus filhos não estivessem em idade apropriada –, o privilégio recaía sobre algum filho de ex-mulher sua, mesmo que o filho fosse de outro homem. Se mesmo assim não houvesse herdeiros, assumiria o grupo um irmão do antigo líder. (Mabilde, [1897-99] 1983: 95-97).

Outro ponto importante para ser observado a esse respeito, refere-se ao fato de que os meninos coroados iam morar muito cedo sozinhos, por volta dos onze ou doze anos, conforme Mabilde. Somente quando completavam entre 20 e 24 anos que lhes era concedido, se ainda não possuíssem mulheres, morarem com outros homens solteiros em um único rancho. Esses dados ainda podem ser analisados sob tutela de outra constatação do agrimensor: a desproporcionalidade numérica entre homens e mulheres coroados, nos quais os primeiros eram a maioria. Em seus cálculos – e lembremo-nos que Mabilde era engenheiro e lidava muito bem com eles – a proporção não passava de 27% de mulheres entre os que viviam nas matas. Assim, podemos questionar melhor agora a importância e o motivo da captura de mulheres não-índias para os Coroados. Em primeiro

lugar, não o faziam no intuito de desposá-las ou de com elas manterem relações sexuais, visto que nenhuma das mulheres que retornaram dos sequestros e deram seus depoimentos afirmou o contrário (Mabilde, [1897-99] 1983: 68). Essas prisioneiras eram sempre entregues às mulheres do grupo e “desde aquele momento vão servir de escravas, fazendo todo o serviço de carregar frutas, água e lenha para o acampamento, serviço que cabe às mulheres da tribo” ([1897-99] 1983: 88). Ficavam sob severa vigilância das índias mais velhas e acabavam sofrendo agressões caso se mostrassem arreadas ao trabalho. Desta forma, pode-se supor que a presença no grupo de uma prisioneira significava a redução das tarefas que as mulheres indígenas deveriam cumprir. Não quero incitar aqui a idéia de exploração do trabalho, mas a possibilidade de apropriação simbólica do outro no grupo: a mulher estrangeira era um bem tão valioso quanto o ferro.

Para compreender esta afirmativa tentemos nos aprofundar um pouco mais sobre como os Coroados percebiam a prática das correrias. Ao tratar de como preparavam tais investidas, Mabilde destacava a importância da espionagem para o êxito daquela empresa. Faziam todo um trabalho de reconhecimento dos locais a serem assaltados, sua rotina, que bens poderiam ser levados, sendo que “Nesse trabalho de observação gastam, às vezes, muitas semanas e meses, até que acham a ocasião própria, isto é, quando os habitantes da casa estão mais ou menos espalhados ou distantes uns dos outros, nas roças etc” ([1897-99] 1983: 184). Este dado é confirmado através da constatação que, nos assaltos registrados, a ausência dos homens foi sempre constante. Mabilde destaca três episódios nos quais os espiões foram percebidos por terem utilizado estratégias tanto quanto pueris, dado o olhar civilizado, como a utilização de arbustos.

Um dos casos ocorreu na propriedade dos senhores Ther e Ville, ambos de origem francesa, localizada nas proximidades do arroio Forromeco. Estes homens haviam estabelecido um engenho de serrar madeira após terem derrubado a mata das proximidades de suas moradias e do engenho, “para ficarem prevenidos contra os assaltos dos selvagens que abundavam naquela localidade”. A precaução dos moradores das colônias era devido não somente às histórias de ataques que circulavam, mas também “devido aos muitos indícios que encontravam na mata, quando derrubavam árvores para as obras que ali executavam” – como vimos acima – até mesmo os pinheiros que derrubavam possuíam as marcas dos indígenas. Em maio de 1830, o senhor Ther viu em frente de casa, em uma área de potreiro, um estranho arbusto de dez a doze palmos de altura, que denunciou ali a presença indígena. Sobre o arbusto dispararam alguns tiros de espingarda que fez o índio sair em disparada de volta à mata. (Mabilde, [1897-99] 1983:187).

O mesmo tipo de aproximação fora utilizado pelos Coroados em 11 de dezembro de 1832. Desta vez em uma propriedade próxima ao rio Caí, num lugar conhecido como “Escadinhas”. Neste episódio “O coroadado que servia de espia foi morto pelo proprietário, conhecido pelo alcunha de Manoel das Escadinhas, com um tiro de espingarda”. Pouco tempo depois, em 27 de fevereiro de

1833, na outra margem do mesmo rio, em uma fazenda chamada “Fazenda das Escadinhas” de propriedade do Major José Joaquim de Moraes, um outro coroadado disfarçou-se tendo “atada ao redor do corpo, uma porção de folhas e canas de milho”, mas também fora percebido por um escravo da fazenda que alertou ao capataz que, de espingarda, saiu na caça do indígena. Segue Mabilde ([1897-99] 1983: 188):

No mesmo instante o coroadado deitou a fugir porém, embarçando-se nas folhas e canas de milho que tinha atadas ao corpo, não pôde escapar, sendo morto com um tiro de pistola pelo capataz. Neste mesmo dia o capataz, acompanhado de sua gente, entrou nas matas, contíguas aos poteiros da fazenda, onde encontrou muitos selvagens a quem deu caça até o anoitecer. Desde aquele dia, nunca mais encontraram vestígios de selvagens no território da fazenda.

A estratégia da observação era necessária, pois os colonos alemães não eram como os antigos inimigos conhecidos pelos Coroados: não se tratavam dos Botocudos ou luso-portugueses com quem se relacionavam há longa data, nem eram outros Coroados inimigos. Como pudemos observar, muitos eram os riscos que corriam estes indivíduos ao empenharem-se nas correrias. Mas mesmo assim continuaram a praticá-las, certamente, porque através delas poderiam conseguir alguns de seus principais objetos de desejo: o ferro, as mulheres e crianças; embora esta não tenha sido a única forma de consegui-los. Os usos que os Coroados fizeram dos objetos de ferro que adquiriram foram diversos. Entre eles destacamos pelo menos três: como objeto de prestígio que poderia angariar uma esposa, conforme tratamos acima; a confecção de novas ferramentas mais eficientes, tanto para a caça quanto para a guerra – me refiro ao uso do ferro na confecção de pontas de flechas, por exemplo –; e também para a incorporação dos objetos em colares [Ver imagem número 3].

Além da incorporação prática destes bens, podemos também observar uma introdução simbólica de novos elementos fixados nestes objetos que, por sua vez, representam este contexto de contato. Ana Elisa de Castro Freitas (2005) analisou a inclusão de materiais da cultura européia aos colares dos chefes coroados no final do século XIX e início do XX. Para tanto utilizou o acervo etnográfico do Museu Júlio de Castilhos de Porto Alegre, onde encontra-se um conjunto de colares daquele período, nos quais surgem como adornos, ao mesmo tempo, “botões de camisas, fivelas, argolas de metal, cartuchos de bala, cordas e miçangas (...), fibras vegetais, sementes, dentes, garras, cornos e conchas” (2005: 138).<sup>35</sup> Conforme a autora, os colares apresentam-se enquanto objeto de demonstração de poder e prestígio, pois a inclusão de cada elemento exportado no adorno remete à incorporação da força e poder daqueles animais ao seu portador. Assim, supõem-se que a

---

<sup>35</sup> A coleção de colares do Museu Júlio de Castilhos é composta por 46 itens, dos quais oito foram catalogados como de procedência Kaingang, tendo sido doados ao museu por Otacílio Barbelo no ano de 1905. Destes colares, seis apresentam materiais não-indígenas dentre os quais destacamos: fragmentos de porcelana, dedais, espora, pingentes com pedras, arreios.

anexação dos objetos conseguidos com os brancos nos colares pode adquirir a mesma intenção, “os cartuchos de bala e as moedas condensam simbolicamente os dois principais instrumentos empregados pela sociedade colonial no empreendimento da conquista dos territórios Kaingang: as armas e o dinheiro” (2005: 141).



Figura 3 – Colares do século XIX. Acervo etnográfico do Museu Júlio de Castilhos. Foto: Soraia Sales Dornelles.

Quando em 1881, Carlos Von Koseritz escreveu um texto lamentando-se das perdas sofridas pelo incêndio ocorrido durante a exposição brasileira-alemã, no Rio de Janeiro, tratou sobre alguns objetos pertencentes aos Coroados. Dizia ele que as flechas produzidas pelos indígenas eram feitas com distintos materiais, principalmente o ferro e ossos. “O nosso bugre sabe forjar; é ele próprio quem de pedaços de ferro, roubados, prepara suas pontas de flechas e seus machadinhos para tirar mel. É um trabalho grosseiro imperfeito, como provaram muitas amostras que dele tínhamos, sendo o ferro batido com pedras também sobre pedras” (Koseritz, [1881] 1957: 44). Para Koseritz, tudo o

que se encontrasse entre os indígenas só poderia ser fruto de seus roubos, entretanto, havia outras formas de se conseguir estes objetos, como a barganha com autoridades através da prestação de serviços e as promessas de que permaneceriam nos aldeamentos montados pelo governo, ou mesmo as trocas entre os próprios indígenas. Antes disto, em 1865, também Reinald Hensel observou a produção de pontas de flechas quando esteve entre os indígenas aldeados em Monte Caseros. As flechas eram feitas com “lâminas de facas” e eram preferencialmente utilizadas para a caça de animais de maior porte, como antas ou jaguares ([1867] 1928:72).

Assim, muito distintamente do que se podia pensar, os indígenas utilizaram o ferro para reproduzir suas técnicas e simbologia, mas também fizeram, através de seu uso, modificações em suas formas de agir. Os materiais ocidentais não tinham por si só o poder de tomar-lhes sua cultura e obrigá-los a abandonar seus costumes, dada uma pressuposta superioridade perante os materiais antigos. Do mesmo modo que os imigrantes tinham incorporado os alimentos da terra, os indígenas se apropriaram do que os colonos trouxeram. As dificuldades postas em tais transformações culturais foram parte da história de ambos. Essa breve análise das relações entre indígenas e colonizadores no século XIX, permite demonstrar a fragilidade do argumento que afirma que o contato mostra-se sempre desfavorável aos índios, fazendo-os sempre perder qualquer coisa. Contrariamente, observamos a aplicação de estratégias de ação extremamente complexas e inteligentes por parte dos personagens que viveram tal situação, de modo que puderam, apesar da real desvantagem no jogo de relações de poder, fazer escolhas e agir conforme suas vontades e necessidades, antigas e novas.

## Capítulo II- A história em *As vítimas do bugre*, ou como tornar-se bugre na história

### 1. *As vítimas do Bugre*

As questões apresentadas no capítulo anterior permitem uma análise mais aprofundada sobre a complexidade de relações que envolveram os assaltos coroados às colônias alemãs. Neste capítulo destacaremos as experiências compartilhadas por aqueles personagens que vivenciaram os assaltos de diferentes formas. A narrativa do Monsenhor Matias José Gansweidt,<sup>36</sup> intitulada *As vítimas do Bugre*,<sup>37</sup> dá conta de nos transportar para o universo de interação, muitas vezes forçada, entre indígenas e colonizadores, fruto daquela conjuntura. O único sobrevivente de um sequestro, Jacó Versteg, quando já era idoso, retratou sua história ao monsenhor, que escreveu um romance baseado em seu relato e no de outras pessoas que dela participaram. O livro, bastante conhecido na região de imigração alemã, conta em detalhes, em suas 307 páginas, a história que aqui apresentaremos de forma resumida. Já na abertura do livro observa-se a preocupação dos envolvidos no evento com a veracidade dos fatos a serem narrados em seguida: é apresentada a declaração feita por Jacó Versteg, constando estar sua firma reconhecida em cartório:

Com a presente declaração, afirmo que a história que o Cônego Matias José Gansweidt, sob o título “As vítimas do Bugre”, escreveu acerca da minha pessoa e dos meus – o quanto me posso lembrar das particularidades – corresponde à realidade, o que afianço com minha assinatura. Poço das Antas, 20 de abril de 1928. Jacó Versteg.<sup>38</sup>

Em seguida temos o que parece ser a segunda testemunha:

Por este instrumento damos permissão ao Cônego Matias José Gansweidt de publicar a história que escreveu, sob o título “As vítimas do Bugre”, sobre Lamberto Versteg e a sua família. Em meu nome e no do meu sogro Jacó Versteg, que mora comigo, e no de muitos parentes. Poço das Antas, 3 de outubro de 1928. João Petry.

Com esse breve Prólogo observamos uma riqueza de informações interessantes sobre a obra que nos leva ao personagem Luis Bugre. Há uma clara necessidade de confirmação daqueles que

---

<sup>36</sup> Gansweidt nasceu em Birgelen, Alemanha, em 1874 e iniciou-se na vida religiosa em um seminário na Holanda. Estudou na Universidade de Louvaine na Bélgica, mas finalizou sua formação no Seminário Episcopal de Porto Alegre. Aqui, trabalhou em diversas localidades de origem teuta. Foi eleito Cônego Honorário em 1929 e Monsenhor em 1948. Dedicava-se às letras e produziu poemas, contos e dois romances: *As vítimas do Bugre* e *Chico Monge e seu Bando*.

<sup>37</sup> Em alemão *Luis Buger und die opfer seiner rache* cuja tradução feita por mim é *Luis Bugre e a vítima de sua vingança*. É a versão em português que utilizamos neste trabalho que foi traduzida pelo Irmão Eugênio Damião. No ano de 2009, um exemplar raro da primeira edição (1929) foi localizado pelo historiador Jürgen Zimmer em um antiquário na Alemanha, conforme notícia do site: <http://visaodovale.com.br/noticias/artigo/encontrada-primeira-edicao-de-luis-bugre.html> Nenhum trabalho, entretanto, foi produzido sobre o original, nem pude acessá-lo.

<sup>38</sup> No livro há informação sobre o original deste documento em alemão, não pude acessá-lo até o momento.

seriam os “donos” da memória sobre os eventos narrados no romance do religioso. Esse fato pode ser explicado pelo quão extraordinária é aquela história. Tanto para os que a viveram – como o próprio Jacó Versteg e sua família – como para os que dela tiveram notícia – caso do Arcebispo de Porto Alegre, citado no capítulo anterior, que queria escrever com as memórias de Jacó Versteg, uma obra digna da Academia Brasileira de Letras. Mais uma vez, os sequestros são percebidos como fenômenos fantásticos, capazes de chamar a atenção de espectadores e de provocar a defesa da autenticidade de sua participação pelos atores.

Outra questão diz respeito ao tempo impreciso que separa a coleta do relato do idoso Jacó Versteg e a publicação de Matias Gansweidt em 1929. Como tratamos anteriormente, isso se deveu ao fato de o Arcebispo D. João Becker ter se apropriado dos manuscritos de Gansweidt visto que pretendia utilizá-los para escrever um livro e, assim, tornar-se um acadêmico literário. Como apontou Mary Louise Pratt (1999: 96), textos publicados muito posteriormente aos eventos que os inspiram têm a capacidade de nos mostrar a força e a potencialidade dessas histórias dentro da cultura oral, dada a circularidade que apresentam. Se mesmo anos após a primeira identificação da potencialidade da narrativa, a mesma permaneceu merecendo o estatuto de poder tornar-se um livro, pode-se acreditar que essa história possui grande significado para a comunidade de onde foi capaz de emergir e de permanecer viva. E mais, em outros momentos e suportes, *As vítimas do Bugre* encontrou lugar para demonstrar tal suposição, como em jornais, por exemplo, quando foi matéria no *Correio Riograndense* no ano de 1969 e no jornal *O Contexto* em 2009.<sup>39</sup> Ou seja, é absolutamente atual a relevância desta história para a comunidade que permanece reafirmando sua identidade sobre fatos que a constituíram como o seqüestro dessa família por indígenas. O romance *As vítimas do Bugre* confronta a idéia divulgada na época – e também pela historiografia que a analisou – de que a imigração se fez sobre terras vazias, e afirma pelo contrário, que para quem compartilhou a experiência, “esses mesmos espaços são vivenciados de maneira intensamente humanizada, saturada de história local e significado, (...)” (Pratt, 1999: 115).

Mons. Matias Gansweidt inicia a narrativa buscando fazer apontamentos sobre o contexto da colonização alemã, tendo feito pesquisa documental, como consulta aos relatórios de presidentes de província. A problemática dos ataques dos índios às colônias alemãs é apresentada como principal fator de dificuldade da empreitada em seus primórdios. Gansweidt, através de seu relato, apresenta um pouco dos aspectos da vida cotidiana da colônia alemã de São Leopoldo, que, desde 1824, era o ponto de partida dos recém chegados ao Brasil para as novas terras. Disserta sobre como agiam os agentes das empresas colonizadoras ao tentarem atrair para si o maior número de imigrantes, tendo em vista o cumprimento dos contratos. Trata também das figuras que viam na nova terra a tentativa

---

<sup>39</sup> Ambos os jornais foram editorados e publicados na região da Serra gaúcha. O primeiro em Caxias do Sul e o segundo em Carlos Barbosa.



de reconstruir suas vidas após falências e infortúnios no Velho Mundo. Igualmente, apresenta a organização das acomodações dos recém chegados: instalavam-se de imediato na Feitoria Velha, juntamente com as bagagens; ali mesmo eram persuadidos pelos agentes a transferirem-se para os novos lotes. Deste modo, em 1858, o major Katen, administrador da Colônia Nossa Senhora da Soledade, procurava agricultores para povoar o Forromeco superior. Na Feitoria Velha conheceu Lamberto von Steg, descendente dos Condes de von Ameringen, que consta na ficha de chegada como Lamberto Versteg,<sup>40</sup> casado com Valfrida Bloom e pai de Jacó de 4 anos e Maria Lucila de 2 anos. Juntamente com outros companheiros da viagem ao Brasil – Valentim Weber e Pedro Auth, cada um com mulher e filhos – seguiram em marcha para as terras do Major (Gansweidt, 1946: 11).

Neste momento da narrativa o autor trata da “saga” que constituía a travessia da mata pelos imigrantes até a chegada às suas terras. Note-se que, aqui, o autor pode explorar o advento da colonização enquanto um símbolo de coragem e determinação desses europeus. Do mesmo modo, trata dos diversos componentes da rede social que integravam as novas colônias às sedes administrativas. Mesmo que sua narrativa carregue certo exagero quanto a alguns eventos dados na mata, a probabilidade de veracidade não é, de modo algum, improvável. Por exemplo, quando afirma que a pequena comitiva contou com os serviços de um caboclo, tendo este lhes fornecido pescado e transporte em seu barco. Mais fácil é apresentar provas da existência da fazenda de José dos Santos, “senhor de numerosos escravos, deu-se à criação do gado e ao arroteio de terras, chegando a ser homem de grande riqueza mediante trabalho constante e economias” (1946: 15). Segundo Mons. Gansweidt, o dono do sítio mantinha relação constante com a capital, fazendo comércio. Outro local de passagem era a venda de Jacó Filipe Selbach, e depois, a propriedade do luso João Inácio Teixeira.

Após três dias e meio de caminhada chegaram ao local prometido: o sinal era uma árvore descascada na floresta. Entretanto, nada mais havia: nem o agrimensor, seus homens, ou outros colonos, muito menos local para se abrigarem ou mantimentos para saciarem a fome. Neste ponto, o autor conta sobre a noite que as três famílias alemãs passaram, sozinhas, na selva, enquanto o Major buscava ajuda. Essas narrativas de noites na mata, sozinhos e sem mantimentos, mostra-se constante nas memórias produzidas sobre os primórdios da colonização, tanto alemã, quanto italiana. Reforçam características, que posteriormente, constituirão o próprio *ethos* do colonizador, tais como a coragem e a perseverança. Por outro lado, revelam a situação real dos colonos: eram forasteiros que não conheciam nada sobre a nova terra, dependentes dos saberes de outrem; mostram a necessidade que essas pessoas tinham de se abrir para outra cultura, tendo em vista sua sobrevivência.

---

<sup>40</sup> Mapa Estatístico da chegada de imigrantes alemães. AHRS. Fundo Colonização, Livro III, p.34.

Lamberto Versteg é apresentado como um conhecedor do mundo “científico”, pois é sempre ele quem dá explicações sobre o mundo observado. Ao matarem uma cobra, Lamberto explica detalhadamente como ocorre o ataque desse animal, exemplifica formas de tratamento, e, por fim, arrisca dizer: “Os nativos da terra, pelo que me consta, devem conhecer uma planta cuja seiva é antídoto infalível para qualquer mordedura de serpente”. Em volta da fogueira corriam histórias sobre “cobras, tigres e índios” (1946: 25). Seguiam os heróis, trilhando o caminho do córrego quando encontraram uma tigela, “um fragmento de pote”, e exclama um deles:

Só faltava essa! Isto aqui é dos bugres. Que tal se nos descobrissem?, e a tal provocação responde o outro: Seria o cúmulo! Que bom petisco para o estômago dos antropófagos! – Vejam só uma cousa! Pelas barbas de meu avô, isto aqui é nada mais e nada menos que um pedaço de panela dos índios. Garanto que aqui dentro já ferveu carne humana. (1946: 30)

Neste momento, é apresentada, através da figura de Lamberto, uma descrição do caco:

A parede interna é lisa como espelho. A externa, rugosa, cheia de sinais de unhas nela cravadas; e, mais uma vez, Lamberto argumenta explicativamente: É quase impossível não encontrar bugres. Mas eles não são comedores de homens. Pelo menos até hoje não se sabe de nenhum caso de antropofagia nesta zona. Preferem escravizar os prisioneiros, o que é pior, de certo modo. (1946: 30-31)

Depois disto, na narrativa, são encontrados pelo Major que chegou juntamente com o agrimensor – Hans Braun e mais cinco peões. Aqui ocorre uma cisão no grupo: Lamberto e Weber decidem voltar e instalar-se próximo ao Forromeco, enquanto a família de Auth segue o Major e o agrimensor. Os dois primeiros encontraram abrigo na propriedade de Pedro Krein e já na manhã seguinte trataram de negociar terras para cultivo. Lamberto comprou um lote mais ao norte de São Vendelino, no platô do morro; Weber se instalou nas planícies do rio Caí. Separaram-se as famílias companheiras de viagem. O povoado de São Vendelino, situado a 150 metros do nível do mar, aos poucos, tomou grande centralidade na colônia alemã, segundo o autor, tendo sido, por sinal de sua importância, sede da primeira paróquia da região (1946: 06-07). Lamberto tomou informações sobre os afazeres do colono: “arroteamento, frutos que mais rendem, métodos e época de plantar, limpeza da plantação, colheita e modo de vender. Anota como se constrói casa, cozinha, galpão, estrebaria, pocilga, horta e potreiro” (1946: 34). Foi ajudado pelo vizinho na construção da casa. Aqui é destacado o caráter rudimentar dessas primeiras construções, já abordado no primeiro capítulo: “Lamberto investe contra a floresta, que recua pela ação pertinaz do machado”.

## 2. Luís Bugre

Correm anos.

Cada vez mais se povoa o vale do Forromeco. Choças e casas, rodeadas de viçosos plantios, surgem em todos os quadrantes e recantos. Os produtos da terra sobem em número e qualidade, para o maior gáudio geral. O comércio avulta. Sinal evidente de que os colonos levam de vencida a natureza; já podem encarar confiantes o futuro.

Em 1864 constroem nestas paragens a primeira capela, de madeira. Dedicada a São Vendelino, santo que os colonos cultuam aqui, como na antiga Pátria. Serve para os officios divinos e de aula para os coloninhos.

Contudo, o morro em que Lamberto instalara sua residência pouco muda. Apenas dois novos colonos se localizam nas imediações, a distância de um quarto de hora, um a direita, outro à esquerda: João Boesing e Augusto Froem. Reúnem-se aos domingos na casa de Lamberto para, num convívio social, amigável, narrar-se mutuamente as aventuras e consolar-se das asperezas da colonização. Horas bem apreciadas, ricas de boas idéias, de alegria, tanto para homens quanto para mulheres e crianças.

Das palestras não ficam excluídos os bugres, ou índios selvagens das matas que, reiteradas vezes, haviam assolado as pobres e desamparadas colônias (Gansweidt, 1946: 37).

Como vimos, são numerosas e constantes as histórias dos confrontos entre os índios e os colonos alemães. No início da colonização encontramos os maiores prejuízos em vidas de imigrantes, principalmente o de maio de 1831, onde morreram onze colonos. Em 1857, por exemplo, na picada Feliz, atacaram a propriedade do Sr. Nicolau Rempel, que morreu atingido por uma flecha. Também de outras partes vinham notícias das temidas incursões dos índios, como em Mundo Novo e Brochier (Becker, 1995). Em vista dos fatos, o governo instalou em Feliz, o ponto mais ameaçado, um destacamento de 30 praças sob chefia de Jacó Fetter. Com isso acautelaram-se os ditos selvagens e mantiveram-se mais distantes. O governo provincial, literalmente, concedeu um canhão para que servisse de sinal de alerta aos colonos e, ao mesmo tempo, para assustar os índios. Quanto a este fato, o personagem de Gansweidt, Lamberto adverte:

– Não rezo pela mesma cartilha, não. Enquanto Luís Bugre tiver suas ocas ao sopé do Morro da Canastra, a indiada não abandonará estas redondezas. Anda de combina com todos, o maroto, a todos instrui, informa de tudo e lhes explica o que os brancos têm. A meu ver, não temem o ribombar do tiro em si, mas sim porque isso é o sinal de alarma que nos põe de sobreaviso contra eles (1946: 38).

Tratemos, portanto, deste personagem em especial, Luís Bugre. Em 1847, “ano fatídico e sombrio” para muitos moradores da jovem colônia Feliz, ocorreram diversos ataques e incursões dos Coroados. Não apenas devastavam as plantações, mas também lhes pilhavam o gado dos poteiros. Tendo tais acontecimentos como argumento, reuniram-se diversos colonos na tentativa de deliberar sobre a organização da defesa. Segundo Gansweidt, eram eles: João Barth, Jacó Bohn, João Berwanger, Miguel Nedel, Matias Flach, João Hentz, Pedro Hirschberger, André Scherer e Antônio Zirbes. Desta reunião organizou-se um plano: “Ao primeiro indício dos bandidos, os colonos seriam imediatamente avisados e iriam recebê-los a espingarda: o sal ou os chumbinhos dariam aos brutos uma recordação permanente da recepção que os colonos lhes haviam preparado”

(1946: 39). Na primeira tentativa dos índios sobre a colônia, especificamente na propriedade de Jacó Bohn, encontravam-se, então, preparados os colonos para o contra-ataque. Uma das partes do plano era esticar cordas nas plantações e a estas fixar latas vazias que denunciariam a presença dos intrusos com o seu ruído. Dado o alarme, o colono iniciou a chamada de todos os vizinhos para que saíssem armados em busca dos invasores. Então,

Dispuseram-se rapidamente a linha de ataque. Para impedir a inopinada evasão da horda que de nada suspeitava, cercaram-na em semi-círculo, protegidos pela densa folhagem da mata. Assim também lhes cortavam a retirada. Tudo silêncio. De improviso um grito, logo dezenas de berros de mistura com as deflagrações dos rifles temidos. Alguns cães trazidos pelos colonos, cooperavam no ataque.

Indizível o pânico que subjugou os índios. Fugiram tropeçando, caindo, derrubando-se mutuamente qual bando de demônios acossados por água benta. Voaram morro abaixo e no vale se jogaram nas águas tranquilas do Caí e desapareceram (Gansweidt, 1946: 39).

Desse fato, decorreu que um menino, de aproximadamente onze anos, atingido no joelho, e desta forma, inapto para a fuga, tornou-se prisioneiro dos colonos. Esse índio não foi recebido, a princípio, por nenhuma família alemã. O certo é que quando estavam quase decididos a devolvê-lo aos seus, foi acolhido por Matias Rodrigues da Fonseca, de origem portuguesa, mas firmemente integrado à colônia. Dois anos depois, em 1849, foi batizado na religião católica, como Luís Antônio da Silva Lima, pelo padre João Sedlack, em Hortêncio. O menino foi instruído no português e no alemão, tendo mantido, segundo os informantes, o sotaque *sui generis*. Mesmo que confusas as informações sobre a criação de Luís, parecem coincidir que o menino não tenha sido obediente ao tutor Matias Rodrigues, mesmo sob a possibilidade de ser castigado,

Preferia correr os matos e caçar, no que empregava longas horas do dia. as vezes ausentava-se durante semanas, trazendo, porém, sempre algumas peles de animais bravios.(...)Certa feita desapareceu por vários meses e todos julgavam se tivesse reunido aos de sua raça, quando inopinadamente retornou para junto de Rodrigues. Havia feito uma excursão pelas terras de Santa Catarina, como afirmou.

Voltou acompanhado por uma consorte que, no matiz da pele e na estatura, bastante se parecia com ele. Uns dizem que é índia da mesma tribo, outros que é uma cabocla procedente de Portão, no Município de São Leopoldo (Gansweidt, 1946: 40).

É importante lembrar que Luis havia participado de uma correria quando foi capturado e, portanto, de uma atividade de cunho guerreiro seguindo os parâmetros Coroados de ação. Desse modo, podemos pensar quais significados tiveram sua nova situação, quer dizer, a de prisioneiro entre os brancos, para o próprio menino índio. Em primeiro lugar, podemos pensar em Luis como propriamente um menino? Como já comentamos em momento anterior, os Coroados passam a morar sozinhos exatamente na idade em que Luis foi aprisionado e, assim, podemos inferir que sua vida de adulto já estava em curso. O mesmo pode-se concluir por sua participação no assalto, bem como por sua independência em retornar, quando de sua vontade, a companhia dos seus. O certo é que o rapaz passou a viver uma experiência especial entre os colonos e a partir dela poderemos

acessar, mesmo que de formas indiretas, que sentimentos estiveram em seu espírito e motivaram suas escolhas. Pois é fato que Luis sempre retornou à colônia, mas também sempre visitou seus companheiros nas matas. Não sabemos ao certo a partir de que momento Luís Antônio da Silva Lima, passou a ser chamado e conhecido por Luís Bugre. Mas parece-nos interessante, tratá-lo assim para que possamos compreender melhor os acontecimentos que cercam sua história e outras a partir deste momento na narrativa.

Nos anos em que permaneceu morando em Feliz, Luís Bugre costumava participar das atividades de caça do colono João Welchen. Correm boatos e discursam alguns documentos<sup>41</sup> que nesses momentos, Luis encontrava com outros indígenas e que mantinha relações com eles. Assim, Luis Bugre era um intermediário entre os colonos e os indígenas, estabelecendo trocas comerciais de produtos como mel, peles, aves, espelhos, facas de metal, açúcar, sal. Luis também parece ter assumido a função de guia, desde muito cedo, para aqueles que pretendiam incursionar nas matas desconhecidas. Muitas vezes esses imigrantes o acompanhavam e também contatavam com outros índios, tendo conhecido suas casas e aldeias. Aos poucos, vemos ser construída a imagem de traiçoeiro de Luis Bugre, mesmo tendo ele prestado diversos serviços aos colonos.

Freqüentemente deixava-se ficar em casa de Matias Theis, no Vale do Tigre, que por camaradagem lhe cedia toucinho, melado ou feijão e outras cousinhas. Certa feita reapareceu e disse a Theis que não se alarmasse, se lá de fora ouvisse um rumor esquisito: seriam apenas seus compadres selvagens que não fariam mal a ninguém. De repente ouviu um cricracrar e ranger de dente em volta da casa, no seu milharal. Não se fiou na palavra do **corre-selva** e temeu algum assalto traiçoeiro. Como raio, entrou quarto a dentro, pegou da espingarda, voou ao sótão, deslocou uma telha e, pelo telhado, detonou a arma. Quais pássaros espantados, os visitantes fugiram apressados para o mato. Luís Bugre jamais pôde perdoar isso a Theis. Estavam cortadas as relações entre ambos (Gansweidt, 1946: 41).  
[grifo meu]

Parecia que o fato de Luis continuar a circular pelas florestas, plantava nos colonos uma desconfiança com relação a sua índole. Depois deste evento, Luís Bugre deixou aquela localidade, dirigindo-se e instalando-se mais ao norte, próximo às nascentes do rio Forromeco, ao pé do Morro da Canastra. Embora tenha sido considerado um traidor por Matias Theis, Luis também sentiu-se traído: sua palavra não foi suficiente para o colono. Desta forma, se afastou relativamente das colônias. Mas continuou a relacionar-se com seus moradores e com os indígenas nas matas:

---

<sup>41</sup> A maior parte das referências sobre a vida de Luís Antônio da Silva Lima apresentam-se em memórias de colonos ou cartas. Até o presente momento acessei, apenas, as publicadas em COSTA, Rovílio; MARCON, Ítalo. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes históricas*. Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre: EST, 1987; *Jornal Folha de Caxias*. (números 56 ao 63 – ano I – Caxias do Sul); BARBOSA, Fidelis. *Campo dos bugres: a vida nos primórdios da imigração italiana*. Porto Alegre: EST/SULINA, 1975; GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Colônia Caxias: origens*. Porto Alegre: Escola superior de Teologia (EST), 1993; GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Os povoadores da colônia Caxias*. Porto Alegre: Suliani, 1992.

Vagueia pela floresta ou visita as vendas destes rincões, trocando objetos, enquanto deixa a mulher e um par de filhos aos próprios cuidados. Em qualquer parte que vá, o acompanha uma forte matilha de cães ferozes que o fazem deveras temido. Menos de uma dúzia nunca o cercam. Mas, justiça lhe seja feita: tem os bichos na mão, atendem prontamente a seu assovio e temem mais sua voz que seu chicote.

Conhecendo ele, como a palma da mão, toda a selva ao longe e perto, valiam-se dele os negociantes e ainda se valem para mostrar seus artigos aos silvícolas do interior. Isso fazia de muito bom gosto, pois os negociantes em paga lhe davam pinga. Outras vezes servia de guia para os compradores e agenciadores de terras a quem apontava os melhores chãos.

(...). **Não quer saber, porém, que o chamem de Bugre.** De modo nenhum. Mas Luís Antônio. O epíteto que os brancos lhe deram é um sinônimo de desprezo, uma injúria, uma desonra. Há poucos anos estava uma mocinha ordenhando uma vaca nas cercanias de Salvador [atual Tupandi].

Era Ana Reinehr. O dia findava. Ouviu ela o patear e fungar de animais. Assustada, virou a cabeça e viu uma corja de enormes cães que avançavam em sua direção e atrás deles, Luís Bugre, armado de um grande fuzil. Sem saber o que fazer, gritou à irmãzinha que além dava de beber a um terneiro guacho: Luís Bugre! Bastou. O selvagem ouviu o nome detestado.

Furioso, arrancou do ombro a arma e, sem tir-te em guar-te, puxou o gatilho. Acertou o alvo: A bala vingativa perfurou o úbere do animal.

Eis quem é Luís Bugre em alma e corpo, como o conheço por narrativas e de vista. Os meus compadres aqui sem dúvida são capazes fornecer ainda outras notas sobre o herói (Gansweidt, 1946: 41-42). [grifos meus]

Como pode-se observar, este breve excerto apresenta uma imensa riqueza de informações acerca do imaginário construído sobre a figura de Luís Bugre. Identificamos uma espécie de arcabouço imaginativo do qual as pessoas se valeram para construir uma idéia sobre este indígena que vivia entre eles. Um homem solitário que percorre distintos universos, que se comunica com eles e, ainda, tira proveito deles, pois tira o que há de mais vantajoso em ser índio, ser colono, e ser bugre. Luís Bugre pode conviver com distintas identidades. Entre os colonos alemães Luis Bugre não conseguiu obter prestígio, mesmo tendo sido-lhes útil e prestativo, parecendo que este permanente contato com seu mundo de origem lhe tornasse indigno da confiança dos alemães. O indígena abominava o nome que recebera, pois percebia o tom pejorativo que o acompanhava. Em um nível mais geral, Luís Bugre representa a existência de margens de mobilidade, que podem alargar as possibilidades de transformação e resistência na sociedade. Para Jacques Poloni-Simard (2000: 93-97) seguir essas redes ego-centradas nos indivíduos permite observar a variedade de identidades com as quais estes se definiam ou eram definidos [exemplo: bugre, colono, kaingang, coroados; colono, italiano, piemontês]. Assim, temos uma fluidez nas categorias fruto da variedade de laços e círculos de relações compostos pelos indivíduos.

Essa perspectiva depende, é claro, da possibilidade de identificar estes mediadores, que circulavam entre distintos grupos, que conseguiam sair da massa indígena sem cortar os antigos laços de origem; atingiram locais de poder em novos e antigos grupos – caso de Luís Bugre. Esses atores pertenciam a estratos muito distintos da sociedade, o que não significa que o universo colonial era aberto a esta condição. Houve, sem dúvida, um processo de mestiçagem na vida material e social dos povos que estiveram em contato em distintos momentos históricos, que trouxeram mudanças às sociedades indígenas e aos que com elas se encontraram. Entretanto, nem

todos os laços devem ser tidos como mestiçagem ou ascensão social, quer dizer, era preciso compartilhar certas experiências para que pudessem emergir esses personagens.

### 3. O sequestro da família Versteg.

Tendo completado cerca de dez anos que a família de Lamberto Versteg havia se instalado em São Vendelino, em 1867, resolveu ele partir para uma quermesse no Caí, onde iria encontrar seu amigo dos tempos iniciais no Brasil, Valentim Weber. Como era de costume, Lamberto recebera uma carta do amigo através do ponto comercial mais próximo a sua propriedade, a venda de Eisenbarth. Esses locais, as famosas vendas constituíam, naquele período, verdadeiros lugares de difusão de informações, pontos de referência e *locus* predileto das relações sociais nas colônias. Foram nessas vendas, que muitas vezes se viu Luis Bugre alterado pela bebida, provocando brigas, como tantos outros o fizeram. Dessa forma, se assemelham às *pulperías*, características do universo colonial espanhol, identificadas por Wilde (2003: 125) como lugar propício ao contrabando, mas também lugar de encontro e circulação de gêneros e informações.

A primeira coincidência da qual trataremos, diz respeito ao fato de que Luís Bugre estava presente no momento em que o proprietário da venda informou a Lamberto a chegada de uma carta endereçada a ele, bem como a respeito de seu conteúdo: os festejos no Caí, e a partida de Lamberto em breve, naquela direção. Tratando-se de viagem curtíssima, Lamberto deixou sua mulher e filhos sozinhos, Jacó que tinha naquela época 14 anos e Lucila 12 anos. Parte juntamente com outros colonos, todos moradores do Forromeco e arredores. Na narrativa desta viagem por Mons. Gansweidt, observamos diversos sinistros. São muitos os pressentimentos que o personagem Lamberto tem durante a viagem. Também os têm Valfrida no fazer das tarefas de seu rancho.

No dia da viagem, em 14 de dezembro de 1867, consta que Luís Bugre fora à propriedade dos Versteg, logo pela manhã, onde encontrou Valfrida e os filhos, e lhes instruiu para que colocassem um pano branco no telhado, para que os índios do mato não lhes fizessem mal, pois seria esse o sinal de que aquela casa era amiga. Foi o que Valfrida fez logo da partida de Luís Bugre. Mais tarde, no mesmo dia, o rancho foi atacado por um grupo de índios, que os levaram como prisioneiros, além de alguns animais, facas, panelas, louças e roupas. Antes de partir, colocaram fogo no que ficara para trás. Quando do retorno de Lamberto, ele encontrou ainda em brasas sua propriedade e percebeu a ausência da família. Notou que se tratava de um ataque de índios, pois na propriedade ficaram as marcas do confronto, dentre as quais, diversas flechas. Buscou por eles nos vizinhos mais próximos – note-se que essas propriedades distavam um quarto de hora de caminhada entre uma e outra, e mesmo assim, eram consideradas próximas –, que nada

sabiam a respeito. Partiram, então, para São Vendelino, onde tocaram o sino da capela, no intuito de reunir o mais rápido possível, homens que pudessem socorrer os sequestrados.

Na casa de João Boesing, reuniram-se os componentes da expedição que partiria em busca dos familiares de Lamberto: João Filipe Scheid, Antônio Grossmann, João Beckenbach, Nicolau Neis, Jacó Weirich, Henrique Esswein, Antônio Ludwig, Nicolau Lermen, Tomás Postai, João Lottermann, Matias Hendges, Xavier Boeni, Frederico Gossenheimer, Jacó Mueller, Pedro Krein, Simão Backendorf, Matias Nauls, Nicolau Binsfeld, João Ramler, Matias Scherer, Jacó Schmitt, Adão Petry, Matias Rodrigues da Fonseca – enteado de Luís Bugre –, Augusto Froem, Lamberto Versteeg e João Boesing. (1946: 69) Matias Rodrigues assumiu a chefia da expedição que partiu na manhã seguinte ao ataque. Tomaram, com o auxílio de cães, o rastro dos fugitivos e seguiram mata adentro.

O mais impressionante da narrativa de Gansweidt sobre esta parte da história é que esses dias de buscas são apresentados desde a perspectiva dos expedicionários como também dos sequestrados. Cada detalhe parece coincidir apontando para a veemência dos fatos. Pode-se perceber os dramáticos momentos em que os Versteeg estiveram próximos de serem encontrados. Em dado momento, o grupo de resgate é surpreendido por flechas que vem da mata. Foram dois dias de buscas, tendo havido intensa chuva em uma das noites. Decidiram desistir quando perceberam que suas provisões e estado físico já estavam próximas de esgotarem-se e que a melhor forma de dar continuidade às buscas era chamar à responsabilidade do governo, que lhes prometera segurança, indo até São Leopoldo e exigindo atitudes.

Gansweidt apresenta, então, o que ocorre com os sequestrados. Algum tempo após iniciada a marcha pela floresta, os seus pés encontravam-se gravemente feridos, o que levou os índios a curá-los, ou pelo menos aliviar-lhes as dores para que pudessem continuar a fuga o quanto antes, através de seus métodos: fizeram-lhes cortes profundos nos pés e, posteriormente, aplicaram sobre eles brasas e uma pasta de ervas. Também foram utilizados remédios para espantar os mosquitos. Para Valfrida, que se apresenta neste momento da narrativa como interlocutora, tratou-se de um momento de grande sofrimento, pois compreendeu como bárbara aquela atitude, e, somente depois de sanadas as chagas, percebeu que se tratava de um remédio. Os prisioneiros foram alimentados e postos sob guarda para que dormissem. Para a mãe: “mais e mais de que os bugres, apesar de rudes e cruéis, sabem ter bons sentimentos e compaixão, o que muito a consola” (Gansweidt, 1946: 89). Este confronto entre o que esperavam os brancos dos índios é permanentemente marcado nesta narrativa, mesmo que os índios os alimentassem e tratassem de seus ferimentos, parecia iminente o momento em que seriam devorados pelos bugres.

Na primeira noite tentaram uma fuga. Valfrida chamou os filhos quando os índios dormiam e iniciaram uma corrida desenfreada pela floresta. O fizeram até a exaustão, quando decidiram



descansar em um taquaral, entretanto, foram recapturados. No dia seguinte, reiniciaram a marcha, mas em dois grupos, que seguiram caminhos distintos, provavelmente no intuito de despistar os brancos que os seguiam na mata. Naquele dia ouviram tiros na floresta, que aumentaram as esperanças de Valfrida e as crianças de serem resgatados, mas nada ocorreu. Passaram a noite seguinte em um abrigo devido à torrencial chuva que caiu, a mesma que havia feito com que retornassem os expedicionários. Na manhã seguinte, após uma curta caminhada, avistaram a aldeia:

Após uns dez minutos de marcha, avista Valfrida ao longe uma espécie de aldeia no cimo de uma leve elevação. É um grande círculo de choças quadrangulares, baixas. No centro ergue-se uma construção mais ampla.

Assalta-a uma onda de alegre esperança: se lá morarem homens brancos, pensa, hei de gritar por socorro, aconteça o que acontecer. Em breve, porém, seus olhos descobrem crianças pardas, nuas, que folgam à sombra de uma árvore; aquilo é pois a taba dos bugres e será, doravante, sua amarga prisão.

De fato, é uma aldeia índia, chamada depois “Campo do Bugre”. Ficava exatamente no mesmo local onde se ergueria, anos mais tarde, a bela cidade de Caxias do Sul (Gansweidt, 1946: 101).

É interessante o fato de a aldeia indígena ter parecido aos olhos da prisioneira com as casas dos colonos. Como tratamos no primeiro capítulo, as moradias coloniais dos primeiros tempos, em nada se assemelham com a concepção de cidade que hoje compartilhamos e, muitas vezes, equivocadamente, estendemos ao tempo passado. Logo da chegada dos brancos à aldeia, foram confiados a uma velha índia cujo nome era Ceji. Esta personagem vai mostrando-se aos poucos, como uma espécie de líder espiritual do grupo, que detém os conhecimentos da tradição. Essa informação também é apontada por Mabilde ([1897-99] 1899: 136) ao afirmar que “essas mulheres velhas serão também encarregadas da guarda e vigia das prisioneiras, quando os homens as possam apanhar”. Fatos como esse parecem ter sido corriqueiros, pois outra sobrevivente alemã de um sequestro por indígenas, a chamada Maria Bugra, informou também ter sido posta, juntamente com os outros sequestrados, sob os cuidados de uma velha índia (Kerber, Padanov, Puhl; 2007: 205).

Voltemos à narrativa de Gansweidt. Após chegarem à aldeia seguiu-se um alvoroço, fruto da chegada do restante do grupo. Estes foram recebidos alegremente, pois traziam consigo os materiais provenientes do assalto. As roupas foram distribuídas entre as mulheres, o restante – a louça, os metais e os animais – entre todos outros, e passaram a empenhar-se em preparar uma festa. As crianças logo se entrosaram com os do grupo, o que também assemelha-se a outras situações de sequestro, como nos mostra, mais uma vez, o caso dos Wadenpuhl:

Os dois rapazes, aliás, em pouco tempo se tinham habituado aos costumes dos selvagens e achavam divertida a vida que levavam. Manobravam arco e flecha, trepavam como macacos, subiam as árvores mais altas para colher frutos, ninhos de pássaros, mel de abelhas e uma espécie de cipós, muito rico em seiva, que constituía um alimento muito apetecido (*O 5 de Abril*, apud Kerber, Padanov, Puhl, 2007: 206).

No dia seguinte, todos foram acordados pelo barulho que os cães fizeram. Tratava-se da matilha que acompanhava a Luís Bugre. Acontece que o índio fora avisar que a polícia estava em busca dos brancos sequestrados, e que, portanto, deveriam deixar o local o quanto antes. É nesse momento da narrativa que Valfrida dá-se conta da traição de Luis Bugre. Num acalorado diálogo tenta convencê-lo de ajudá-la e a seus filhos, mas não consegue. Luís lhe diz: “Bugres fugir, levar junto mulher branco. Mulher orgulhoso nada mais ser agora que bugre” (Gansweidt, 1946: 113). Essa frase atribuída a Luis Bugre contém em si, todo o simbolismo presente no título do livro (tanto em alemão quanto na versão em português). Indica a intenção vingativa do indígena que havia sido feito prisioneiro quando jovem, em devolver aos colonos a mesma experiência. Não cabe aqui discutir se existe, de fato, alguma vítima ou culpado nesta história, mas perceber como, dependendo do lugar em que nos colocamos, todos podem ocupar estes papéis: vítimas e culpados. Entretanto, vitimar Luis Bugre e, com isso perdoar seu ato de vingança, se é que realmente ele tenha assim pensado, desviaria nosso foco de sua agência enquanto sujeito histórico. Luis certamente ajudou a arquitetar o assalto, teve com isso suas intenções e delas tentaremos nos aproximar. No Campo dos Bugres, iniciaram, pois, os preparativos para fuga, tomaram o que podiam carregar, e enterraram ou destruíram o que não pretendiam deixar como vestígio. As mulheres da aldeia condenaram Valfrida por terem de emigrar.

Enquanto isso, tendo falhado a primeira expedição de buscas, Lamberto Versteg e Matias Rodrigues partiram, imediatamente, para São Leopoldo em busca de auxílio do governo. De lá foram encaminhados para Porto Alegre onde o governador da Província, Dr. Francisco Marcondes Homem de Melo, deu autorização ao chefe da polícia para que pudesse agir sob a guarda financeira da expedição. No relatório do Presidente da Província de 1868 consta que:

Apesar dos núcleos de aldeamento de índios existentes nesta província não cessaram eles de incursões e estragos nas suas vizinhanças. No dia 14 daquele mês [dezembro] assaltaram os bugres a casa do colono Lamberto Versteg, da colônia de Santa Maria da Soledade, sita no 5 distrito do termo de S. Leopoldo, levando para os matos a família do mesmo colono, composta de mulher e filhos. Tão depressa tive conhecimento desta triste ocorrência, autorizei o Dr. Chefe da Polícia a andar proceder as necessárias diligências com o fim de afastar os bugres para longe das colônias e de reaver a família raptada.<sup>42</sup>

Assim, o Chefe da polícia recrutou voluntários entre os próprios colonos e, em 22 de janeiro de 1868, dezoito homens reuniram-se na casa de Eisenbarth no Forromeco. Entre os membros da expedição estava, Luís Bugre. Este se apresentou aos colonos e ao delegado como um membro importante para o sucesso da expedição, visto que conhecia as matas e os índios. “Luís Bugre mostra-se admirado e aparenta indignação pelo assalto execrado dos bugres” (Gansweidt, 1946:

---

<sup>42</sup> Relatório 13/04/1868 – Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Melo passou a administração d’esta Província ao Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-presidente. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1868: 30.

117). Assumi, pois, a função de guia da coluna. O que Gansweidt tenta nos mostrar, coerentemente com os fatos, é que, para o índio, o ponto principal era não permitir o salvamento dos desaparecidos, tendo em vista que estes poderiam denunciar sua participação no assalto.

Nos primeiros dias pouco aconteceu. O fato mais relevante foi o ataque que os expedicionários sofrem de um bando de porcos do mato. Em seguida, Luis Bugre os levou ao agora abandonado campo de pinheirais próximo a onde se encontrava a aldeia. Lá todos puderam observar os traços do que, sem sombra de dúvidas, fora uma aldeia: cinzas de fogueiras, os buracos dos postes que constituíam as estruturas das moradias, as palhas secas que eram prováveis telhados. O abandono mostrou-se recente. E, por outro lado, a exagerada indignação de Luís, chamou a atenção do delegado. Assim, a tropa, desconfiada, decidiu despistar Luis, solicitando que retornasse para procurar uma bolsa de moedas perdidas no último local de pouso, mas na verdade, fizeram isso para continuar a marcha sem ele. Dessa forma, chegaram à propriedade do estancieiro Manoel Firminiano onde se refizeram e ainda ganharam como reforço os peões do proprietário. Continuaram as buscas, entretanto, dez dias depois retornaram todos à fazenda sem nenhuma notícia ou sinal dos desaparecidos. Sobre o final da jornada, nos informa o mesmo relatório acima referido:

Por ofício de 24 de fev., comunicou-me o Chefe de Polícia que foram infrutíferas as diligências empregadas, pois apenas se encontraram vestígios passageiros da marcha dos selvagens, despendendo-se com a partida que de 19 de janeiro até 11 de fevereiro se internou nas matas, a quantia de 701\$740 réis que mandei pela diretoria da fazenda provincial.<sup>43</sup>

Findada essa segunda expedição em busca de sua família, Lamberto Versteg perdeu as esperanças e vendeu ao italiano-austriaco, Antônio Zeni, por preço baixíssimo seu rancho em São Vendelino, partindo sem que os outros colonos tomassem conhecimento de seu destino. Também as notícias sobre Luís Bugre escassearam por algum tempo. Enquanto isso, permaneceram os três colonos sob a guarda dos indígenas. Dentre a densidade de informações que Gansweidt apresenta, é relevante tratarmos de alguns aspectos que podem nos ajudar a compreender esse período vivenciado pelo grupo ao qual os três colonos somaram-se. Tenhamos, portanto, em vista, que essa se trata da única forma de acesso à experiência vivida por aqueles protagonistas cujo relato coube ao sobrevivente alemão, Jacó.

O certo é que durante praticamente dois anos, aquele grupo circulou pelo território de matas do nordeste do Estado: desde a aldeia no Campo dos Bugres, até a chamada “terra da fartura”, como citado no livro (Gansweidt, 1946: 141). Seguiram também para onde termina o planalto e de onde podem avistar o lago Guaíba (1946: 156). Eles permaneceram também, certo período, no Poço das Antas (1946: 167). Esta circulação pelo território era comum ao grupo, pois nos meses de inverno

---

<sup>43</sup> Idem.

se dedicavam à coleta de pinhões nas zonas altas e, no verão, praticavam a caça em áreas de planície. Entretanto, com o início da colonização, os espaços ficaram cada vez mais reduzidos. Não era raro que avistassem, ao longe, traços da colonização.

Lotes de gado, variado na cor, e tropas de cavalos pastam em alguns pontos. De espaço em espaço alvejam sobre o verde capim, algumas moradias de civilizados, rodeados de árvores frutíferas.

(...). Ou ainda, ouvem ao longe latidos, mugidos e cocoricós. Logo, espalhados por lá moram colonos, os caras-brancas que eles tanto odeiam (Gansweidt, 1946: 180, 197).

Nessas aproximações, era destacado um grupo que caía de assalto às plantações e roças de mandioca dos colonos (1946: 200). Em uma dessas expedições, um homem voltou ferido, fato este que provocou a expectativa de vingança entre os membros do grupo. Partiram novamente em direção à mesma roça, mas lá estavam os colonos à espera de um novo ataque dos índios, preparados com armas e cães. Surpreenderam, assim, aos índios que fugiram e partiram novamente em marcha daquela região. O destino, dessa vez, foi a antiga aldeia. Conforme Mabilde ([1897-99] 1983: 159-180), depois da instalação da política de aldeamento pelo Estado, da colonização européia e do acirramento das guerras internas entre os Coroados, a alta mobilidade dos grupos que optaram pela permanência nas matas foi estimulada, pois aqueles índios se viam perseguidos por diversos grupos e, desse modo, não tinham mais condições de manter alojamentos permanentes, como confirma o relato de Jacó nas palavras de Gansweidt.

Enquanto a personagem Valfrida é apresentada por Gansweidt como permanentemente remanescente de sua vida na colônia, enfraquecida com o passar do tempo, os filhos aparecem adaptados ao modo de vida do grupo do qual faziam parte naquele momento:

(...) bem depressa se habituaram ao novo gênero de vida. A exceção de leves tosses e alguns resfriados, estiveram sempre bem dispostos e participavam voluntários nos feitos e afazeres dos colegas. Aprenderam termos e frases da nova língua. A breve trecho identificaram-se, quase completamente, com os jovens selvagens. E por tais passariam se não fossem as roupas, todo enegrecidas e com rasgões, através dos quais a alvura da pele denunciava serem de outra raça (Gansweidt, 1946: 148).

As duas crianças eram permanentemente instruídas pela velha índia, que lhes contava várias histórias sobre como viviam os Coroados. Jacó parece inclusive ter sido agraciado pela afeição do cacique do grupo. Participou de caçadas, embora a coleta de alimento pareça ter sido sua tarefa mais comum. Experimentou, inclusive, a conhecida “erva de bugre” ao tragar um cachimbo. É o próprio Gansweidt que questiona os pontos mais interessantes a serem debatidos:

Mistério para Valfrida! Que tencionavam fazer dela e dos filhos os bizarros selvagens? Simples prazer em possuir brancos em seu meio? Vingança premeditada contra os colonos? Ou algum plano mais ousado, mais incrível: talvez queiram fazer do Jacó, no futuro, um

morubixaba que os conduza a uma guerra de extermínio contra os estrangeiros? (Gansweidt, 1946: 165).

Nenhuma das suposições pode ser tomada como absurda, nem mesmo esta última, pois se sabe que um cacique “de fora” era possível entre os Coroados, mesmo constituindo uma exceção. Por exemplo, a tribo do cacique Nicuó (ou João Grande, como era conhecido entre os brancos), que se tratava de um grupo dissidente do cacique Braga. Naquele momento (1850-1853), o grupo encontrava-se numericamente reduzido – 23 indivíduos, dos quais apenas duas mulheres – e era capitaneado por um negro foragido da fazenda de Mariano Pimentel nos Campos de Vacaria e que, desse modo, podia indicar os locais para assaltos por conhecer as rotinas do lugar (Mabilde, [1897-99] 1983: 42-43, 60-61). Como discutiu Laroque (2000), existem controvérsias na bibliografia a respeito da origem étnica desta liderança, pois no relato de Leopoldo Petry (1923; 1931) Nicuó era o negro fugido e no momento de sua morte, “atingido por um varapau de *Yatoahê* (Doble)” (Laroque, 2000: 141), teve seu crânio analisado e daquele modo verificada sua origem negróide por constatarem ser “muito duro”. Já em uma correspondência de Felipe José de Souza ao presidente da província, temos a informação da morte e extermínio do grupo de João Grande, bem como de um escravo fugido tido como desconhecido.<sup>44</sup> O fato mostra a possibilidade de um “estrangeiro” poder constituir um grupo Coroado de modo a, inclusive, ocupar uma posição de liderança.

Outro cacique que teria descendência não coroada seria Nonohay. De acordo com a narrativa do cacique Konkó ao coronel Serafim de Moura Assis, relatada em 1930 (Rosa, 2009),<sup>45</sup> no ano de 1752, uma expedição saída de São Miguel das missões, comandada por D. Miguel de Aguilar e D. Alejandro Martinez (ambos brancos), conduziu um grupo guarani que deveria buscar erva-mate. Tendo penetrado nas proximidades do rio Inhacorá foram atacados por um grupo de Coroados. Muitos Guaranis padeceram, bem como D. Alejandro, entretanto, D. Miguel foi capturado. Entre os Coroados, passou a ser chamado de Fondengue e a compartilhar seu modo de vida, dando prova de sua lealdade em um combate que seu grupo manteve contra os Botocudos, por ter avisado do perigo ao seu cacique. “Feliz em poder contar com este bravo homem, Tandu [cacique do grupo a que se uniu D. Miguel] nomeou-o seu substituto no comando do aldeamento e o presenteou com mulheres das mais bonitas da tribo como esposas” (Rosa, 2009: 142). Como cacique dos Coroados da região da Guarita, em 1772, Fondengue convocou dois de seus filhos para que combatessem os Botocudos: Ming (tigre) e “o filho sem nome”. Este último possuía uma esposa guarani que partira com ele para o combate. O filho sem nome, ao ser atingido durante a luta, caiu ao chão e ficou inconsciente. Conforme Rosa (2009: 143):

---

<sup>44</sup> Correspondência de 19/05/1853 – Correspondência de Felipe José de Souza ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. AHRs. Aldeia de Vacaria. 299, Maço 2.

<sup>45</sup> O coronel Serafim de Moura Assis transmitiu essa narrativa ao jornalista e escritor Nicolau Mendes que publicou esta história no livro *O império dos coroados* em 1954.

Sua mulher, que falava mal a língua kaingangue, assustada com o ferimento, ao invés de gritar, como seria correto, “*nonohay*” (conforme Mendes, “dormindo ferido”), bradou “*nonohay*”. O filho sem nome de Fondengue foi batizado ali mesmo: “Nonohay”. Isso aconteceu porque os demais guerreiros julgaram que a palavra pronunciada pela guarani fez reviver o jovem índio.

Assim, conforme a análise de Rosa sobre as histórias contadas pelos Kaingang em distintos momentos da história, mostra que a narrativa sobre o passado deste grupo relaciona-se com as guerras e a vingança, mas também com a mestiçagem, como constituinte da configuração étnica deste grupo (2009: 158). Segundo as informações coletadas pelo autor, não só Nonohay teria casado com uma guarani, mas seria, ele mesmo, filho de uma relação também mestiça, isto é, entre um branco e uma kaingang. O que se deseja apontar com esta breve apreciação é mostrar como as possibilidades de indivíduos exógenos ao grupo assumirem papéis na sociedade coroada não configuram um absurdo, mas sim, uma possibilidade plausível conforme a história e a memória deste grupo.

Voltemos, pois, ao seqüestro da família Versteg. De volta à aldeia no Campo dos Bugres, conforme Gansweidt, os índios iniciaram os preparativos para uma guerra aos Coroados do norte:

A inimizade entre as duas tabas proveio, como Jacó já sabe, duma festa em tempos remotos. Em meio do júbilo, atracaram-se os homens numa luta de vida e de morte, e pereceram muitos. E até hoje não se estancaram as hostilidades. Prova disso são as frequentes incursões que realizam de parte a parte. Há um ano, ocorreu o último combate. Nele, os do norte raptaram a flor da tribo, Juriti, a filha mimosa do morubixaba do sul. Com os incidentes havidos nesse meio tempo, o roubo dos brancos, a fuga ante a desforra dos colonos, tudo isso relegara para um segundo plano o vexame sofrido, mas não pôde extinguir-lhe a lembrança. De modo algum. A natureza selvagem dos índios não lhes consente olvidar uma afronta ou deixar de exercer uma represália (Gansweidt, 1946: 243).

Gansweidt narra desde o convencimento dos anciãos pelo cacique, os preparativos, até a angústia das mulheres no aguardar a volta dos seus. Nem todos sobreviveram, mas trouxeram consigo um prêmio, “(...) nobre figura de olhar altivo, fino colar ao colo. É a mulher do morubixaba inimigo. Na verdade, um grande troféu! De hoje em diante será sua cativa” (1946: 251). O certo, contudo, é que deste fato, deveriam preparar-se para o contra-ataque dos inimigos do norte, muito em breve. Sua confiança na vitória provinha, principalmente, das armas obtidas nas trocas com Luís Bugre, como facas e punhais. Em torno de um mês, deu-se o novo combate. A riqueza de informações nesta parte da narrativa é surpreendente, sendo contemplados vários pontos cruciais sobre a prática da guerra entre os Coroados: como prepararam o campo para a batalha, construindo uma “fortaleza” para guardar as mulheres; como se deu o ataque dos Coroados do norte, que fizeram alianças com outros grupos e atacaram em número maior que os do sul, além de usarem cães; o uso estratégico das lâminas, quando a guerra parecia estar ganha pelos do norte; o contra-

ataque com flechas envenenadas<sup>46</sup> pelos do norte; e, finalmente, a fuga para o mato dos do sul. O final do incidente se resolveu em um duelo entre os guerreiros, onde venceram os do sul.

O primeiro ponto a ser aqui analisado diz respeito à indicação do motivo que conduziu o grupo à guerra, isto é, a inimizade que se iniciou em uma festa no passado. Obviamente esta informação nos faz remeter ao evento referido no capítulo anterior: a traição do cacique subordinado Doble ao cacique principal Braga em 1837. Mesmo que os apontamentos de Gansweidt não passem de fantasia sua, essa narrativa permanece tratando de questões muito possíveis. Ora, a vingança, como já tratamos através das informações tomadas de Alphonse Mabilde, realmente motivava os ataques entre os grupos Coroados que mantinham inimizades de longa data, bem como se renovaram e inventaram novas inimizades no contexto do século XIX. Portanto, tendo em vista os locais por onde Jacó Versteeg circulou juntamente com os Coroados durante o período que deles foi prisioneiro, podemos inferir seguramente que se tratava do território sob domínio de caciques inimigos de Braga, conforme atesta Mabilde ([1897-99] 1983: 162). Em segundo lugar, destaca-se a importância cabal dos objetos de metal conquistados nas correrias e trocas efetuadas com os intermediários. Mais uma vez o ferro apresenta-se como a verdadeira obstinação dos índios, por lhes garantir maior eficiência em suas guerras ou, como afirmamos anteriormente, na obtenção de mulheres para desposarem. Desse modo, podemos afirmar que a real causa dos assaltos ou correrias praticados pelos Coroados, no século XIX, não se relacionava com uma suposta “reconquista territorial”, como muitas vezes se atribuiu a tais ações, mas a obtenção de objetos de prestígio simbólico e, ao mesmo tempo, aplicabilidade a finalidades práticas de suas vidas.<sup>47</sup>

A consequência daquela guerra foi a morte de muitos índios, dentre os quais, Ceji, a velha índia que cuidava dos prisioneiros. Também lhes relegou a destruição completa da sua aldeia no Campo dos Bugres. Após este evento, escolheram um novo cacique, que se tratava do filho do anterior.<sup>48</sup> Desses dois fatos, parecem decorrer as transformações da situação dos prisioneiros. Do primeiro, a morte da velha índia, deriva o fim da proteção que mantinham, até então, os prisioneiros, principalmente as mulheres. Do segundo, a posição de Jacó, que é predileto pelo novo cacique como candidato a ocupar um lugar de poder (Gansweidt, 1946: 287). Conforme Mabilde, a sucessão entre os Coroados era, naquele período, hereditária, cabendo ao novo cacique geral a

---

<sup>46</sup> Alguns detalhes da narrativa não encontram eco nas informações sobre o comportamento dos Coroados e que, portanto, desacreditam o texto do religioso. É o caso das flechas envenenadas que conforme Mabilde ([1897-99] 1983: 144) nunca se teve notícias de seu uso entre os Coroados. Essas informações desconhecidas, por serem poucas ao longo das 307 páginas do livro, não foram priorizadas nesta análise, a menos que elementar para as explicações que propomos.

<sup>47</sup> Luisa Wittman (2007) conclui de maneira similar a respeito dos ataques empreendidos pelos Xokleng às colônias alemãs no estado de Santa Catarina. A busca por ferro mostrava-se também naquele contexto, como o foco dos indígenas.

<sup>48</sup> Quanto à sucessão dos caciques Coroados, Mabilde nos informa que baseavam-se numa estrutura hereditária, onde o filho mais velho do cacique principal tinha a preferência. Voltaremos a este assunto no capítulo três quando analisaremos em detalhes a trajetória do cacique Doble.

nomeação de seus próprios subordinados e a redistribuição das mulheres desposáveis. Como apresentamos anteriormente, não seria absurdo pensar que Jacó Versteg pudesse ter conquistado prestígio entre o grupo e tornado-se uma opção como liderança. Mas não foi o que aconteceu.

Na narrativa de Gansweidt, Valfrida e Lucila, durante uma ausência de Jacó, tramavam uma fuga, quando tiveram seus planos descobertos por, nada mais, nada menos, que Luís Bugre. Daí decorre o fato de Valfrida ter sido morta, e Lucila, ter passado a cumprir atividades mais duras como escrava das índias. Sobre a veracidade desta parte da história existem diversas dúvidas, pois, em outras narrativas,<sup>49</sup> Valfrida tem outro fim. Em algumas, é trocada com outro grupo onde é entregue para desposar um indígena. Também aparecem versões distintas de sua morte: teria sido por fraqueza ou melancolia, em outras, confirmam a morte violenta por traição. As mesmas especulações se fazem sobre a irmã, que desapareceu tempos depois da mãe. Entretanto, esse suposto “desaparecimento” das mulheres pôde ser verificado também em outros relatos de sobreviventes dos sequestros, como o relato de Carl Harras. Ao conseguir fugir dos indígenas contou ao pai sobre a mãe que:

(...) quase sempre éramos mantidos afastados um do outro, para não nos podermos falar. Não me lembro mais bem, quando, onde e como a vi pela última vez. De repente tinha desaparecido. Não sei se ficou atrás por fraqueza, morrendo, ou se foi morta a golpes de tacape. Eu me prestava para tudo aparentando contentamento, brincava e jogava luta com os guris dos bugres, ganhando a sua confiança, coisa que favoreceu e facilitou a minha fuga (F.W. 1913, apud Becker, 1995: 310).

Assim, a partir daquele momento, com o desaparecimento da mãe e da irmã, a fuga tornou-se o objetivo de Jacó. Este se sentiu muito seguro e confiante, pois após quase dois anos, pensava dominar como qualquer outro indígena a mata e o modo de vida dos Coroados. Assim, escolheu um dia de festa para efetuar seu plano. Tratava-se, conforme o autor, de uma festa realizada para retribuir um convite feito pelos Tapes<sup>50</sup> cujos domínios se estendiam desde o rio Turvo até o rio Camaquã e, no oeste, até o rio Jacuizinho. Como de costume, fez parte do grupo de caça que estava destacado para preparar o banquete, tarefa que realizou com o afincado e gosto de costume. Na noite do grande evento, acompanhou os festejos até que estivessem todos dormindo do cansaço das danças e encenações. Aproveitou, então, esse momento para desaparecer na mata. Passou quase

---

<sup>49</sup> GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Colônia Caxias: origens*. Porto Alegre: Escola superior de Teologia (EST), 1993 e *Jornal Folha de Caxias*. (números 56 ao 63 – ano I – Caxias do Sul).

<sup>50</sup> A designação “Tapes” foi discutida por Eduardo S. Neumann (2000) e diz respeito aos indígenas do grupo Guarani que haviam passado pelas missões orientais do rio Uruguai. Segundo o autor, esta denominação poderia inferir “uma diferenciação étnico-cultural”, tendo sido reproduzida pelas autoridades contemporâneas, ou ainda, tratar-se de uma “mera projeção geográfica que se impunha ao coletivo” (2000: 86). Dessa maneira, houve a necessidade de se estabelecer uma diferenciação para os grupos das missões orientais, distinta da “denominação genérica de Guarani, respeitando assim a pauta cultural subjacente aos ‘tapes missioneiro’”. O fato dos guarani orientais serem denominados de tal forma nos sugere exatamente a questão de procurar evitar a generalização excessiva, e assim escapar da omissão da especificidade cultural do grupo” (2000: 86).



toda a noite em marcha, mas obrigou-se a descansar, assim que despertou, reiniciou a busca de socorro,

Ao meio-dia chega a um terreno pantanoso onde nota pisadas de reses. Mas também aí suas próprias pegadas ficam no solo e podem atraí-lo. Para iludir seus eventuais perseguidores, vira-se e avança de costas até ultrapassar a terra mole. Recomeça então o trote, alegrando-se com a descoberta de sempre novos sinais que o gado por aí deixou no seu vagar pelo mato (Gansweidt, 1946: 292).

Essa mesma estratégia, isto é, a busca pelos caminhos de gado como referência, e até mesmo, a ladinagem ao fazer pegadas enganadoras, aparece no relato de Maria Bugra ao tratar de sua fuga:

Maria, satisfeita com a licença obtida, dirigiu-se para o interior do mato, procurou os rastros do gado e seguiu-os, correndo o quanto podia. Às vezes encontrava, em terreno solto, profundos trilhos de animais e nessas ocasiões usava da precaução de seguir com as costas para frente, afim de melhor iludir os bugres (...).(*O 5 de Abril*, apud Kerber, Padanov, Puhl, 2007: 207).

Mais tarde, no mesmo dia, Jacó escutou o latido dos cães e aumentou, ainda mais, a ansiedade de encontrar compatriotas. Mas, naquele instante, percebeu a aproximação dos bugres a persegui-lo. Por um instante, pensou ter falhado sua fuga, mas usa de todas suas forças para cumprir seu objetivo, àquela altura, nada lhe importava, somente o desejo de reencontrar o pai. Correu o máximo que pode. Os peões pensaram estar, como era de costume, sob o ataque de índios, e tomaram suas armas para defesa. Mas ao ouvirem os gritos de socorro de Jacó, perceberam a perseguição e passam a afugentar os perseguidores, que voltaram para o mato de onde, inutilmente, lançaram suas flechas, sem resultado algum. “Jacó está salvo” (Gansweidt, 1946: 294).

O jovem fora resgatado pelos homens do rico estancieiro português Adolfo Pacheco, “senhor de vasta invernada de Pedras Brancas, no local denominado Fundo Raposa” (1946: 296). Quer dizer, Jacó encontrava-se nos campos de Cima da Serra. Rapidamente correu a fantástica notícia de que fora encontrado “um bugre”. Na fazenda onde foi acolhido recebeu os primeiros cuidados: deram-lhe banho, roupas novas, alimentaram-no. Na narrativa, são diversas as percepções dos portugueses quanto aos modos “selvagens” do rapaz, mas independentemente disso, todos se afeiçoam dele, principalmente, os filhos do estancieiro, que o seguiam a todos os cantos. Jacó os ensinou a “fabricar flechas e arcos. Treina-os em corridas. Vai com eles colher frutas silvestres” (1946: 297). Aos poucos, aprendeu português e passou a constituir parte daquela família, dos quais recebeu carinhos como um verdadeiro filho.

Entrementes, dali a um mês, um tropeiro alemão de nome Cristóvão Horn, ali chegou, como de costume, para buscar gado para abater em São Leopoldo e Taquara. Apresentou-se, pois, a oportunidade de todos saberem a história de Jacó:

O tropeiro que soubera do assalto dos bugres à família Versteg, não cabe em si de surpresa, ao descobrir por estas bandas o único sobrevivente das torturadas vítimas. Conta agora ao jovem que duas expedições se haviam organizado com tenção de salvar os três, de balde, porém. Fala das nesgas de roupas, achadas na selva, a que Jacó atalha logo: - Foi minha mãe quem as deixou cair! (Gansweidt, 1946: 297).

Também conta sobre terem ido até a taba deserta, do que Jacó contou sua versão, sobre a fuga pela mata. Falou sobre tudo o que passaram. Ficou sabendo o que fizera o pai desolado e que não sabiam onde se encontra. Mas apesar disso, decidiu partir com Cristóvão Horn, mesmo tendo recebido a proposta de ficar entre os Pacheco, como filho de direito, mas não pôde o jovem deixar de procurar o pai. Partiu, recebendo, de presente, um cavalo, para poder dirigir-se a São Leopoldo e iniciar as buscas. Já em São Leopoldo, confirma a venda do rancho pelo pai a Antônio Zêni. Começou a investigar nas vilas vizinhas, mas manteve-se em São Leopoldo, junto à família de Felipe Keller. Frequentou a escola e trabalhou. Por volta de seis meses depois do retorno, ao caminhar próximo ao rio dos Sinos, observando o trabalho de homens a descarregarem farinha de uma lancha, quando,

Pela frente de Jacó, passa um estivador de barba em desalinho e pontilhada de branca e fina poeira. O rosto está oculto pelo fardo e irreconhecível com o andar encurvado. Mas uma onda misteriosa, alegre e quente invade o coração de Jacó ao enxergar o vulto. Saúdam-se sem que o carregador erga a fronte. E agora é a voz do homem que o agita todo. Aguarda que volte. Quer conhecê-lo. Para isso, coloca-se no meio do caminho. Com efeito, o mesmo estivador daí do depósito com tenção de buscar mais um saco. Estaca. Ergue a cabeça. Homem e moço cruzam os olhos e, soltando um grito, caem nos braços um do outro (Gansweidt, 1946: 303).

Deste modo, compartilharam pai e filho, suas histórias de sofrimento e partiram juntos. Lamberto Versteg havia se colocado como marujo numa companhia de navegação fluvial, à qual, também se uniria Jacó, até a morte do pai. Depois disso, Jacó voltou para São Vendelino onde se casou com Carolina Weirich com quem teve treze filhos [Ver imagem número 4]. Fica para nossa imaginação a possibilidade de talvez, um dia, Luis Antônio da Silva Lima ter reencontrado sua família, seu pai, e ter tido com ele um momento de reencontro como teve Jacó. E quantas outras aproximações a experiência de Jacó pode nos fazer refletir sobre a vida de Luis: se ele também pensou que os alemães o matariam quando foi capturado; se gostou de aprender brincadeiras e tarefas com os colonos; se as comidas estrangeiras lhe deram prazer; qual dificuldade teve o indígena com a língua alemã e o português. Infelizmente, não se pode confirmar nenhuma destas especulações, mas este exercício de comparação devolve a Luis um pouco da sensibilidade para encontrarmos algum significado em sua experiência tão ímpar.



Figura 4 – Jacó Versteg e sua esposa, Carolina Weirich. Fonte: BARBOSA, Fidelis Dalcin. *Prisioneiros dos bugres*. Juiz de Fora: Lar Católico, 1966.

O que ocorreu com Jacó Versteg depois de tudo isso, suscita nossa problematização:

Jacó era alegre e expansivo por natureza. Muito sociável. Mas homens sem coração, sempre prontos para rir-se em vez de compadecer-se das dores, lançam-lhe freqüentemente em rosto o fato de ter estado entre os brutos e o rebaixam, zombateiramente. Com ironia o apelidam de “Jacó Bugre” com que pretendem achincalhá-lo. A isso vêm acrescentar-se, num jornal teuto, calúnias injuriosas assacadas à sua mãe, tida como ainda viva, por aquele período.

Tanta descaridade e maldade fere fundo a fina sensibilidade do coração de Jacó. Em consequencia disso, começa a fugir da sociedade, retrai-se, ensimesma-se. Evita falar nos acontecimentos de sua juventude, nos tempos em que conviveu com os bugres (Gansweidt, 1946: 205).

Como mesmo indica o autor, Jacó tinha-se transformado em bugre. O mesmo ocorrera com Maria Wadenpuhl, Carl Harras, Frederico do Bugre e Luis Antônio da Silva Lima e, talvez, outros tantos que não pudemos tomar conhecimento. Quais expectativas e medos compartilharam? Será possível pensar uma categoria especial para essa experiência? Seria esse um ponto significativo de investigação? Acredito que se existe uma forma de compreender esta conjuntura em sua estrutura, elegeremos o termo *bugre* para congregar um emaranhado de significados. Após a chegada de Jacó Versteg a São Vendelino, Luís Bugre afastou-se de lá e instalou-se mais ao norte da serra. Provavelmente, por estar ciente que o menino revelaria a todos sua participação no sequestro, como, de fato, o fez. Voltaremos a tratar do destino de Luis Bugre no quarto capítulo.

#### 4. Como se fazem bugres na História.

Neste capítulo buscamos discutir as relações entre a História e o livro *As vítimas do Bugre*, fruto das relações de contato de Coroados e alemães que a tornaram possível enquanto discurso, memória e, novamente, história. Tudo a seu respeito mostra-se revelador: escrito pela primeira vez em 1929, por um padre alemão, e publicada em português em 1946, recuperava pelo menos um século de interações e conflitos entre indígenas, imigrantes, religiosos e governo. É a partir desta perspectiva que buscamos refletir sobre as experiências compartilhadas por personagens cujas vidas se cruzaram no contexto de colonização européia do Estado do Rio Grande do Sul no século XIX. Deste modo, a obra de Gansweidt nos possibilita observar a complexidade destas relações e mais, permite vislumbrar as redes históricas entrelaçadas em discursos e experiências pessoais. Conforme observamos, não há dúvida sobre a história que está contida em *As vítimas do bugre*. E a preocupação de nossa testemunha ocular, Jacó, que fez questão de autenticar em cartório sua assinatura sob o livro, como mostramos no início desse capítulo, também quer nos afirmar essa história. Mas o que esta obra produziu em termos historiográficos até o presente momento? Certamente, não foi capaz de evidenciar o protagonismo dos agentes indígenas nesse processo, pois ainda permanecem à parte da construção da história oficial na região que ainda prioriza as histórias da imigração européia. No caso da imigração alemã, não se pode negar o reconhecimento daqueles encontros por parte dos meios intelectuais, mas esse contato foi apresentado apenas a partir dos conflitos, sem buscar explicá-lo em sua complexidade, cabendo aos indígenas a figura de selvagens e assassinos. Ainda mais, possibilitou a construção de uma imagem de senso comum sobre selvagens das matas, diferentes de nós e, por isso mesmo, que deveriam ser postos em um lugar na história, onde não precisássemos compreendê-los dentro de um passado comum e compartilhado, isto é, fora da História.

O livro carrega em seu título também um tom intrigante e explicativo sobre o contexto em questão. Quando observamos a existência de *vítimas* reportamo-nos também à existência de culpados, neste caso, o *Bugre*. Torna-se importante lembrar que esta história, se tivesse sido escrita pelo Arcebispo Dom João Becker, poderia ter tido outro nome, *Dois Culturas*, conforme reportou Monsenhor Gansweidt. Ou seja, há, pelo menos, duas distintas interpretações sobre uma mesma história. Se para o Arcebispo a distinção de culturas constituía a essência do que se passara, dezoito anos depois de sua interpretação, Gansweidt dava primazia ao fato individualizante da mesma, os alemães eram vítimas do traidor Luis Bugre. Temos em um primeiro momento, alemães e Coroados como formas culturais distintas e, em outro, uma espécie de fruto daquele encontro marcada pelo ato do *Bugre*, em que sua agência, mesmo acenada, era pejorativa, indesejada e incompreendida. Mas, então, o que significava ser bugre?

A palavra “bugre” foi utilizada no Brasil, em diversos lugares, para designar os indígenas de distintos grupos por serem considerados arredios, não dispostos aos projetos de catequização e, posteriormente, de civilização implementados pela administração da colônia e do império. Contrapunham-se, deste modo, aos índios sob a denominação geral Tupi. De acordo com o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009: 336), a origem da palavra vem do francês *bougre*, possuindo o primeiro registro no ano de 1172, que significa “herético”, que por sua vez possui origem latina medieval (século VI) *bulgàrus*. Como membros da igreja greco-ortodoxa, os búlgaros foram considerados heréticos, e o emprego do vocábulo para denotar a pessoa indígena liga-se à ideia de “inculto, selvático, não cristão” – uma noção de forte valor pejorativo. No Brasil a data do termo, segundo a mesma fonte é 1877.<sup>51</sup>

Limitar-me-ei a tratar aqui dos usos do termo na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Transcrevo de forma completa o que Alphose Mabilde trata quanto à palavra bugre:

Os indígenas selvagens que habitam as matas da província do Rio Grande do Sul são conhecidos entre nós pelo nome de *bugres*. Este parece ser o nome guerreiro que se tem dado aos selvagens para diferenciá-los dos indígenas guaranis que, na época das conquistas do território pelos europeus, não procuravam a vida florestal como os que chamamos bugres.

Nada define a palavra “bugre” e nem pelo seu sentido esclarece a que espécie ou raça de indígenas pertence o individuo selvagem assim chamado. Somos de opinião que as tribos semelhantes às desta província, encontradas em várias províncias do Império e denominadas “bugres”, nada mais são do que tribos da Nação Coroados. Sem dúvida, pelos seus usos e costumes se diferenciaram dos desta província, assim como estes dos das províncias de Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Uma tradição bastante vulgarizada, a respeito da palavra “bugre” é a seguinte: logo que os primeiros homens brancos, portugueses, foram vistos por aqueles indígenas, o espanto, a admiração ou o sinal de alerta – por eles dado à tribo a que pertenciam – foi um grito agudo, no qual pareceu ouvir-se, pronunciada, a palavra “bugre”. Esta, conservada na memória pelos exploradores das matas, naquele tempo, foi depois empregada para denominar os selvagens que a tinham proferido.

É provável ser certa esta origem pois, até hoje em dia, os selvagens de que tratamos usam, em certas circunstâncias, de um grito agudo, pelo qual avisam seus companheiros da chegada de alguma pessoa ou coisa estranha ao alojamento a que pertencem. Neste grito de alarme pronunciam, distintamente, a palavra *pucri*, cuja última sílaba prolongam até lhes faltar a respiração. Repetem o grito duas ou mais vezes, prolongando sempre a última sílaba, de maneira que se poderia escrever essa palavra, em relação à maneira como a desenvolvem no grito, como se fosse “pu-cri-i-i-i-i”.

Sem significação direta traduzível, esta palavra só serve para aquelas ocasiões e tem para eles o mesmo valor que terá para nós a palavra *ALERTA*, substituída por um grito convencional qualquer. É pois fácil, da palavra “pucri”, articulada da maneira explicada, entender-se a palavra *bugri* ou mesmo *bugre* ([1897-99] 1983: 07-08).

A palavra “bugre”, naquele contexto, portanto, pode ser apreendida de duas distintas formas: a primeira, vinculada a uma atribuição identitária coletiva, não restritiva aos Coroados, mas

---

<sup>51</sup> Até o presente momento da pesquisa ainda não me foi possível acessar dicionários de época para que se pudesse tratar de forma aprofundada as transformações no significado da palavra. Acredito que a fonte utilizada por Antonio Hauaiss para datar a palavra tenha sido *Galicismos: palavras e fases da Língua Franceza introduzidas por descuido, ignorancia ou necessidade na língua portuguesa* coordenado por J. Noberto de Soiza Silva em 1877. Trata-se de um apanhado de artigos que não possui uma forma de organização dos termos em ordem alfabética e, por isso, ainda não pude lê-lo integralmente.

relacionada aos indígenas tidos como selvagens dos sertões brasileiros, embora no Rio Grande do Sul tenha se mantido como um etnônimo exclusivo daqueles, conforme o excerto acima. Outra forma é caracterizada pela individualização do processo de significação/adjetivação do termo, vinculado a indivíduos com experiências específicas, como por exemplo, a vivenciada por Luis Bugre. Esses significados, mesmo que distintos em suas construções sociais podiam ser vividos concomitantemente. Detenhamo-nos no segundo processo, o de individualização do termo. Quais experiências compartilharam os indivíduos que passaram a ser referidos como bugres?

Um primeiro ponto em comum diz respeito ao fato de todos esses indivíduos terem circulado entre universos estruturalmente distintos, porém, em um contexto específico. Entretanto, o fizeram, de modo geral, de uma forma inicialmente imposta pela condição de sequestrados. Esses personagens foram furtados do convívio de seus grupos de origem por terem sido capturados. Deste modo, tiveram como experiência a circulação em domínios culturais diversos e, a partir disto, absorvendo a capacidade de assumir a função de intermediários.<sup>52</sup> Em segundo lugar, nenhuma dessas pessoas pôde retomar sua vida ordinária sem a marca da experiência com “o outro”, levaram-na, inclusive, em seus nomes: Luis Bugre, Maria Bugra, Jacó Bugre. Esses personagens passaram a ocupar lugares marginais, uma espécie de retorno *gauche* as suas respectivas sociedades de origem. Essa informação torna-se mais exata no caso dos alemães, visto que deles temos mais condições de acessar, através das fontes escritas, os sentimentos causados por aquela situação. Mas por considerarmos a experiência comum, podemos deduzir quais as emoções que Luís pode ter experimentado. Tanto Jacó quanto Luís não abriram mão de manter os laços com sua cultura mesmo afastados dela. O primeiro encontrava em suas reminiscências da civilização um lugar para encontrar conforto nos momentos de tristeza. O segundo, sempre que podia, mesmo quando muito moço, retornava às matas em busca dos seus. Mas ambos aprenderam a ser um pouco do “outro”, de modo a negociar suas identidades em busca de vantagens naquela situação.

Portanto, não se nasce bugre, estes são feitos/criados na história. O objetivo não é interrogar a palavra bugre, mas a “gênese social imprecisa e com uma história” conforme nos aponta E. P. Thompson (1981). Nesse mesmo sentido, Wilde (2003) problematiza as categorias isoladas e estanques sobre os Guaraní missionários em seus estudos na Bacia do Rio da Prata. Afirma que algumas categorias podem expressar não um grupo específico, mas um conjunto de representações sobre o imaginário dos próprios atores que viveram aquela situação, dentro de “un espacio

---

<sup>52</sup> A categoria de intermediário cultural apresenta-se como primordial para perceber certas situações onde as interações entre grupos culturalmente distintos gerou necessidade de reordenação das formas de negociação e disputas entre os envolvidos. Estes indivíduos que conseguiram transpor essas “barreiras” foram caracterizados como mediadores em momentos e formas diversas. Entre os trabalhos que destacam esta abordagem destaque: BOCCARA, Guillaume. Etnogênese mapuche: resistência y restructuración entre los indígenas del Centro-Sur de Chile (siglos XVI-XVIII), *Hispanic American Historical Review*, 79:3 (1999), pp. 424-461; WILDE, Guillermo. Prestígio indígena y nobleza peninsular: la inversión de linajes guaraníes em las misiones del Paraguay. *Jahrbuch Fur Geschichte Lateinamerikas*, 2006. pp.119-145.

semântico de ‘no pertenencia’, de movilidad y oposición al orden establecido (...)” (2003: 122). Do mesmo modo, a categoria bugre parece relacionar-se também com o universo simbólico,<sup>53</sup> onde se observa um arcabouço imaginativo do qual se nutria a idéia sobre o “outro” por parte dos indivíduos que não tiveram a experiência do contato na forma de sequestro.

Estes personagens fizeram-se, portanto, intermediários culturais. Papel que apresentava importância significativa naquele momento, pois eram capazes de fazer circular informações, pessoas, objetos e todo um universo imaginativo entre os mundos que se cruzavam. Se pensarmos especificamente em Luis Bugre, percebemos como sua história nos faz percorrer distintos universos: os da colonização alemã e italiana, os Coroados e, por fim, a condição distinta enquanto bugre. Assim, a identidade daquele sujeito foi construída sob diversos parâmetros, mostrando-se múltipla e versátil conforme as necessidades que encontrou em seu percurso. A emergência social destes “bugres” pode ser compreendida através do conceito de mestiçagem apresentado por Gruzinski (2007: 67-70; 90-93), onde a mescla ultrapassa o universo biológico e se entranha nas formas de vida produzidas em contextos de interação, forçados ou não, entre grupos socialmente e culturalmente distintos. A mestiçagem significa o próprio entrelaçamento dos universos através das experiências concretas dos sujeitos históricos em lidar com essa situação; é o resultado da incerteza sobre o produto de um encontro.

Portanto, no século XIX, na interação entre colonos alemães e índios Coroados, a expressão bugre não dizia respeito apenas aos indígenas, mas poderia designar uma certa indianização de pessoas que partilharam aquela experiência e, no caso do indígena “germanizado”, referia-se a uma estigmatização de sua procedência. Note-se aqui a grande distância que tomamos da categorização sugerida por Roberto Cardoso de Oliveira (1976), onde *bugre* constitui, nas palavras de Darcy Ribeiro, “uma categoria social engendrada pela fricção interétnica” (1976: 09). Assim, tratar-se-ia de um nome pejorativo designado, no máximo, aos descendentes dos indígenas que teriam “perdido” parcelas significativas de sua cultura anterior. No caso aqui tratado, bugre também pode ser apreendido como uma categoria social, porém, não restritiva a um grupo étnico (índios), mas como uma categoria que emerge de uma experiência comum onde membros de ambos os grupos podem ser identificados sob sua tutela. Não há “perdas” culturais, mas sim uma experiência cultural na qual indivíduos passam a ser ressignificados nas sociedades da qual fazem parte e também

---

<sup>53</sup> Refiro-me ao simbólico conforme os apontamentos de Bronislaw Baczko (1991) As observações do autor sobre o universo simbólico, do qual o imaginário faz parte, valorizam não apenas aspectos estruturantes deste universo, mas também sua abertura aos processos históricos. Isto é, Baczko explora as relações entre estruturas e conjunturas históricas tão caras a uma historiografia atenta. Onde não só o evento é regulado pelas estruturas – e aqui podemos colocar o simbólico – mas também como as estruturas estão sujeitas à lógica dos contextos. Assim, “los sistemas simbólicos sobre los cuales se apoya y através de los que trabaja la imaginación social se construyen sobre las experiencias de los agentes sociales, pero también sobre sus deseos, aspiraciones e intereses” (1991: 30). As expectativas, ou melhor, os sentimentos individuais se congregam em uma *comunidade* de sentidos que serão a matéria das concepções de verdade e norma daquela sociedade.

adquirem novas formas de conceber as relações de alteridade. Infelizmente, mais uma vez nos é impossível acessar a forma como os indígenas perceberam esses “outros” dentro de seu corpo social, se também criaram uma categoria para inseri-los, ou se aproveitaram uma pré-existente.

Nosso objetivo em apontar a categoria bugre reside na necessidade de não endossar lugares comuns ao tratarmos da temática indígena no sul do país. Mesmo que inacabada ou incompleta, a categoria bugre pode dar conta de potencializar a compreensão do contexto acima tratado. Ser bugre no Rio Grande do Sul do século XIX pode ser, assim, compreendido como o resultado de uma relação que foi capaz de significar um modo excepcional de fazer parte da história, demonstrando que os processos de formações identitárias são contextuais.



## **Capítulo III – De cacique subordinado a brigadeiro: uma liderança indígena em destaque no século XIX.**

### **3.1 – Introdução.**

Quando de minha visita aos índios da aldeia Porfi, em São Leopoldo, chamou-me a atenção o fato de que aqueles indígenas consideravam de grande importância que nós, os estrangeiros, conhecêssemos as histórias do grande cacique Doble. Da maneira que ele havia ajudado os Kaingang nas negociações com o governo provincial e de como gostavam de contar as suas histórias. Este capítulo tem a intenção de tratar da trajetória ímpar deste indivíduo que circulou entre os mais distintos meios políticos no século XIX. De cacique subordinado a brigadeiro, a história desta liderança representa a experiência dos Coroados naquele momento, nos leva a percorrer a complexidade de relações travadas ali, pautadas por interesses tradicionais e circunstanciais tanto por parte dos líderes indígenas quanto das autoridades brancas.

Embora tenha tido sua atuação vista como colaboracionista, principalmente pela historiografia que tinha como foco a atuação dos não indígenas, as fontes analisadas são capazes de informar muitas atitudes que destoam de tal interpretação. Sua vida e morte compartilham também os percalços sofridos pelos Coroados naquele momento. O objetivo deste capítulo não é encontrar uma teoria para explicar as práticas das lideranças dos Coroados no século XIX, mas de outro modo, aprofundar nosso olhar para as ações destes personagens e para lançar alguma análise sobre as atitudes em questão ao apontar o entrelaçamento de percursos.

A escolha desta liderança em detrimento de tantas outras extrapola a constatação de sua importância para a comunidade atual. A opção em tratar de sua experiência se deve a sua área principal de atuação nos tempos do início do contato, os vales dos rios Sinos e Caí, região em destaque neste trabalho, conforme demonstramos nos capítulos anteriores [Ver figura número 5]. Também se deveu à quantidade significativa de dados relativos a sua pessoa nas fontes consultadas, fruto da imensa rede de relações que esta liderança coroada implementou durante o século XIX.

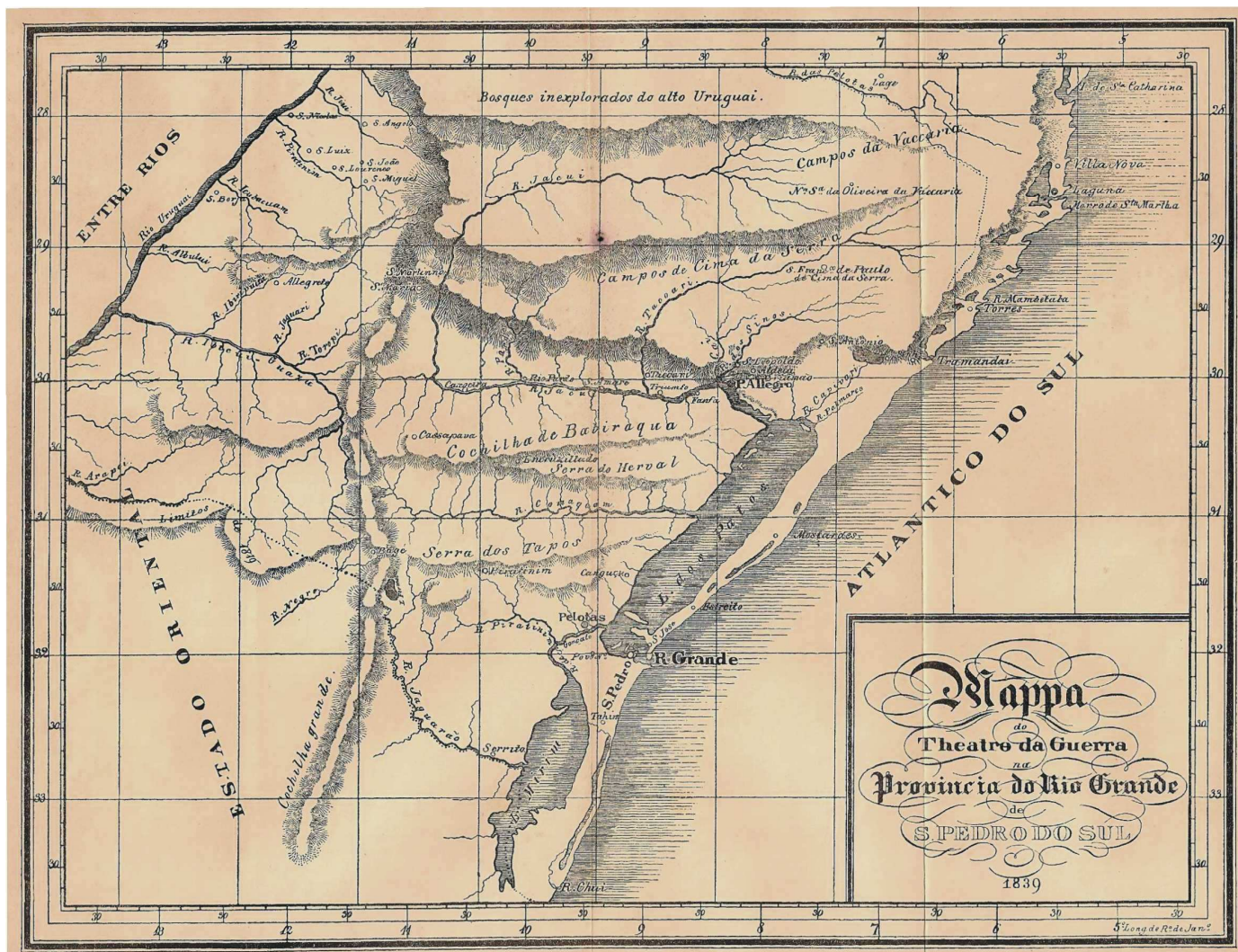


Figura 5 – Mapa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1839. Fonte: DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961.

### 3.2 – A ruptura do cacique subordinado Doble com seu principal, o cacique Braga.

No ano de 1837, em meados de novembro, uma comitiva de tropeiros fora assaltada por indígenas da nação Coroados na estrada que ligava os Campos do Meio com os de Passo Fundo. Esta correria havia sido praticada pelo grupo do cacique principal Braga<sup>54</sup> e teve como resultado, a morte de dois tropeiros e um negro escravo, bem como o saque dos materiais que interessavam aos

<sup>54</sup> As primeiras informações sobre o cacique Braga surgem por volta de 1848 quando as tentativas de aldear os Coroados e colocá-los sob a catequese de padres jesuítas incide sobre seus domínios. Conforme Alphonse Mabilde a área ocupada por esta liderança e sua gente ficava entre as matas compreendidas entre os campos do Passo Fundo e da Vacaria, abrangendo o Mato Castelhana. Segundo os cálculos do agrimensor, em 1837, o grupo deveria conter 1430 indivíduos, com a ruptura, restaram-lhe ainda 750 subordinados ([1897-99] 1983:171). Entre os anos de 1949 e 1950 esse grupo esteve envolvido em guerras com os grupos subordinados aos caciques Nonoai, Cundá e Nicofé devido a correrias praticadas por seu antigo subordinado Doble. Em 1850, ao ser contactado pelo engenheiro Mabilde decide aldear-se com os seus 304 seguidores nos campos do Meio (Mabilde, 1983: 165; Becker, 1995:128-129; Laroque, 2000: 128-132).

indígenas e a destruição do restante. Conforme Alphonse Mabilde, “O êxito desta correria foi festejado e deu motivo a um acontecimento que, até certo ponto, deve interessar à História, no que se refere àquela nação de selvagens”. Sem dúvidas, o engenheiro havia percebido que os episódios que se seguiram àquele assalto trouxeram conseqüências, até mesmo, estruturais para aquele grupo indígena e, por sua vez, à própria história da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. E, desse modo, procurou retratar detalhadamente, em suas notas, tais acontecimentos, pois acreditava ser o primeiro, “ou melhor, o único que teve tal conhecimento daquele fato” (Mabilde, [1897-99] 1983: 159). Embora nenhum outro documento trate de tal ruptura, a história faz parte das memórias indígenas, principalmente, dos membros atuais das famílias de ambos os caciques.<sup>55</sup>

Torna-se importante destacar que o informante de Mabilde sobre aquelas notícias tão significativas era nada mais nada menos, que o próprio cacique Braga. Este depoimento foi tomado no ano de 1850, quando o agrimensor encontrou aquele grupo nas matas entre os Campos de Passo Fundo e os de Vacaria – também conhecido como Mato Castelhana –, durante a abertura de estradas naquela região.<sup>56</sup> Naquele momento, o cacique Braga contava com destacado prestígio entre os seus, visto que liderava um grupo de 23 tribos subordinadas além de possuir 19 esposas (Mabilde, [1897-99] 1983; Laroque, 2000:128). No primeiro capítulo pudemos observar o significado da organização dos grupos subordinados bem como a importância simbólica dos casamentos da liderança principal. Essas explicações reforçam o papel destacado que o cacique Braga possuía entre os Coroados naquele momento, visto que não há, até o presente, informação de nenhum outro cacique com tantos subordinados ou esposas. Também é relevante o fato de Mabilde possuir grande apreço e admiração pelo cacique informante, fato que não repetiria para com o cacique Doble, de quem mantinha, contrariamente, grande desprezo e desconfiança. Trataremos destes sentimentos de Mabilde adiante.

Embora o engenheiro considerasse muitas atitudes dos Coroados como bárbaras e cruéis, em seu texto, percebe-se a grande estima que passa a sentir por aqueles. Como quando afirma ser o cacique Braga, “um dos mais inteligentes que temos encontrado nos sertões”. Fez esse comentário quando relatou a conversa que teve com ele sobre os homicídios e suicídios entre os indígenas. Sobre este último, Braga mostrou surpresa para com a pergunta do sertanista: “qual o motivo que poderia ter um homem de sua tribo para matar-se a si mesmo (...)” – e entre muitas risadas, continuou Braga – “eles gostavam muito mais de viver do que se matar a si mesmos. Dizia não poder compreender que houvesse homens que se matassem a si mesmos e que não acreditava que

---

<sup>55</sup> Conforme Becker (1995: 129), no ano de 1972, foram contatados alguns descendentes do cacique Braga no Posto Indígena de Cacique Doble e, segundo esta informação, ainda era perceptível alguma forma de ressentimento entre aqueles, embora vivessem harmoniosamente ali.

<sup>56</sup> Já tratamos da questão da abertura de estradas como política do governo provincial que, entre outros objetivos, pretendia atravessar as matas para encontrar os toldos dos índios e deslocá-los para os aldeamentos.

existissem desses homens”. Para o interlocutor tratava-se de um fato “singular encontrar-se num indígena selvagem, como o cacique Braga, um pensamento tão filosófico”. O autor o compara a Sócrates e Rousseau no que diz respeito a suas inferências sobre o suicídio. Conclui daí, que o cacique, embora desconhecedor de religião, também considerava o cemitério um lugar impróprio para os que praticassem aquela atitude, denotando o desprezo que teriam se isso ocorresse entre os Coroados – o fato nunca teria se dado entre os subordinados de Braga e nem ele ouvira, até aquele momento, algum caso. Outras lideranças também negaram que isso fosse possível ([1897-99] 1983: 85-86).

O fato é que esta consideração de Mabilde por Braga deve reforçar nossas atenções quanto aos julgamentos postos na narrativa do primeiro. Detenhamo-nos no que Mabilde relata sobre a ruptura do cacique Braga e seu subordinado, Doble ([1897-99] 1983: 159-160):

Um dos chefes das tribos subordinadas – o mais velho deles – ultimamente conhecido pelo nome de Doble e apelidado, naquele tempo, entre os coroados, pelo nome de Yu-toahê,<sup>57</sup> gozava de muito conceito não só entre os demais chefes, como entre todos os indivíduos das tribos ali alojadas. O número de indígenas (mais ou menos 680), que compunham, entre as quais se achava a do chefe Doble, regulava com o número de selvagens das tribos que se achavam diretamente sob as vistas do cacique Braga (750 indivíduos). O cacique principal Braga sempre transmitia suas ordens ao cacique subordinado Doble, por reconhecer nele aptidão para executar prontamente as ordens.

Doble, entretanto, aproveitando-se da preponderância que tinha sobre os demais chefes e os indivíduos das suas tribos, assim como sobre os companheiros de sua tribo, erigiu-se, clandestinamente, em cacique principal. Prometeu, aos demais chefes e indígenas de sua tribo, usurpar e tomar para eles as matas de pinheiros onde se alojavam o cacique principal Braga com as demais tribos subordinadas.

Como aquelas matas eram muito mais abundantes em frutas do que as ocupadas por Doble, esta promessa foi suficiente para que todos lhe obedecessem logo, com tanta submissão e vontade, quanto isso interessava à própria subsistência.

Uma vez mais a distribuição das matas de pinheirais surgia como ponto fundamental nas disputas por territórios entre os Coroados, conforme tratamos anteriormente. O grande prestígio do subordinado Doble perante o grupo e seu próprio chefe foi primordial para que sua “auto-proclamação” como líder fizesse sentido naquele momento. Atingidos os objetivos com a correria nos Campos de Vacaria anteriormente referida e tendo se passado dois meses, o cacique Braga organizou uma festa para a qual chamou todos os seus subordinados, como era de costume. Segundo Mabilde, com o convite, o subordinado Doble pôde premeditar seu plano de usurpação do poder, conforme os interesses acima apresentados. Entretanto, “a desconfiança própria e natural dos coroados”, e a esperteza que, segundo Mabilde, era aguçada no cacique Braga, fez com que os

---

<sup>57</sup> Conforme o kaingang Danilo Braga, aluno do curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o significado do nome *Yu-toahê* é “ele é guerreiro”; “ele é corajoso”; “ele é forte”. Também procurei esta expressão em vocabulários da língua Kaingang produzidos no século XIX, como os elaborados pelo Visconde de Taunay [1888] (1931), Telêmaco Borba [1886](1904), entretanto, não encontrei nenhuma referência à palavra *toahê* ou outras que significassem guerreiro, corajoso ou forte.

planos de Doble não se concretizassem. Segue a narrativa do episódio pelo engenheiro ([1897-99] 1983:160-161):

No dia destinado para a festa, o chefe Doble seguiu com os demais chefes, já seus subordinados, e os selvagens das tribos ali alojadas. Os homens armados de arco, flechas e varapau e as mulheres, que deviam levar frutas para o festim – como era o costume não levavam nada. Antes de chegarem ao alojamento geral, onde se achava o cacique principal Braga e seus companheiros à espera, para iniciarem a festa o chefe Doble mandou que todos os homens, das tribos que o acompanhavam, escondessem no mato as armas que levavam. Pretendiam chegar, mansamente, ao alojamento geral, desarmar de surpresa os outros companheiros da festa e tomar as armas que julgavam estar encostadas em algum lugar da festa – como era costume deixá-las. Tornando-se senhores do terreno, poderiam matar, sem risco de muita peleja, aqueles que se opusessem à tomada da mata, obrigando o cacique principal Braga e seus subordinados a fugirem para outro mato. Assim premeditaram o plano, pensando que o cacique Braga não suspeitasse de nada e os deixasse chegar ao alojamento geral, sem fazer reparo na maneira como iam.

Como o costume era de assistirem às festas com as armas perto de si e bem à mão, o cacique Braga suspeitou de alguma traição, ao vê-los chegar sem armas e, logo que os viu aproximar-se, ordenou, imediatamente, à sua gente que se armasse e que se conservasse em atitude de defesa até saber o motivo que levou seus subordinados a virem à festa sem armas – contra os costumes da Nação e contra os preceitos de prudência que o caso exigia. O chefe Doble, com a maior dissimulação, deu umas desculpas que foram aceitas tacitamente, por condescendência do cacique principal Braga, que consentiu que aqueles chefes e os indivíduos de suas tribos assistissem à festa – ordenando, entretanto, à sua gente que não largasse as armas um só instante.

Realizou-se a festa e, no tempo combinado, as mulheres e filhos das tribos que acompanhavam Doble foram, pouco a pouco, retirando-se e entrando no mato, pelo lugar que tinham vindo. Foram para o lugar onde os homens tinham guardado suas armas para, no caso de um mau sucesso e de uma fuga provável, elas, mulheres salvarem e carregarem as armas – caso os homens não pudessem passar por ali, para assim não perderem as armas. Esta retirada das mulheres – muito antes do tempo costumado e sem ordem superior – aumentou a justa suspeita do cacique principal Braga. No meio de um dos cantos, e antes que o sinal geral combinado por Doble fosse dado para a surpresa, um dos coroados traidores desentendeu-se com um coroadado das tribos do cacique Braga e tentou desarmá-lo. Foi mal sucedido e deu um sinal falso para seus companheiros de conspiração que quiseram imitá-lo, porém sem sucesso.

Foi o sinal de alarma para as tribos fiéis ao cacique Braga e, todas a um tempo, gritando a traição, começaram a matar sem piedade os traidores, fazendo tamanha carnificina que o resto dos vivos, com custo, puderam escapar para as matas, juntamente com o seu novo cacique Doble. Foram perseguidos até cair a noite.

Mabilde informa que o agora, cacique principal do grupo dissidente, Doble, teria perdido quase a metade dos seus homens naquele primeiro combate entre os novos inimigos, pois em seguida ao episódio, Braga havia declarado “guerra de vingança e de extermínio” aos subordinados de Doble. Os subordinados de Braga perseguiram o grupo de traidores sem descanso, fato que fez com que os perseguidos não voltassem a possuir um acampamento permanente ([1897-99] 1983:162). Quando o cacique Braga aceitou aldear-se, em 1850, contava com 19 das antigas 23 tribos subordinadas que havia possuído em períodos anteriores. Naquele momento, os 304 indígenas sob a liderança de Braga aldearam-se nos fundos dos campos de Vacaria, em caráter provisório, na estância do Sr. Manoel de Vargas e depois de dois meses partiram definitivamente para o Campo do Meio. Segundo o relatório do presidente da província de 1850, havia intenção de

levá-los dali para a picada do Pontão,<sup>58</sup> entretanto, pelo que nos diz Mabilde, nunca o fizeram devido ao conflito entre os grupos inimigos ([1897-99] 1983:165-166):

(...) sabendo o cacique Braga, chefe daqueles 304 selvagens, que o cacique Yu-toahê (Doble), que tinha sido seu subordinado, ia aldear-se no faxinal do Pontão – e não querendo achar-se na presença daquele traidor – nunca quis, nem sua gente, anuir à mudança de alojamento. O ódio mortal que o cacique Braga tinha do cacique Doble, que o tinha traído, era tanto que, sabendo que este cacique se achava, com sua pouca gente, aldeado em uma extremidade oposta do mesmo Campo do Meio, por duas vezes quis, com toda sua gente, assaltá-lo inopinadamente, com o firme propósito de exterminar, sem piedade alguma, tanto o cacique Doble como os poucos seus subordinados – homens, mulheres e crianças. Muito trabalho custou, cada vez, dissuadi-lo dessa empresa, o que se conseguiu com a promessa de que Doble se mudaria daquele campo, como depois se realizou.

Segundo Mabilde, Doble tinha as mesmas intenções de Braga, isto é, atacar os inimigos, entretanto sabia que não possuía gente suficiente para realizar o plano. E ainda dizia sobre o ex-chefe: “(...) que tinha muito medo do cacique Braga porque, dizia ele, era muito mau e cruel e não perdoava a ninguém” ([1897-99] 1983:166). Entre o grupo de dissidentes de Doble, secretamente, havia membros fiéis a Braga, mas que tiveram que continuar com o novo grupo. Esses Coroados que por conta desta permanência entre os subordinados de Doble aldearam-se em Vacaria e no Pontão, e que depois fugiram e reencontraram seu antigo superior, tinham sido importantes informantes de Braga a respeito do que se passava naqueles lugares. “Contavam a este o tratamento que recebiam nos aldeamentos, e a vida sossegada que aí levavam influía no ânimo daquele cacique, conforme ele mesmo, mais tarde, em 1850, me disse” ([1897-99] 1983: 164). Talvez aqui conte lembrar que Mabilde defendia os aldeamentos e que tal pintura dos mesmos pode ser um tanto comprometida.

O último encontro do agrimensor com o cacique Braga ocorreu em 1850, quando este parecia ter tido “sua animosidade e ódio” contra os brancos aumentada, justamente porque seu grande inimigo havia angariado “conceito entre nossa gente” e também porque permanecia nas matas com suas tribos, enquanto ele estava aldeado. Sempre foi uma condição do cacique Braga “de nunca estarem nas imediações do lugar onde estivesse vivendo o seu traidor Yu-toahê, atual cacique Doble. Nunca quiseram voltar à antiga amizade, não obstante os empenhos que fazia, mais tarde, o cacique Doble para reconciliar-se com o cacique Braga” (Mabilde, [1897-99] 1983: 164).

A opção de romper com Braga significava, entre outras coisas, multiplicar o número de inimigos, quer dizer, além dos novos adversários, recém adquiridos, o novo cacique mantinha-se inimigo dos antigos desafetos de Braga – quer dizer os grupos de Nonohay: os chefes Condá e Nicofé – e, também, os Botocudos tidos como tradicionais inimigos dos Coroados de um modo

---

<sup>58</sup> Relatório do estado da Província do Rio Grande de S. Pedro, apresentado ao conselheiro José Antonio Pimenta Bueno pelo Tenente General Francisco José de Souza Soares de Andrea tendo entregado a presidência na abertura da Ass. Legislativa Provincial no 1º de outubro de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850: 31.

geral (Laroque, 2000; Veiga, 2007). Assim, acossado pelo grupo de Braga, bem como pelos já antigos inimigos, o cacique Doble encontrou no aldeamento uma forma de preservar a si e seus subordinados, “o que fez contra a vontade, porém forçado pelas circunstâncias. Apresentaram-se, sempre em pequenos grupos, mansamente, aos moradores de Vacaria, Campo do Meio e Passo Fundo, indo para os lugares que lhes foram indicados pelo governo provincial” (Mabilde, [1897-99] 1983: 164).

Como pudemos observar na narrativa sobre a ruptura entre Braga e Doble, tinha sido a quebra de protocolo durante a festa de comemoração da bem sucedida correria que denunciou ao primeiro as intenções do subordinado em tomar-lhe o poder. Entretanto, não parece ser baseado somente nos costumes que Doble tenha empreendido este plano: o novo cacique demonstrava ter percebido que havia vantagens em correr os riscos das perseguições pelo antigo chefe e, em troca das antigas relações, forjar novas alianças com outros líderes importantes, os brancos. Esta atitude de Doble, portanto, não esteve isolada da conjuntura de ampliação dos contatos com os colonos luso-brasileiro dos campos, muito menos das colônias de imigrantes germânicos. As novas necessidades dos Coroados, como o ferro, exigiram a renovação das práticas voltadas para obtê-lo, isto é, as correrias e assaltos, bem como, as negociações com o governo.

A prática de Doble parece ter sido, preferencialmente, manter a impressão de que o aldeamento de seu grupo era permanentemente iminente. Com isto, podia sempre receber os benefícios oferecidos pelos brancos em troca da promessa de aldear-se, bem como manter certas práticas costumeiras. A ordem estabelecida era cumprida e burlada ao mesmo tempo: aceitar a condição de aldeado era fundamental para praticar os assaltos às colônias, livrando-se das suspeitas e das conseqüências punitivas, como um possível extermínio. Dada a evidente desvantagem na correlação de forças entre os indígenas e os brancos, era preciso agir de acordo com as novas regras sociais e, a partir disso, construir uma outra forma de impor sua maneira de ser, mesmo que diluída no sistema imposto.

Se considerarmos a inexistência de dados sobre a atuação do cacique Braga depois de seu aldeamento e a compararmos com a super-atuação de Doble posteriormente a 1850, perceberemos que a ruptura entre ambos (re)configurou o estatuto de poder de cada um. O anteriormente destacado cacique Braga, líder de grande número de coroados saía da cena política e, em seu lugar, Doble passava a ser a estrela do teatro das relações entre os Coroados e o poder provincial. Este estado de coisas esteve latente no momento mesmo em que se deu a mudança, como pudemos observar no depoimento pleno de ressentimentos dado por Braga ao engenheiro Mabilde, ao perceber, ele próprio, o prestígio do inimigo entre os brancos.

### **3.3 – O cacique mantém-se “constantemente necessário”: as relações com o governo, as colônias e os índios.**

Em diversos episódios podemos apreender a experiência de Doble como o cacique negociador, por muitos intérpretes (Prezia, 1998; Laroque, 2000) também visto como colaboracionista. Seu jogo de cintura permitia que ele pudesse relacionar-se com os membros do governo provincial, os fazendeiros pecuarista e ervateiros, a comunidade alemã e com os grupos indígenas aldeados e selvagens. É preciso ter em vista que as ações do cacique Doble se moveram conforme as circunstâncias e oportunidades que foram se revelando vantajosas naquele contexto, mas também a partir de lógicas próprias, provenientes do grupo ao qual fazia parte, isto é, os Coroados do século XIX.

Como vimos acima, desde a ruptura, por volta de 1837, entre os caciques Braga e Doble, o último manteve-se em permanente movimento nos territórios de ocupação tradicional daqueles indígenas. Entretanto, a precisão de seu paradeiro só se materializa com o início do processo de aldeamento do grupo na segunda metade da década de 1840. Os aldeamentos assinalaram o envolvimento dos índios na abertura de estradas e a retaliação de suas terras para posterior colonização destas pelos europeus. Os aldeamentos também deveriam garantir a incorporação desse contingente índio na produção provincial através do projeto de catequização religiosa. Desde meados de 1845, padres jesuítas, com o apoio provincial, dirigiram-se até os toldos de índios das matas do planalto, levando presentes para eles tendo em vista atraí-los à civilização, “e dissipar toda a má suspeita a nosso respeito”.<sup>59</sup> A ação missionária deveria agir como moderadora na luta entre índios e brancos.

Muitos fazendeiros da região também empreendiam expedições às matas na busca de toldos de índios para que, posteriormente, fossem aldeados. A região do planalto meridional era caracterizada pela presença de campos, bosques e matas de pinheiros que, além de serem os locais prediletos de habitação para os Coroados, tratava-se de “um excelente local para invernadas de gado e o estabelecimento de fazendas pelos colonizadores” (Francisco, 2006: 95-96). Assim, interesses particulares também influenciaram na reconfiguração dos espaços indígenas naquele momento, pois visavam a ocupação de territórios por eles dominados.

Entre esses fazendeiros esteve Manoel de Quadros, morador do Campo do Meio, que em abril de 1848, contatou, de uma só vez, os caciques “Nicafé, Chico, Maneco, e Doble, todos com suas hordas”, e fez com que acampassem em sua propriedade. O próprio Joaquim Fagundes dos

---

<sup>59</sup> Relatório 1º/03/1846, Relatório com que se abriu a primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul o Sr. Conde de Caxias, Presidente da mesma Província. Porto Alegre: Typographia de I. J. Lopes, 1846: 21-22.



Reis, subdelegado de polícia do distrito de Passo Fundo, fora ver os indígenas que, segundo ele, respeitavam a Manoel de Quadros como um dos seus. Naquele momento, Doble e os demais receberam roupas e ferramentas com o objetivo de que se encaminhassem para o aldeamento de Pontão.<sup>60</sup> Doble teria dito, entretanto, que preferia dirigir-se para o Campo do Meio onde se apresentou com “uns 90 índios” sob seu comando (Pérez apud Laroque, 2000: 136). Em outra correspondência encontramos que:

Um Bugre que a eles serve de intérprete assegurou-me que não tardaria a chegar ali um Cacique de nome Braga com doze Casais que vem aldearem-se com as que ali estão [...] e aqueles Caciques Nicofê, Chico, Maneco, queriam ir à Porto Alegre ver a Cidade em companhia de Quadros. Este homem é pobre e tem feito despesas superiores a suas forças, a fim de atrair os Bugres; seus serviços prestados com risco de vida a prol da Catequese V. S. melhor saberá avaliar.<sup>61</sup>

Como resposta a esse pedido, o Diretor Geral dos Índios concedeu uma gratificação a Manoel de Quadros, desde que continuasse em seu intento com a civilização dos Coroados.<sup>62</sup> No ano de 1849, muitos indígenas ainda se dirigiam para as terras, do agora identificado como “pardo”, Manoel de Quadros, “a quem muito estimam, e o denominam seu Capitão”. O Diretor recomendava que se gratificasse a esse homem, visto que era muito desfavorecido e, assim, por pouca coisa seria capaz de colocar à disposição do governo.<sup>63</sup>

Entre 1848 e 1850, o governo trabalhou na implantação de três aldeamentos entre os Coroados: aldeamento da Guarita, fundado com os índios do cacique Fongue; aldeamento Nonohay, o qual deveria concentrar índios do cacique Nonoai. E por último, o aldeamento do Pontão, no Campo do Meio, fundado nas terras do cacique Braga (Becker, 1995: 18-20). Os aldeamentos deveriam garantir a expansão da frente colonizadora, evitando que as novas levas enfrentassem os percalços observados nas experiências anteriores. Enquanto o governo provincial se preocupava em efetivar os aldeamentos, os indígenas pareciam ocupar-se de suas próprias questões. O cacique Doble apresentou-se em diversas aldeias e em cada uma delas procurou estabelecer alianças e impor seus interesses. Conforme as correspondências oficiais, há notícias suas, nos anos de 1848, na fazenda acima referida do Sr. Manoel José de Quadros e, em 1849, no Campo do Meio conforme o Padre Perez. Em 1849, Doble também esteve em Nonoai e em Guarita.<sup>64</sup> Nessas negociações, os

---

<sup>60</sup> Correspondência de 10/05/1848 – Correspondência de José Joaquim de Andrade Neves ao Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. AHRS. Diretoria Geral dos Índios, Maço 3.

<sup>61</sup> Correspondência de 19/05/1848 - Correspondência ao Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. AHRS. Diretoria Geral dos Índios, Maço 2.

<sup>62</sup> Correspondência de 08/07/1848 - Correspondência de José Joaquim de Andrade Neves ao Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. AHRS. Diretoria Geral dos Índios, Maço 3.

<sup>63</sup> Correspondência de 1º de janeiro de 1848 do Diretor Geral dos Índios, AHRS, Diretoria Geral dos Índios, Maço 3.

<sup>64</sup> Correspondência 10/05/1848 - Correspondência de José Joaquim de Andrade Neves ao Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. AHRS. Diretoria Geral dos Índios, Maço 3. Correspondência 19/07/1851 - Correspondência ao Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Diretoria Geral dos Índios. AHRS, Maço 2.

conflitos internos foram peça fundamental para a aceitação ou não, por parte das lideranças indígenas, das propostas de se aldearem em determinado lugar, principalmente, quando tentavam, como era previsto pela lei, a formação de aldeamentos únicos. Assim, o governo e seus agentes precisaram negociar de forma circunstancial, de modo que o processo de aldeamento foi distinto para cada grupo. Aline Francisco (2006: 156) destaca que, por volta de 1850, podemos observar um certo tipo de especialização dos aldeamentos: o grupo do cacique Fongue da aldeia de Guarita estava envolvido na produção de erva mate; por outro lado, os grupos aldeados em Nonohay tinham como atividade principal a abertura de estradas.

Quanto ao grupo de Doble, a partir do ano de 1850 podemos ter mais clareza quanto as suas práticas. Lembrando que o aldeamento de seu principal inimigo, Braga, – e perseguidor – teve grande relação com tal aumento de prestígio que Doble passou a possuir entre os governantes e os colonos. Sua participação na resolução, por assim dizer, de alguns casos de ataques de índios a particulares, é expressiva disto. Vejamos alguns desses episódios.

O assalto à família do tropeiro João Mariano Pimentel, nos Campos de Vacaria,<sup>65</sup> em agosto de 1851, demonstra como o cacique Doble, neste período, já era acionado como liderança de referência entre os Coroados. Enquanto Pimentel encontrava-se em uma viagem a Uruguaiana, com fins de contratar tropas para levá-las às feiras de Sorocaba, os Coroados invadiram a propriedade e, como de costume, mataram os homens, levaram as ferramentas e raptaram as mulheres. Os responsáveis por esse assalto tinham sido os indígenas chefiados pelo cacique Nicuó ou João Grande, como era também conhecido, e por um escravo fugido que havia se juntado ao grupo (Mabilde: [1897-99] 1983: 60). Como não havia ainda uma força policial no recém criado município de Vacaria, foram chamados os homens da região para perseguir os índios e resgatar as prisioneiras. Para o comando da expedição chamou-se o cacique Doble, acompanhado de subordinados seus, e do Coronel José Luiz Teixeira da Guarda Nacional. Segundo uma correspondência de Mabilde ao governo provincial de 1853, Doble havia aceitado a tarefa porque era inimigo do cacique Nicuó, por outro lado, fora chamado por ser capaz de ler nas matas os vestígios da tribo perseguida. “Após alguns dias de angustiosa expectativa, chegaram, enfim, às proximidades do paradeiro dos selvagens [...]. Batidos ali após o encontro, os bugres fugiram deixando os prisioneiros”.<sup>66</sup>

Corridos da encosta do rio das Antas, os mesmos indígenas praticaram um novo assalto, agora na colônia alemã, o qual resultou, novamente, na participação de Doble na captura do grupo

---

<sup>65</sup> A fazenda localizava-se mais especificamente no chamado Passo de Santa Bárbara, entre os atuais municípios de Bento Gonçalves e Veranópolis (Gardelin, 1969a: 29).

<sup>66</sup> Correspondência 1º/03/1850 - Correspondência do Tem. Cel. Engº Pierre François Alphonse Booth Mabilde ao Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Biblioteca da PUCRS. Coleção Júlio Petersen.

subordinado ao cacique Nicuó em 1853.<sup>67</sup> Conforme Mabilde, Nicuó liderava um pequeno grupo de dissidentes do cacique Braga, composto por apenas 23 pessoas, que teriam se negado a aldear-se. Mabilde afirma ainda ter sido a sedução de uma mulher já comprometida o motivo do rompimento entre o cacique Braga e seu subordinado Nicuó: “Foi um caso destes, de sedução de uma mulher, que provocou a luta entre o cacique principal Braga e a tribo dissidente, do cacique subordinado Nicuó” ([1897-99] 1983: 66). É preciso observar que Mabilde acreditava veementemente, conforme o que lhe havia sido relatado, que as guerras decorrentes de tais situações eram de extermínio e jamais haveria reconciliação entre as partes.

A esse grupo, não se sabe exatamente em que momento, havia se juntado um negro fugido, morador dos fundos dos Campos de Vacaria, propriedade de João Mariano Pimentel. Segundo Mabilde, “Esse crioulo, nas correrias que faziam aqueles indivíduos nos campos de Vacaria e nos de Cima da Serra, servia de guia e capitaneava aquela pequena força, que se tornou notável e terrível pela sua crueldade”. Consta ainda que Nicuó teria tomado conta dos antigos domínios do agora aldeado cacique Braga.

Era de tão más entranhas o cacique Nicuó que, perseguido como sempre vivia pelos outros coroados das tribos do chefe Braga, nunca quis sair do mato e aldear-se, preferindo andar errante com sua pouca gente, sem destino certo, fazendo correrias, somente para ter ocasião de matar e assassinar os moradores da vizinhança do sertão – como asseverou-me o cacique Yotoahê (Doble), único coroadado que tinha relações com o cacique Nicuó. Este, quando cometia seus horrorosos crimes, era aconselhado pelo crioulo que admitira em sua tribo. Logo que Nicuó se viu livre do perigo das perseguições que lhe fazia o cacique Braga – que se aldeara com sua gente – fazia as suas correrias com mais frequência. Ficou conhecido nos Campos de Vacaria e de Cima da Serra pelo nome de João Grande (ave de pernas compridas), pela altura do corpo, muito maior que os demais coroados de sua tribo (Mabilde, [1897-99] 1983: 61).

Como já mencionamos no capítulo anterior, em princípios de janeiro de 1852, ocorreu o assalto à propriedade do colono alemão Pedro Watterpuhl, na colônia do Mundo Novo. Tratava-se de uma nova ação do grupo do cacique Nicuó, recém batido dos campos de Vacaria. Como de costume, roubaram a casa, destruíram o que não puderam levar, mataram o homem adulto presente, no caso o Sr. Pedro, seqüestraram as mulheres e as crianças.<sup>68</sup> A essa altura, o problema dos assaltos dos indígenas às colônias alemãs tratava-se de uma questão de segurança pública, a qual o governo provincial deveria resolver. Entretanto, as medidas que vinham tomando as autoridades haviam dado grande prova de sua ineficácia, conforme identificava o relatório do vice-presidente da província, Luiz Alves de Oliveira Bello, em primeiro de outubro de 1852: “Os Índios recebem as roupas, e ferramentas e voltam às matas; batidos, e perseguidos depois da agressão, reaparecem

---

<sup>67</sup> O nome deste cacique aparece de diversas formas na bibliografia. Optei pela grafada em Mabilde.

<sup>68</sup> Entre as prisioneiras estava Maria Bugra, como ficou conhecida posteriormente ao episódio.

mais hostis em outros lugares, não sendo possível colocar guardas em todos aqueles [lugares], por onde eles fazem os seus assaltos”.<sup>69</sup>

Neste mesmo relatório houve a defesa dos aldeamentos como a solução mais eficaz para o problema indígena, “para evitar a luta desumana do cidadão contra o selvagem”, tendo em vista integrá-lo a sociedade.<sup>70</sup> Embora sejam escassos os dados sobre as práticas reais a respeito do que fizeram os colonos para resolver o problema indígena, os documentos oficiais e alguns poucos dados particulares indicam que houve, com certeza, a prática da perseguição daquelas populações. Como no caso do relatório a pouco referido, que explicitava a existência de um embate entre as partes citadas.

Em março de 1853 as prisioneiras e filhos foram resgatados – mortos todos os coroados, o negro que os comandava e mais uma das mulheres da tribo de Nicuó. A indígena que ficou viva foi feita prisioneira por um coroadado que acompanhava a expedição. Era uma mulher de 24 anos de idade, a julgar pela aparência (Mabilde, [1897-99] 1983: 60-62)

Com o resgate da família alemã do Mundo Novo pelo cacique Doble, o governo provincial pagou a Doble uma gratificação pelo serviço prestado além de pretender “aldear aquele fiel chefe e sua horda nas matas do Pontão”, conforme o relatório do presidente daquele mesmo ano.<sup>71</sup> Entretanto, por uma “feliz coincidência”, Doble e o Capitão Fongue, seu primo, encontravam-se em Porto Alegre e acertaram pessoalmente com a presidência sua mudança para os campos de Nonohay. Essa disposição de duas importantes lideranças coroadas em aldear-se em Nonohay corroboram com a intenção de reunir aquela nação de índios em um mesmo local, como já haviam tentado três anos antes. Em 10 de agosto de 1853, houve a expedição de uma nova ordem do governo provincial de concentrar todos os Coroados em um mesmo local, isto é, em Nonohay, tendo sido nomeado seu diretor o Sr. José Joaquim de Oliveira.

Conforme o relatório do ano seguinte, “Chegando a Nonohay o referido diretor mandou próprios a Vacaria chamar o Cacique Doble, para que em cumprimento da promessa que me havia feito fosse reunir-se com sua tribo ao aldeamento geral”.<sup>72</sup> Segundo a correspondência de 19 de março deste mesmo ano, Doble não teria aceitado esta proposta e somente depois de um encontro com o Cacique Fongue, da aldeia da Guarita, seu primo, teria sido por ele convencido a esta mudança, “mas era acompanhado com má vontade e repugnância, sendo presumível que saudassem

---

<sup>69</sup> Relatório 1º/10/ 1852 – Relatório do Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello na abertura da Assembléia Legislativa Provincial. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1852: 15.

<sup>70</sup> Idem p.16-17.

<sup>71</sup> Relatório 06/10/ 1853 – Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembléia Legislativa Provincial. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1853: 26.

<sup>72</sup> Relatório 02/10/ 1854 – Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembléia Legislativa Provincial. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1854: 30.

de novo àqueles lugares, pelos quais manifestam particular afeição”.<sup>73</sup> Entretanto, em 1854, durante a prometida mudança do Pontão para Nonohay, o grupo de Doble sofreu um ataque do grupo inimigo chefiado por Pedro Nicofé, “de cujo encontro resultou ficarem alguns feridos, e perderem tudo quanto haviam recebido desta Presidência como presente”,<sup>74</sup> fato que fez com que Doble mudasse de idéia. No mesmo relatório apresentou-se as motivações de tal incidente:

Desconfiado por esse ato de traição, e supondo que nascia de Pedro Nicofé como vingança pela morte de João Grande, a quem mesmo Doble resgatando a família alemã do Mundo Novo tinha derrotado, desandou caminho e voltou novamente para os matos do Pontão, que lhe são caros. Em vão tentaram os mensageiros do Diretor Oliveira persuadi-lo de tornar ao Nonohay, prometeu fazê-lo mais tarde, mas segundo as últimas notícias que tenho de Felipe José de Souza, da Vacaria, ainda por ali se conserva errante com a sua tribo, mas inofensivo.<sup>75</sup>

Depois deste evento, o cacique Doble continuou sendo cortejado pelo governo provincial para se dirigir ao aldeamento de Nonohay, conforme os relatórios dos presidentes da província de 1854 e 1855, não tendo nunca acatado este pedido. Assim como Doble, outros coroados também dificultam a concretização do aldeamento único em Nonohay e, em 1856, o governo provincial percebe ser praticamente impossível tal intento, constatando as rivalidades internas como um fator explicativo para isso. Segundo um ofício do Ministério do Império ao presidente da Província de Santa Catarina, Luiz Pereira de Couto Ferraz, expedido em 20 de março de 1855, Doble encontrava-se em Lages e que “já um pouco domesticado, mostra intenções pacíficas” (Cunha, 1992: 235-236). Ao atravessar o rio Pelotas, Doble empenhou-se de modo similar ao que realizou na província de São Pedro: conseguiu das autoridades a confiança necessária para deles receber suplementos e ferramentas, de modo a iniciar o trabalho na roça em troca de sua suposta intenção de aldear-se.

Entretanto, apenas dois meses depois de ser localizado em Lages, Doble já estava novamente nos campos de Vacaria. Conforme relata Mabilde, no dia 16 de maio de 1855, um grupo de Coroados atacou o rancho do falquejador José Antônio de Carvalho, que revidou aquela afronta perseguindo os indígenas juntamente com outros quatro camaradas. “Saíram do rancho, no momento em que os selvagens pretendiam atear fogo nele e, atirando de espingarda, mataram um e feriram vários dos que rodeavam o rancho, obrigando-os a fugir para a mata que distava dali umas cento e cinquenta braças”. Como o agrimensor trabalhava nas proximidades, “nas matas sobre a vertente setentrional do arroio Foromeco” com outros seis colegas, foi chamado para ajudar os moradores que ficaram em alarde. Mabilde e mais nove homens trataram de procurar traços da

---

<sup>73</sup> Correspondência 12/12/1853. AHRS. Lata 300, Maço 2; Relatório 06/10/ 1853 – Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembléia Legislativa Provincial. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1853: 26.

<sup>74</sup> Relatório 02/10/ 1854 – Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembléia Legislativa Provincial. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1854: 30.

<sup>75</sup> Idem p.31.

marcha dos fugitivos e as encontraram cerca de meia légua de onde se encontravam. No cair daquele mesmo dia sentiram cheiro de fumaça, um sinal infalível quanto à presença dos selvagens, e resolveram acampar devido à proximidade que se encontravam dos indígenas e à noite que se aproximava. No dia seguinte a grande surpresa para Mabilde ([1897-99] 1983: 167-169):

O dia seguinte, dia 17, amanheceu coberto e só pelas 6 horas da manhã pudemos ver, no chão, o rastro que os selvagens deixaram. Continuamos, silenciosamente, nossa marcha e ainda não tínhamos caminhado trezentas braças, ao subirmos um pequeno morro, da chapada do mesmo, avistamos, sentados de cócoras, ao redor de um pequeno fogo, vinte selvagens, inclusive o cacique Doble que os capitaneava. Estavam todos nus como no seu primitivo estado selvático. Apenas sete daqueles indígenas – como aquele que tinha sido morto ao pé do rancho – tinham o cabelo tonsurado em forma de coroa, como usam no estado selvagem. Os outros treze, como o cacique Doble, tinham o cabelo comprido, como usam depois de aldeados.

A questão que envolve os cabelos dos Coroados serviu, nas matas, para a identificação da passagem de um indígena pelo aldeamento. Como informou Reinald Hensel ([1867] 1928), que contactou os índios da aldeia de Caseros, “Antigamente os coroados tinham uma grande tonsura, agora fazem nas crianças pequenas, que já nascem com cabelo na cabeça, só uma vez tal tonsura e então deixam crescer de novo e para sempre o cabelo”. Este é mais um exemplo das modificações que observamos entre a vida nas aldeias e as praticadas anteriormente pelos indígenas. Infelizmente, não sabemos como e nem porque essa prática foi alterada por aquela sociedade, mas tratou-se da formação de uma nova forma de viver e utilizar o seu corpo em um novo contexto. O mesmo se pode pressupor quanto à nudez ao retornarem às matas, embora seja mais fácil conjecturar que isto se deve à dificuldade que o uso de roupas traria à mobilidade e agilidade exigida nas correrias ou possíveis fugas. Exemplo disso observamos na prática de despir os prisioneiros feitos logo que eram capturados.<sup>76</sup>

Quando reconheceu o Capitão Doble, como era conhecido àquela altura, Mabilde o chamou, mas após breve hesitação o grupo bateu em disparada sertão a dentro. Iniciou-se uma nova perseguição, que durou cinco dias, na qual o engenheiro disse que haviam se aproximado dos fugitivos várias vezes, de tal forma, que chamava por Doble, “dizendo-lhe que parasse e viesse falar-me pois, do contrário, ordenaria à minha gente que atirassem sobre eles”. O grupo de Doble teve alguma dificuldade na fuga devido aos feridos que, atingidos por arma de fogo, não podiam ser tão rápidos como de costume.

No quinto dia, alcançaram o rio das Antas, onde passaram para a margem direita a nado e onde deixamos de persegui-los, porque vários homens que me acompanhavam – inclusive eu – não sabiam nadar (...). Ainda, ao descer do cerro, tornei mais uma vez a chamar o cacique Doble, dizendo-lhe que parasse. Olhou para trás, para ver a distância que nos separava e, como das outras vezes, apressou a corrida. Nesta última ocasião minha gente

---

<sup>76</sup> Para detalhes sobre o tratamento dado aos prisioneiros das correrias ver capítulo 2 deste trabalho.

quis atirar sobre eles, mas não consenti que o fizessem, tendo lhes pedido que, apesar de cansados como estávamos, tentassem aprisionar Doble, porém este, ao chegar ao rio, foi o primeiro a se atirar n'água, passando a nado para o outro lado. Seus companheiros também passaram a nado o fundo canal que separa as duas praias de cascalho. Os indígenas feridos, principalmente o baleados na perna, eram ajudados pelos companheiros que procuravam segurar suas cabeças fora d'água (Mabilde, [1897-99] 1983: 169).

Mabilde ressalta que o nado não era uma predileção dos Coroados, mas o contrário: evitavam-no, sempre que possível, procurando lugares seguros para fazer travessias. Disse ainda que no episódio acima narrado os indígenas fizeram grande esforço para não deixarem suas armas molharem, entretanto, ao necessitarem de ambos os braços para a fuga, não precipitaram em abandonar os varapaus que sumiram no rio. E continua:

Meu empenho era de aprisionar, ao menos, o cacique Doble e conduzi-lo preso e no estado em que andava na mata, até Porto Alegre, levado-o até à presença do Presidente da Província onde, um mês antes, este cacique tinha estado, **ardado com galões de capitão**. Este seria o único meio de enganar as autoridades a que, por várias vezes, dei conhecimento das correrias que o perverso cacique Doble praticava, depois de aldeado, circunstância esta que lhes parecia impossível, pela confiança que aquele cacique lhes inspirava.

Esta era a quarta vez que encontrávamos desta maneira, todos nus, indígenas que, pelo cabelo comprido, se reconhecia serem aldeados, misturados e acompanhados de indígenas ainda selvagens, com cabelo tonsurado em forma de coroa. Em três destas correrias, encontramos o cacique Doble chefiando a correria.

Antes de aldeado, no tempo em que vagava pelas matas, fugindo de seu primitivo cacique a quem tinha traído, Yu-toahê (Doble) e sua tribo eram os mais inofensivos. O motivo desta mansidão era a falta de sossego, pois não tinham alojamento permanente, pela perseguição constante de seus antigos camaradas, subordinados fiéis ao cacique Braga. Depois da traição nunca mais deixaram Doble parar no mesmo lugar, um dia só que fosse. Isso mesmo asseverou-me o cacique Braga, dizendo-me, também, que pela perseguição que fazia ao cacique Doble e à sua gente, pouco se lembrava de fazer correrias. Toda a sua gente andava, durante aquele tempo todo – até o cacique Doble aldear-se – espalhada em grupos volantes pelas matas, sempre perseguindo aqueles traidores e outra pequena tribo dissidente (Mabilde, [1897-99] 1983: 170-171).[grifos meus]

Mas todas as vezes que o governo provincial ou particulares se aplicavam ao intento de criar novos aldeamentos para reunir e civilizar os Coroados, os moradores das colônias vizinhas viam crescer as chances de novos ataques, pois a essa altura já se percebia que, muitas vezes, eram os índios aldeados e não os ditos bravios das matas que praticavam tais atos. Foi o que ocorreu com o aldeamento de Santa Isabel nas proximidades da então nova colônia de Santa Barbara, onde se ordenou ao diretor da Colônia Militar de Caseros que instalasse ali “alguma força da colônia a fim de garantir a segurança daqueles moradores”.<sup>77</sup> O mesmo havia ocorrido já em 1849, quando se tentava aldear no Pontão os índios do cacique Braga.

Para Mabilde o motivo que tinha levado todos os Coroados, até aquele momento, a aldearem-se foram as condições desfavoráveis que estes grupos passaram a encontrar nas matas.

---

<sup>77</sup> Relatório 02/10/ 1854 – Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembléia Legislativa Provincial. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1854: 46.

Para o autor a única exceção era o grupo chefiado por Braga, que possuía condições de permanecer nas matas se o quisesse. Mabilde relata que este grupo nunca teria praticado, depois do aldeamento, correrias, mas que, em janeiro de 1852, um grupo sob a liderança do próprio Braga teria saído em perseguição aos indígenas da tribo do cacique Nicuó e, como apontamos na fonte anterior, perseguiram aos índios chefiados por Doble (Mabilde, [1897-99] 1983: 172).

Conforme o relatório do presidente da Província Jerônimo Francisco Coelho, de 1856, o cacique Doble e seus seguidores viviam “inofensivos e pacificamente” em Pontão. Inclusive insistia-se que não mais se tentasse levá-los para Nonohay, mas sim que se criasse um aldeamento ali mesmo, o que é feito por ordem do presidente em dezembro daquele mesmo ano.<sup>78</sup> Para o novo aldeamento designou-se o diretor Francisco Ignácio Ferreira, que tinha arranchados em sua propriedade os indígenas daquele grupo, que pedia ao governo provincial “algumas ferramentas e roupas para eles, e o diretor geral insta pela presença de missionários naquele lugar”, mas mesmo assim, não foi possível reunir os índios na aldeia.<sup>79</sup> É interessante ressaltar que neste documento o autor refere-se a Doble como Capitão e não mais como cacique somente.

Em 1858, houve a tentativa da formação de um aldeamento exclusivo para os índios do cacique Doble, chamado de Santa Isabel. Em uma correspondência de julho deste ano, do Diretor do aldeamento de Pontão, encontramos os trâmites das negociações com Doble, para quem fora prometida “a patente de Capitão com vencimento de que for aldeado”.<sup>80</sup> Em 14 de agosto daquele ano, seguiram para o local indicado para o aldeamento – as terras da entrada da Picada do Mato Português –, o diretor nomeado Alberto Marques de Almeida e mais 182 indígenas chefiados por Doble, “ficando uma porção da tribo do Cacique Chico, no lugar denominado Campo do Meio, para concluir a colheita de suas roças”. Conforme este relatório, o aldeamento contava já com 29 ranchos “e um grande galpão coberto de palha”, onde os indígenas dedicavam-se ao trabalho na lavoura de forma eficiente. O governo providenciava para aquele mesmo ano o envio de um religioso, o Padre da companhia de Jesus, Thiago Villa Rubia, para catequizar os índios.<sup>81</sup>

Ainda no final de 1858, houve rumores de que fazendeiros da região tentavam “seduzir os índios” do aldeamento, para que dali saíssem. O diretor de Santa Isabel afirmava “ter interrogado o Cacique Doble e este negado [que tivesse] recebido munições de alguém para abandonar a aldeia. Um atestado do Pe. Thiago Villarubia do Campo [afirmava] que o descontentamento dos índios

---

<sup>78</sup> Relatório 15/12/ 1856 – Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jerônimo Francisco Coelho na abertura da Assembléia Legislativa Provincial. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1856: 140.

<sup>79</sup> Relatório 11/10/ 1857 – Relatório do Vice-presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o Comendador Patrício Correa da Câmara na abertura da Assembléia Legislativa Provincial. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1857: 26.

<sup>80</sup> Correspondência 10/06/1858. – Correspondência de Alberto Marques de Almeida ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. AHRS. Diretoria do Aldeamento de Pontão, Maço 2.

<sup>81</sup> Relatório de 1858 – Documentos anexos ao Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 8ª legislatura. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1858:29.



provinha da má escolha do terreno para o aldeamento, [a] preferirem o das imediações da estrada velha do Mato Português”. Entrementes a tantas benesses, nem assim foi possível acomodar Doble e sua gente naquele aldeamento. Nos anos seguintes, muitos problemas foram evidenciados nas correspondências do aldeamento, como a falta de mantimentos a que os índios associavam à má escolha das terras. Esta situação não pôde ser resolvida com os indígenas e o aldeamento foi extinto em 1861.

Já em 1862, Doble apresentou-se ao diretor da Colônia Militar de Caseros.<sup>82</sup> Esta colônia havia sido fundada em 1859 por um Decreto Imperial (n.2504), na freguesia de Lagoa Vermelha, com a intenção de alocar ali os soldados alemães que haviam lutado na guerra contra Rosas (Giron, 2004: 186).<sup>83</sup> O diretor, o padre Antonio de Moraes Branco, informava que “Os índios se mostraram mui satisfeitos por verem-me seu diretor, ainda mais o Cacique Doble, que sendo há amar muito meu campo e suas [?] sempre depositou em mim muita confiança”. Disse ainda que Doble havia se comprometido em trazer para ali os índios do “Capitão Chico, que vive com alguns índios no Campo do Meio” e que, por isso ausentara-se do aldeamento por alguns dias.<sup>84</sup> Os indígenas que ali viviam “estavam satisfeitos e começam a aplicar-se ao serviço da lavoura”, conforme era de desejo das autoridades.

Foi somente durante o aldeamento de Doble em Caseros que obtemos os primeiros detalhes sobre sua vida particular. Em anexo a uma correspondência do diretor datada de 31 de outubro de 1862, temos apresentado um censo sobre os indígenas que lá viviam, contendo seus nomes, idades e relações de parentesco.<sup>85</sup> Naquela data, o cacique Doble foi registrado com 64 anos de idade, possuindo quatro esposas cujos nomes eram Francisca (58), Maria (28), Cantalícia (22) e Luisa (19), denotando, desta maneira, a manutenção do costume do chefe principal ser o único do grupo a ter mais de uma esposa, visto que é o único assim identificado. Aparecem ainda nove filhos seus, um deles já casado e com filhos, os outros com idades entre oito meses e 19 anos.<sup>86</sup> Estes dados são de grande importância, pois nos permitem apreciar uma pequena parte da vida particular desta importante liderança, quase um resíduo humanizador desta personagem: para além de sua atuação política devemos tentar compreender que o Capitão Doble era um indivíduo que possuía família,

---

<sup>82</sup> Relatório de 1862 – Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1ª sessão da 10ª legislatura da Assembléia Provincial. Porto Alegre: Typographia do Jornal da Ordem, 1862: 38-40.

<sup>83</sup> Entre 1851 e 1853, o Brasil interveio na chamada “Guerra Grande” onde grupos de estancieiros capitaneados pelo caudilho de nome Lavalleja, e por, posteriormente, Manuel Oribe que visava integrar o Uruguai às demais províncias litorâneas da Banda Oriental, principalmente Buenos Aires. Somente com esta intervenção militar brasileira conseguiu-se a derrota dos partidários dessa integração com a Argentina, além disso, auxiliou-se o caudilho argentino Urquiza em sua luta contra Juan Manuel de Rosas (Prado, 2010: 93).

<sup>84</sup> Correspondência 20/08/1862 – Correspondência do Pe. Antônio de Moraes Branco ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. AHRS. Diretoria do Aldeamento na Colônia Militar de Caseros, Maço 2.

<sup>85</sup> Ver tabela em anexo.

<sup>86</sup> Idem.

afetividades, desejos e paixões que o motivaram em um outro âmbito de sua experiência. Era “um índio alto, simpático e elegante, já montava bem à cavalo e fazia montado, parte das suas excursões” (Jacques, [1912] 1979: 101). Alguém que podia ser encontrado nu pelas matas e, ao mesmo tempo, “fardado com galões de capitão” em Porto Alegre (Mabilde, [1897-99] 1983: 171).

É bastante curioso o fato de que, neste mesmo documento, entre os 114 indivíduos listados no aldeamento, encontramos Maria (51), “viúva do Braga”, e seus dois filhos, bem como o Braguinha e sua família. Ora, sem dúvidas a referência ao nome Braga nos faz remeter a usurpação cometida por Doble ao cacique Braga, e de como os ódios e a perseguição pareciam ser as únicas formas de relação possível entre eles. Agora, podemos inferir que, quase trinta anos após o ocorrido, havia algum espaço para a negociação e conciliação entre aquelas famílias. A fonte não é capaz de nos dizer se havia alguma forma de hostilidade entre estes indivíduos, mas o fato de estarem sobre a mesma terra nos indica alguma forma de convivência consentida pelas partes.

Mesmo depois do aldeamento na Colônia Militar de Caseros temos notícias sobre outros atos praticados por Doble enquanto dizia estar caçando nas matas. Alphonse Mabilde recebeu, em 19 de junho de 1862, uma carta de Manoel Luiz da Silva Pedroso, um companheiro nas excursões pelo interior da província, que havia a poucos dias encontrado com o cacique Doble nas matas. O negócio de Pedroso era o da erva-mate e, deste modo, mantinha-se sempre circulando nos ervais e nas matas adjacentes, principalmente na região do Erval do Prata. Assim como Mabilde, Pedroso estava “bem ao par de sua má índole” ([1897-99] 1983: 173), consciente de que mesmo aldeado, Doble praticava correrias pelo sertão, visto que ambos já o tinham encontrado naqueles momentos o flagrando em seu comportamento duplo.

Na carta, relata que Doble se encontrava acompanhado de outros 14 indígenas, sendo a maioria aldeados, visto que possuíam os cabelos compridos – marca de que não eram mais “bugres bravios” – e apenas dois com a tonsura em forma de coroa. Assim como os demais, Doble estava nu. Ao ouvirem o chamado de Pedroso pelo cacique, saíram todos em disparada pela floresta, em direção ao rio das Antas. Por estarem armados com seus arcos e flechas e varapaus, indicando com isso suas *verdadeiras* intenções, Pedroso resolveu mandar a referida carta ao agrimensor, para que, se houvesse tempo, ele avisasse os moradores das margens do Caí sobre um possível ataque de índios. A carta ainda informa (Mabilde, [1897-99] 1983: 174):

O João que está comigo no erval disse-me que entre os bugres que ali andam com o Doble, os dois de coroa pertencem à gente do cacique por aqui conhecido por ‘Chico do nariz comido’, que está vivendo no Campo do Meio, na estância do Oliveira. Não sei como aqueles ladrões vêm reunir-se por cá com o Doble, que parece ser o chefe daquela súcia de salteadores.

Quando vinha saindo do mato, ao pé do nosso vigia, encontrei ... (Por conveniência julgo não dever transcrever o nome da pessoa a quem nesta carta o Sr. Pedroso se refere) que já sabia que o Doble, com aqueles bugres, tinham entrado no mato com o pretexto de ir caçar. Ele ia atrás deles, com doze homens daqueles nossos bons, e esteja certo que se ele

encontrar aqueles bugres que não escapará um só para amostra, pois V. S. sabe a gana que ... tem do Doble e da sua gente, pelo que aqueles malvados lhes fizeram em casa. Assim como ... já deu cabo de doze ou quatorze bugres, jurou acabar com todos eles, podendo. Mas sua gana maior é do Doble que sempre manda sua gente fazer o mau. Se ele algum dia puder agarrar o sujeito, não será tão condescendente como V. S.; assevero-lhe que há de matá-lo, mas antes disso há de fazer-lhe pagar caro o que ele e sua gente fizeram-lhe, como V. S. não ignora.

Pedroso reitera na carta que a aversão que o homem não identificado por Mabilde sentia por Doble justificava-se, principalmente, pelo fato de que ele e sua família sempre haviam procurado tratar bem aos indígenas. O excerto revela o ódio que o chefe Doble despertava em certos membros da comunidade e como essas pessoas procuraram dar fim a sua vida, visto que identificavam em sua figura o motivo de seu desassossego. A fonte também dá sinais das matanças praticadas pelas matas sem o conhecimento do governo provincial, a título de justiça própria, uma vingança contra os ataques sofridos. Também aponta a constância dos assaltos praticados sob o comando do cacique Doble, aquém do conhecimento das autoridades com quem muito bem se relacionava. Deste modo, atuava ora como um colaboracionista do Estado quando dava conta de capturar indígenas que haviam praticado correrias ou quando conduzia grupos *selvagens* aos aldeamentos, ora como um líder arredio, a revelia das autoridades, que comandava e praticava, ele mesmo, os ditos assaltos.

Os observadores contemporâneos, como Pedroso e Mabilde, tinham ciência de que as saídas para caçadas dos Coroados tratavam-se de *desculpas* que encobriam o real motivo daquelas ausências nos aldeamentos: as correrias. Essa dissimulação dos indígenas era tão eficaz que as autoridades não davam crédito aos informantes que lhes tentavam alertar sobre essa prática dos indígenas. Como o fez o Sr. Pedroso que, em 1862, em uma viagem a Porto Alegre, procurou o Presidente da Província por motivos pessoais e aproveitou a oportunidade para:

(...) fazer ver a sua Ex.<sup>a</sup> o que o Doble e sua gente andavam fazendo por cá, dizendo que iam caçar no mato para melhor ir roubar aos moradores longe daqui. Mas sua Ex.<sup>a</sup> tomou o negócio como caçado, e não quis acreditar que aquele malvado era o chefe de todos aqueles desacatos e autor de todas aquelas desgraças que por aqui, como pelos matos de lá, causam aqueles bugres. Citei mesmo as vezes que andei com V. S. no mato, e que presenciei duas vezes encontrarmos com os bugres em correria, capitaneados pelo Doble, e assim mesmo custou ao presidente acreditar-me; porque sempre me dizia que **lhe parecia impossível o Doble enganar assim as pessoas que tão bem o tratavam**; e eu então lembrei-me que se sua Ex.<sup>a</sup> andasse no mato, como V. S. e nós temos andado, que há mais tempo que se teria desenganado com aquele malvado e fingido (Mabilde, [1897-99] 1983: 174-175) [grifos meus].

Para Mabilde a *caçada* empreendida pelos Coroados era uma espécie de desculpa que encontraram para ludibriar as autoridades dos aldeamentos, visto que, a caça não era, conforme constatou, uma atividade da qual aqueles indígenas tinham apreço, mas tratava-se muito mais de uma prática eventual. Mesmo depois de aldeados, nas verdadeiras caçadas, por assim dizer, não se afastavam muito e o faziam sozinhos ou em grupos pequenos, muito diferente das saídas com outros fins, disfarçadas de caçadas. A certeza diante de tais fatos expressada pelo narrador é comovente:

Todas aquelas caçadas que dizem os coroados fazerem, cada vez que se ausentam dos aldeamentos em número de vinte a trinta indivíduos juntos, não tiveram, até hoje, outro fim senão o de correrias. Se confrontarmos as épocas de ausência daqueles indígenas com as depredações e assassinatos cometidos pelos supostos selvagens, ainda nativos, ver-se-á que aquelas épocas combinam – de maneira a não deixar a menor dúvida – de que sejam aqueles simulados, a maior parte das vezes, os únicos e verdadeiros autores das correrias. Na atualidade, entretanto, com menos razão atribuímos, só e unicamente, aos coroados que ainda vivem, nas matas, em estado selvagem (Mabilde, [1897-99] 1983: 176-177).

No ano de 1863, o zoólogo Reinhold Friedrich Hensel veio para a província do Rio Grande como representante da Academia de Ciência de Berlim, tendo permanecido até 1866 na região. Em maio de 1865, passou uma semana entre os Coroados da Colônia Militar de Caseros e a partir desta experiência escreveu um artigo que foi publicado, posteriormente, pela revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul em 1928 (Becker, 1995: 328).<sup>87</sup> Segundo o autor, os indígenas haviam habitado nas proximidades da colônia fundada para soldados negros, “porem há cerca de um ano eles haviam afastado suas choças a uma légua de distância, visto que se manifestara entre eles uma epidemia de varíola que lhes custou muitas vidas. Em tal caso, é costume deles queimarem as tendas dos mortos e abandonar a região” ([1928] 1957: 68-69).

Hensel relata que os diretores responsáveis pelo aldeamento tinham a tarefa de fazer com que os indígenas daquela nação saíssem dos matos próximos e se acostumassem com a vida civilizada. O autor detectava que, como era de interesse dos diretores mostrarem serviço em sua incumbência, não se podia confiar nos números que apresentavam sobre a quantidade de índios que ainda permaneciam nas adjacências. Assim como Mabilde já alertava, Hensel destacava (1957: 68-69):

Parece que principalmente no alto Taquary e entre este e o Cahy ainda se encontra coroados completamente selvagens, como é de supor pelos assaltos periódicos, porem agora quase sufocados, às colônias alemãs do mato virgem. Entretanto, não é inverossímil atribuir-se alguns desses saques aos índios civilizados, notavelmente os de Caseros que de vez em quando desaparecem de suas colônias sem que na ocasião do seu regresso se saiba com certeza onde entrementes haviam permanecido. Também não é raro que escravos desertores se refugiem no mato e então pela necessidade se vêem forçados a atacar a propriedade do colono.

Visto as colocações de Mabilde sobre o tema das correrias podemos compreender melhor sua opinião sobre a ineficiência do projeto de aldeamentos. Para ele um dos erros foi fundá-los distante da população branca, onde o controle sobre o seu retorno às matas seria mais dificultoso. Outro problema observado estava na tentativa de lhes impor a agricultura, totalmente distante do modo de vida dos indígenas “acostumados a uma vida ociosa, um trabalho penoso que, de momento, excede às suas forças”. Por outro lado, o autor diz que “O trabalho da roça é uma

---

<sup>87</sup> Também publicou Die Coroados der Brasilianischen Provinz Rio Grande do Sul In Zeitschrift für Ethnologie, Berlin, 1869. O texto original publicado na Revista do Museu e do Arquivo Publico do Rio Grande do Sul chamava-se Die Schädel der Coroados (Becker, 1995: 328).

obrigação que lhes causa uma sujeição que julgam inútil, visto a abundância de frutas que existe nas matas, onde podem ir buscar e colher, quando precisam ou desejam”. O vestuário, por exemplo, “parece tolher-lhes o livre movimento do corpo”, mesmo depois de anos nos aldeamentos, preferindo despir-se sempre que possível (Mabilde, [1897-99] 1983: 179). Como fez o próprio cacique Doble, nos dois momentos onde foi flagrado por Mabilde e por Pedroso. Entretanto, o autor identifica que para aqueles indígenas a vantagem da sociedade civilizada era a possibilidade de escolher livremente uma mulher e a ela unir-se, sem necessariamente, precisar da concessão do cacique. Porém, consideravam nossa predileção pela monogamia e a impossibilidade de troca “como um cativo indigno e do maior aviltamento” ([1897-99] 1983: 180).

Mabilde acreditava que a empresa do aldeamento dos Coroados havia sido prematura e que “Se não fosse a traição do cacique Doble, motivando uma guerra de vingança e extermínio, poderíamos estar certos de que, até hoje, ele e aqueles indígenas não se teriam apresentado e nem se teriam aldeado tão mansamente, porque os coroados, pela sua volubilidade ou natural inconstância, custam a sujeitar-se à civilização” ([1897-99] 1983: 179). O que o autor identificava era uma grande permanência dos modos de viver dos Coroados mesmo depois de aldeados, o que provava que a grande distância entre essa forma de compreender o mundo e a maneira civilizada dos brancos tinha feito do aldeamento um projeto fadado ao fracasso. Também Reinold Hensel falava que a empresa realizada nos aldeamentos tinha sido pouco eficaz, pelo que constatava em 1865 em Monte Caseros. Dizia ele que mesmo com o batismo, os Coroados mantinham suas crenças anteriores sem aceitar os ensinamentos cristãos. Isto era evidente principalmente quanto à prática da poligamia, mesmo que fosse apenas o cacique a possuir de 3 a 4 mulheres. Dizia ainda que “O chefe preside ao casamento, porem esperava-se dentro em breve obter que eles se casassem na igreja. Eles não tem sacerdote próprios” (Hensel, [1925] 1957: 73).

No ano de 1864, Reinold Hensel estava em Porto Alegre, quando encontrou pessoalmente os índios da Colônia Militar de Monte Caseros. O cacique Doble angariava, naquele momento, a patente militar de brigadeiro, pelos serviços que tinha prestado ao governo da província. Estava acompanhado por subordinados seus, bem como, por cerca “trinta coroados selvagens” por ele capturados que garantiriam o pagamento de uma “recompensa especial” por parte do governo. Nossa testemunha ocular ainda diz:

Este cacique era um homem muito inteligente e especialmente esperto, ao qual seria muito fácil tirar do mato todos os coroados selvagens, e só o índio domado está aqui apto a apoderar-se do selvagem; porém, ele pelo mínimo serviço exigia alto pagamento e relativamente não se apurava muito na captura dos seus colegas de tribo ainda selvagens, a fim de não haver baixa no preço do artigo; assim **ele se mantinha constantemente indispensável** (Hensel, [1925] 1957:161) [Grifos meus].

A transmutação do cacique subordinado Yu-toahê em Brigadeiro Doble era fruto da atuação desta liderança entre os mais distintos membros da sociedade do sul do Brasil. Doble não foi o único chefe indígena a adquirir patentes militares naquele período, muitos outros tornaram-se capitães, majores ou coronéis, refletindo a característica hierarquização militar da sociedade sul-riograndense (Francisco, 2006: 158). Tanto o governo provincial quanto os índios eram cientes da importância que estas nomeações obtinham em momentos cruciais de negociação sobre terras, participações militares ou a ida para aldeamentos.

Em 29 de março de 1864, o diretor do Aldeamento de Caseros, o Pe. Antonio de Moraes Branco informava ao presidente da província o falecimento do cacique Doble, “vítima de uma epidemia de bexiga”.<sup>88</sup> Conforme Hensel ([1925] 1957: 68-69), durante a visita que Doble tinha realizado a Porto Alegre “eles foram infeccionados pelo veneno da varíola. Entretanto, a epidemia só se manifestou quando haviam regressado à sua colônia e assim causou grande devastação entre eles”. Laroque (2000: 141; 2008: 108) afirma que a recompensa recebida pela captura dos 30 indígenas selvagens que Doble entregara às autoridades na capital em 1864 teria sido “roupas sujas dos soldados que tinham morrido de varíola”. Esta informação não encontra-se confirmada nas fontes pesquisadas até o momento. Entretanto, ela contém em si a pressuposição de que Doble teria sido *descoberto* em suas artimanhas de atuação dupla e, que talvez, o governo tenha encontrado uma forma, ao mesmo tempo hilária e perversa, de puni-lo pelo engano sustentado por tanto tempo. O certo é que o cacique Doble morreu como tantos outros indígenas, vítima da varíola:

Assim foi o cacique Yu-toahê (Doble) sepultado no aldeamento onde permanecia, com o seu arco e flechas ao lado, um seu pote de ferro que ali acharam e um chifre de boi – para beber água – como diziam os outros coroados.

O cacique Yu-toahê (Doble) não foi o primeiro daqueles indígenas coroados que, depois de aldeados, morreu e foi sepultado com arco e flecha a seu lado, panela e chifre de boi. Antes de Yu-toahê, já dois outros indígenas coroados foram assim sepultados, pelo que me consta, por indicações de um dos padres missionários que, mui anteriormente à morte desse cacique, tinha permanecido por algum tempo no aldeamento (Mabilde, [1897-99] 1983: 116).

Naquele ano de 1864, as epidemias de bexiga haviam vitimado muitas pessoas, não apenas indígenas, mas sem dúvidas estes mostravam-se mais vulneráveis. O relatório do presidente da província apontava surtos em Cruz Alta e São Borja, além dos aldeamentos de Santa Isabel e Nonohay.<sup>89</sup> Também uma filha de Doble, “a linda Isabella”, teria sofrido dos males desta doença e “ficava muito acanhada e triste, todas as vezes que notava ser ela objeto de observação, e só quando

---

<sup>88</sup> Correspondência 29/03/1864 – Correspondência do Pe. Antônio de Moraes Branco ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. AHRs. Diretoria do Aldeamento na Colônia Militar de Caseros, Maço 2.

<sup>89</sup> Relatório de 1865 – Relatório com que o Bacharel João Marcelino de Souza Gonzaga entregou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Sr. Visconde da Boa-Vista. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1965: 5.

ela ouvia dizer que se contara ao estrangeiro também a respeito da sua anterior beleza, deslizava um sorriso saudoso sobre seus traços desfigurados” (Hensel, [1925] 1957: 73-74).

Mas quais foram as conseqüências da morte do cacique Doble para os Coroados? No final da década de 1860, Alphonse Mabilde acreditava que alguns caciques continuariam a prática do finado Doble, sendo que o cacique que deveria despender maior atenção era Condurá, também conhecido como Domingos, que vivia na Invernada dos Ilhéus. E era firme em dizer que “qualquer correria, depredação, assassinato ou rapto de pessoas de alguma família assaltada pelos selvagens serão, certamente, cometidos pela gente deste cacique que, em perversidade talvez não seja menos que o finado Doble, sendo igualmente tão simulado” (1983: 177). Mabilde alertava que o cacique Nhucoré – também conhecido como “Francisco sem nariz” ou ainda “Chico nariz comido” – merecia atenção neste mesmo sentido. Este cacique permanecia na região do Campo do Meio e, conforme a correspondência do Sr. Pedroso acima referida, pode-se destacar a ação conjunta de Doble e a gente de Nhucoré.

Hoje, Doble já não existe e o tempo nos provará se cometi um erro ou uma injustiça em julgar aqueles dois caciques (Nhucoré e Condurá), principalmente o cacique Condurá (Domingos). Deus permita que me engane, ao escrever estas ponderações no mês de agosto deste ano de 1866, e que tenha ocasião, algum dia, de retratar-me. Mas tenho a firme convicção de que aqueles dois caciques, Condurá e Nhucoré, não desmentirão a opinião que, a seu respeito, aqui emiti e não quererão dar-me a satisfação de reconhecer que cometi um erro e uma injustiça, em julgá-los da maneira que julguei (Mabilde, [1897-99] 1983: 178).

Não existe maneira de identificar se os eventos que envolvem ataques de indígenas posteriores ao momento em que Mabilde posterga tal opinião foram mesmo atos praticados sob a liderança dos caciques por ele identificados como os mais perigosos. O certo é que já no ano seguinte, 1867, houve o ataque e sequestro da família de Lamberto Versteg, tratado no capítulo anterior, aos moldes *tradicionais* dos Coroados. Mabilde também é capaz de relacionar a questão da permanência da prática das correrias com a morte do cacique Doble:

Hoje que o cacique Doble não existe mais, os indígenas coroados aldeados e mesmo aqueles que vivem, como mansos, em vários lugares do campo e matas vizinhas e que estão diariamente em contato com nossa gente, nem por isso deixaram de fazer as suas correrias. Agora, depois da morte do cacique Doble, que sozinho queria ter aquele privilégio, convenço-me de que as farão com mais afronta. Enquanto vivia Doble, sabiam de como ele era desalmado, falso e do que era capaz, consentindo só nas correrias por ele projetadas para seu interesse e, para as quais, só ele convidava os indígenas de outras tribos. Alguns caciques que em tudo dependiam de Doble hoje acham-se como desassombrados, depois da morte dele, e continuam, por sua própria conta e risco, com aquelas correrias (Mabilde, [1897-99] 1983: 177).

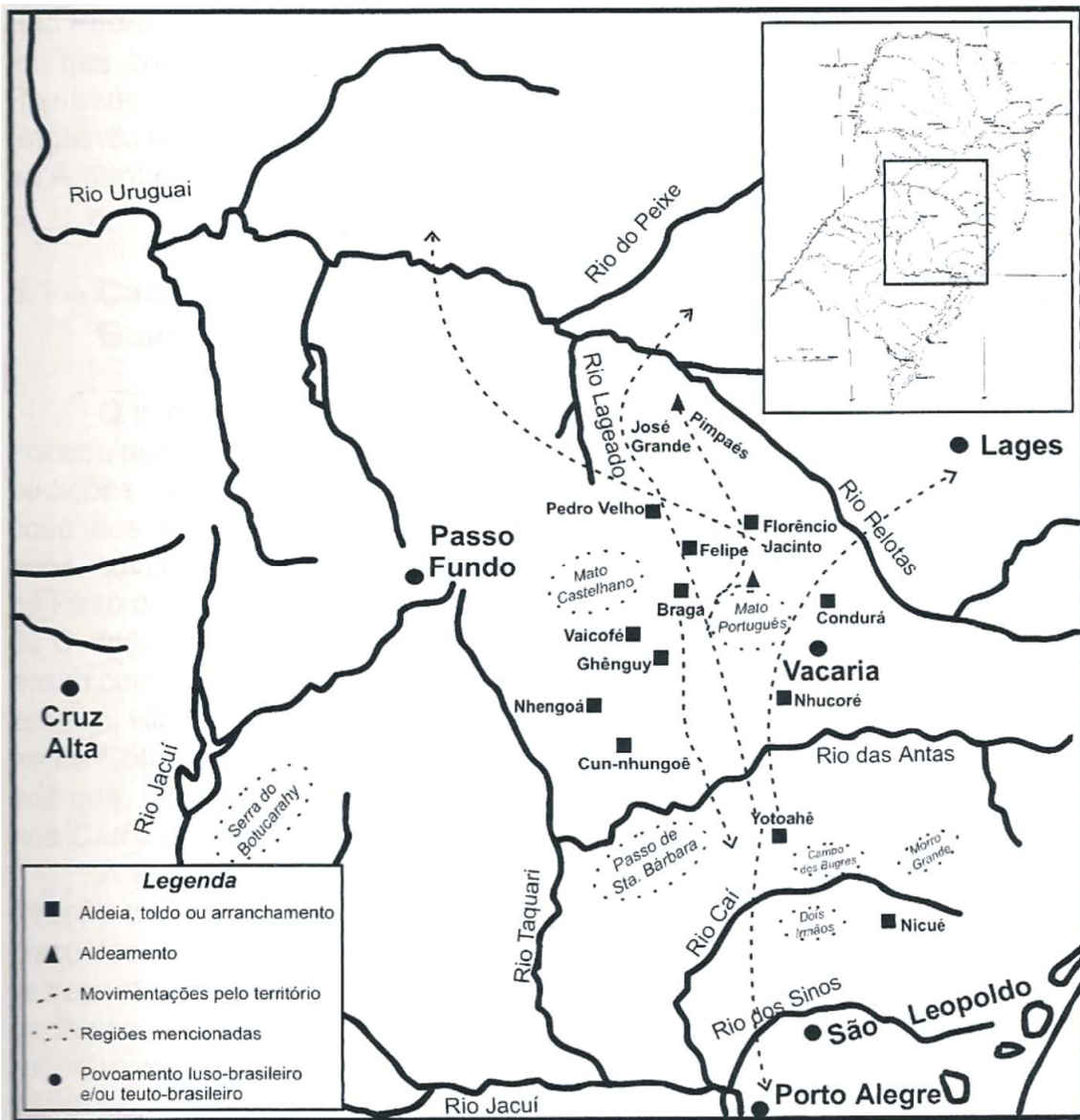


Figura 6 – Mapa da atuação das lideranças entre os rios Jacuí, Pelotas e Sinos. Fonte: Elaborado por Laroque, 1999 (Laroque, 2000: 151).

### 3.4 – Significados da liderança indígena no século XIX.

A questão de como se consolidaram as lideranças indígenas ainda permanece um campo insuficientemente explorado, pois este “tornar-se” liderança não se trata de um movimento autônomo ou, quando muito, regulado por fatores exclusivamente intestinais de um grupo social, necessitando de uma abordagem teórica a seu respeito. A ocupação de um lugar de liderança não pode ser compreendida a partir de critérios naturalizantes, mas, pelo contrário, deve-se tratar o assunto com a perspectiva de que estão envolvidos termos de carisma, características simbólicas, conquista, perspicácia e reconhecimento por parte do grupo, como pudemos observar na trajetória



do cacique Doble. Na prática, o que ocorreu foi uma intensa troca entre aspectos históricos e simbólicos, entre ordem e mudança.

Quando levamos esta reflexão ao caso aqui analisado devemos pensar que não bastava que as lideranças indígenas se relacionassem com as autoridades ou outros membros da sociedade sul-riograndense do século XIX, elas deviam garantir uma performance adequada que obtivesse um impacto mínimo, para com isto barganhar os seus interesses próprios. Neste sentido, o desempenho de Doble perante as autoridades foi tão eficaz, que nem as denúncias feitas por membros de distinto grupo social – me refiro ao engenheiro e agrimensor Alphonse Mabilde ou ao fazendeiro Pedroso – foram capazes de desfazer, de imediato, a imagem que ele mesmo havia construído. Estiveram em jogo estruturas de expectativa da sociedade coroada, onde a negociação e a improvisação tornaram-se práticas da ordem cotidiana. Nas palavras de Michael de Certeau [1990] (2008), “Esses estilos de ação intervêm num campo que os regula num primeiro nível (...), mas introduzem aí uma maneira de tirar partido dele, que obedece a outras regras e constitui como que um segundo nível imbricado no primeiro (...)” (2008: 92). Assim, quando os Coroados buscavam os aldeamentos, encontravam naquela instituição a proteção necessária contra a violência que vigorava nas matas; um alibi perfeito para desvincularem-se das correrias que praticavam, criando “para si um espaço de jogo para *maneiras de utilizar* a ordem imposta do lugar ou da língua. Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura *pluralidade* e criatividade. Por uma arte de intermediação ele tira daí efeitos imprevistos” (2008: 93) [Grifos do autor].

Embora, à primeira vista, as relações de Doble com as autoridades dê ares de uma atuação pautada unicamente por interesses pessoais, em um segundo momento, percebemos como as barganhas feitas por ele refletiam positivamente sobre os grupos por ele chefiados. Enquanto “intermediário” ele atuava para a sociedade indígena ao lhes conseguir terras, roupas, e o tão cobiçado ferro. Os resultados satisfatórios de sua atuação alimentava seu prestígio entre os demais indígenas, garantindo a manutenção de sua posição de liderança do grupo. Entretanto, o cacique Doble não se tratou de uma liderança que alcançou destaque somente entre os meios políticos da época, antes mesmo, quando era subordinado ao cacique Braga, já ocupava um lugar importante dentro daquele grupo, como informou Mabilde. A “arte” ou ciência da retórica já era uma característica apreciada entre os indígenas coroados: a construção permanente da liderança não era nenhuma novidade para o cacique Doble nem para seus subordinados.

Embora a História tenha deixado a “história dos grandes homens” de lado, existe uma grande importância em retomá-la quando percebemos que os feitos de certos personagens são fundamentais para se compreender as sociedades das quais fizeram parte. O objetivo de recuperar as experiências vividas pelos agentes sociais através de novas vias de análise pode estar associado a

formas antigas de escrever a história, desde que incorpore outras perspectivas e faça a devida crítica. Este é o caso da liderança coroada, o cacique Doble.

## Capítulo 4 – O Campo dos Bugres vira vinhedo: Os Coroados e a colonização italiana

### 4.1 – Introdução

Durante muito tempo a história da imigração italiana foi apresentada como uma epopéia dos estrangeiros que atravessaram o Atlântico, chegaram ao sul do país e fizeram aqui, sobre uma terra inóspita e vazia, brotar uma nova Itália, símbolo do progresso e da perseverança destas pessoas. Entretanto, neste capítulo trataremos da ausência de uma parcela de acontecimentos nestas narrativas: a presença indígena naquele espaço. Como observamos nos capítulos anteriores, por volta da década de 1870, os Coroados ainda permaneciam circulando nas matas que separavam os campos de Cima da Serra e as colônias alemãs ao sul. Além disso, continuavam a praticar assaltos e sequestros por aquele tempo; as suas lideranças estavam ativamente envolvidas em negociações diretas com os chefes da província; também encontravam-se nos aldeamentos, nos quais produziam alimentos, cediam sua mão-de-obra para a construção de obras públicas e abertura de estradas. Pois bem, a chegada dos primeiros imigrantes italianos coincide com este momento, suscitando que criemos uma expectativa sobre qual tipo de relação mantiveram. Entretanto, em termos historiográficos, esse contato não foi apresentado, corroborando a idéia de que o encontro entre esses grupos não aconteceu. Esse (des)encontro aparece justificado ora pela inexistência mesma de indígenas no território destinado aos colonos italianos, ora ao aldeamento completo dos nativos. O presente capítulo objetiva esclarecer a experiência vivida pelos Coroados e os imigrantes italianos no sul do Brasil, a partir do momento em que ocorreu a construção da idéia de que as terras designadas aos italianos eram vazias, passando pelos contatos iniciais e a reação de ambos os grupos a tal situação. Através desse estudo procuramos demonstrar como os Coroados foram levados ao convívio com este novo grupo que ocupou seus territórios a partir de 1875, e quais esforços realizaram para sobreviver a essa situação.

Por outro lado, também se pretende identificar as perspectivas desses imigrantes, vindos de uma Itália recém unificada e problemática. Desse modo, é relevante lembrar que estes colonizadores provinham de diferentes regiões: Trento, Piemonte, Tirol; e, portanto, não possuíam uma identidade nacional propriamente constituída, a Itália era uma referência mais geográfica que nacional. Esta veio a se consolidar após largo esforço destes, e até mesmo do governo italiano posteriormente, quando vêm a autodenominar-se italianos (Franzina, 2006: 38-41). Suas atitudes tomadas em relação aos indígenas devem ser compreendidas a partir de um referencial que contemple seu intuito de sobreviver em uma nova condição na pátria que os recebia. Foram muitas as dificuldades enfrentadas pelos mesmos e entre elas encontramos o fator indígena. Parte de sua

constituição étnica pode ter se dado em contraposição a este elemento, tão distinto e distante, mas que exigiu a negociação. Por outro lado, deste jogo de definições surgiu a invisibilidade de um grupo social, neste caso dos Coroados, assim, as ações do grupo de imigrantes foram parte de um processo ora de afirmação étnica, ora de luta pela própria sobrevivência, processo que, geralmente, é atribuído somente aos indígenas.

No sul do país, a ideologia corrente perpetuava o indígena como um elemento da natureza, externo à sociedade. Enquanto elemento hostil da natureza o indígena também precisava ser dominado em nome e benefício da civilização. Esta posição foi assumida pelo Cônsul italiano de Porto Alegre, Henrique Ciapelli que em 1903, relatava ao colocar suas impressões sobre a colonização italiana: “Numa palavra, é uma nova Itália em miniatura que nasceu em lugares onde, até 30 anos atrás, não havia senão índios e uma grande quantidade de jaguares, panteras e pumas (uma espécie de leão)” (Gardelin; Costa, 1992: 14). Nas comemorações do cinquentenário da imigração, esse mesmo discurso também esteve presente nas palavras do Presidente da Província Antônio Borges de Medeiros durante a inauguração da Exposição Colonial Italiana de Porto Alegre em 1925: “(...) as inúmeras dificuldades enfrentadas na selva selvagem, (...)abrindo picadas, afugentando o gentio, perseguindo as feras” (Gardelin; Costa, 1992: 9-10).

O governo imperial brasileiro obteve grande receptividade da Itália recém formada quando decidiu “povoar as terras incultas e devolutas do sul do país”, iniciando os fluxos migratórios para o estado oficialmente em 1875 (Frosi; Mioranza, 1975: 14). O principal intuito do governo brasileiro com a imigração era garantir a mão-de-obra às lavouras de café de São Paulo, já que se enfrentava uma “crise de braços” decorrente do processo de extinção da escravidão (Franzina, 2006). “Entre 1875 e 1914, a província, e depois estado do Rio Grande do Sul recebeu 84 mil imigrantes, cifra maior do que a imigração alemã no período de 1824 a 1939, que fora de 75 mil colonos” (Kuhn, 2004: 96). As 32 léguas de terras destinadas pelo governo a estes imigrantes, ditas “devolutas”, isto é de propriedade do governo, ou despovoadas, localizam-se na região nordeste do Estado, mais precisamente na Encosta Superior da Serra, entre o rio das Antas e as colônias alemãs do baixo Taquari e a bacia do rio Caí. É importante lembrar que, no caso gaúcho, a intenção da imigração residia em um interesse colonizador e não de substituição de mão-de-obra como nas outras regiões brasileiras.

No relatório do presidente Azevedo Castro à Assembléia Provincial de 1876, existem dados estatísticos sobre imigrantes chegados desde 1859 até 1875, entre os 12.563 recenseados aparecem 729 italianos. Em outro relatório à Assembléia, desta vez do Conselheiro Pinto Lima (1871), encontra-se a informação de que residiam em Conde D’Eu, 37 colonos de origem austríaca (Tirol) e italiana. Em 1874, encontravam-se colonos italianos em São Feliciano, e em 1875, viviam 49 italianos nos lotes de Nova Palmira. A data oficial, porém, é a de 20 de maio de 1875, quando

chegaram as famílias milanesas Crippa, Sperafico e Radaelli, provenientes de Olmalte (Monza), fixaram-se numa localidade que denominaram Nova Milano, “onde não havia senão uma oca de índios”. No ano seguinte, o governo aí mandou construir uma barraca para abrigar os imigrantes que se dirigiam para as colônias de Caxias do Sul (Barracão).

Ainda em 1870 foram fundados os primeiros núcleos de colonização italiana: Colônia Dona Isabel e Colônia Conde D’Eu, atuais Bento Gonçalves e Garibaldi, respectivamente. Em 1875, foi fundada a Colônia de Caxias, hoje Caxias do Sul, em um local anteriormente chamado Campo dos Bugres devido à presença de habitantes nativos. Tal região, última zona disponível para colonização no Estado, encontrava-se ainda em estado agreste, de complicado acesso. Após a instalação iniciaram os primeiros cultivos baseados na agricultura familiar com destaque ao da videira, objetivando a produção de vinhos. Estes elementos são constantemente retomados na construção da história local, inebriados de bravura e auto-exaltação:

Em 1875, os colonizadores, da Pátria de Dante vieram aos pagos sulinos do Brasil, para mobilizar uma atividade agrícola das mais atuantes. Trouxeram uma tradição fiel ao ruralismo das plagas itálicas. Eis porque surgiu logo o parreiral exuberante, o vinho capitoso de laboriosas cantinas e a filosofia de trabalho moldada no objetivo do desenvolvimento industrial da região nordeste. Um enxame de fábricas foi sendo desenhado nos horizontes e, de pai para filho, o precioso legado da perseverança tomou feições de uma sinfonia suarenta de malhos, martelos, bigornas, forjas, motores e chaminés fumegantes a dominar os ares da então pacata encosta superior do Nordeste gaúcho.<sup>90</sup>

A anulação da participação dos indígenas na construção da história da região, verificada na estranheza quanto à existência de índios neste local, mesmo que os documentos da época apontem para a sua presença, está colocada sobre a construção do vazio demográfico.<sup>91</sup> Ao apagar um dos sujeitos da história - os povos indígenas - a ocupação da região é tida como pacífica, sem lutas ou resistências, muito menos a negociação, “(...) uma vez que, segundo a versão oficial, os povos indígenas simplesmente não existiam.” (Mota, 1994: 15). Contudo, já foi demonstrado que tal premissa carrega uma intencionalidade específica: a de negar às populações nativas sua inclusão na história regional. Assim, o elemento indígena não se configurava como um agente da história regional, porque não fazia parte dos interesses da construção de tal empreitada, designada ao elemento estrangeiro. Contemos, portanto, esta história de uma outra forma.

---

<sup>90</sup> José Alfonsin foi colaborador da coluna Crônica dos Municípios, do Correio do Povo. Grande parte de sua colaboração versa sobre a região nordeste do Estado através de textos breves. ALFONSIN, José. *Pioneiros de 75*. (2/11/1971, p.15)

<sup>91</sup> Conforme Manuela Carneiro da Cunha (1992: 18), os vazios territoriais significam “a associação de práticas somadas: a eliminação física e étnica, e sua eliminação como sujeitos históricos”.

## 4.2 – O contato em evidência: o encontro entre Coroados e italianos.

Para tratarmos do início da colonização italiana na Província de São Pedro precisamos retomar a história de Luis Antônio da Silva Lima, o Luis Bugre. Conforme apresentamos no capítulo 2, tratava-se de um índio capturado pelos colonos alemães no ano de 1847, depois de ser atingido no joelho em um assalto às imediações de Feliz, tendo sido criado por eles. Durante o tempo em que viveu entre os colonos alemães, Luis manteve relações tanto com os Coroados quanto com os habitantes da colônia. Posteriormente, Luís Bugre havia guiado o assalto que desencadeou o seqüestro da família Versteg. Após o retorno do sobrevivente do sequestro, Jacó Versteg, a São Vendelino, Luís Bugre afastou-se com sua família daquela localidade e instalou-se mais ao norte da serra. Provavelmente, por estar ciente que o menino revelaria a todos sua participação no episódio, como, de fato, o fez. Desse modo, como lhe era habitual ajudar diversos grupos de colonos alemães recém chegados, acompanhou e recebeu também os primeiros imigrantes italianos até um local de sua indicação: nada mais nada menos, que o Campo dos Bugres. Local onde os Coroados haviam habitado e levado seus prisioneiros conforme relatamos anteriormente. Tratavam-se das comemoradas famílias milanesas Crippa, Sperafico e Radaelli que, em 20 de maio 1875, fixaram-se numa localidade que denominaram Nova Milano (Costa, Gardelin, 1992: 15).

Nascia, assim, a Colônia de Caxias, hoje Caxias do Sul, “a menina dos olhos” da colonização italiana, em um local anteriormente chamado Campo dos Bugres. Tratava-se de uma clareira na mata de pinheirais, um verdadeiro descampado que possuía diversos córregos em suas proximidades. Esta região já era conhecida pelos habitantes da província desde, pelo menos, o ano de 1864, quando o capitão Antônio Machado de Souza realizou a travessia entre Montenegro e os Campos de Cima da Serra, localizando o toldo indígena que ali havia. Por algum tempo ainda, o nome Campo dos Bugres tratou-se de uma referência ao local, como observamos no primeiro plano urbanístico da povoação de Caxias, datado de 6 de dezembro de 1878, cujo título era “Projeto da povoação da Colônia Caxias no Campo dos Bugres”. Conforme Roberto do Nascimento (2009: 80-85), este documento pode ser considerado a “certidão de nascimento” da colônia, fato que nos leva a concluir que o entrelaçamento com a temática indígena esteve também representada nesta certidão. Entretanto, a historiografia parece cega perante as evidências das relações travadas naquele contexto: ora, a colônia – e depois cidade – foi erigida sobre uma antiga aldeia indígena; seus novos moradores não puderam, de modo algum, negligenciar sua existência.

Quanto a Luis Bugre, durante os primeiros momentos, prestou serviços de caça para as três famílias, bem como os ajudou quando ficaram doentes buscando ervas medicinais na mata. Quando os funcionários do império instalaram a administração colonial, registrou-se também como colono.

O indígena tornou-se proprietário do lote número 17, com 148.191m<sup>2</sup>. No Mapa Estatístico da Ex-Colônia Caxias são apresentadas as seguintes informações a seu respeito: brasileiro; 65 anos; não lê; casado com Sebastiana Maria de 55 anos e seus filhos Maria Luiza (20), Julio (19) e Carlos Antônio (24); data de chegada em 6 de janeiro de 1876; débito de 147\$268.<sup>92</sup> Desse modo, Luís Bugre passou a construir uma nova imagem, agora no imaginário dos colonos italianos, que tiveram por ele uma grande estima, proveniente dos serviços prestados em tempos de dificuldades, como observamos no romance que trata dos primeiros momentos da colonização de Dalcin Fidelis Barbosa (1975: 19):

- Por aqui termina a zona colonial alemã – disse Pedro. – Agora é só mato e serra. Foi por aqui que passaram os primeiros imigrantes italianos. Não havia caminho. Foram abrindo picada a facção e trepando a serra a pé, carregando a bagagem às costas.
- Sozinhos – perguntei.
- Não. Eles tinham um bugre, conhecido por Luís Bugre.
- Bugre de verdade?
- Sim, bugre legítimo, mas semicivilizado. Os colonos o pegaram pequeno.

Sobre esses primeiros encontros também há referência às relações de Luís Bugre com os italianos no trabalho de Pierro Brunello (1994). O autor nos fala sobre os relatos da *nonna* Giulia Piazza onde afirma que o índio – Luis – esperava no porto fluvial de São Sebastião do Caí e depois subia a serra com os colonos abrindo estrada com picão, e mais: “O índio lhes fez dormir na sua cabana e foi se estabelecer em uma cavidade formada pelas raízes de uma planta de grande porte, e mais tarde ensinou os recém chegados a como construir um abrigo de ramos de folhas” (1994: 23).<sup>93</sup> Especula-se que teria aberto uma bodega na colônia, para venda de bebidas e víveres. Entretanto, ainda não pude localizar algum documento que confirme a posse de tal empreendimento, mas a informação aparece frequentemente nos romances que retratam a imigração. Encontra-se, por exemplo, em *As vítimas do Bugre*, onde conforme Gansweidt, “abriu nas colônias italianas uma taverna em que houve não poucos casos ruidosos” (1946: 306).

Quanto a sua morte, também são dispersas as informações. Teria participado de uma caçada junto a três luso-brasileiros: Felizardo da Costa Leite, Albino Rodrigues de Freitas e João Bogreiro [muito sugestivo esse sobrenome!!], no rio das Antas, em sua travessia, acabou se afogado. Um de seus filhos, Júlio, pensando ter sido o pai assassinado, resolveu tomar satisfação junto aos companheiros da caçada fatídica. Encontrou Albino Rodrigues de Freitas com quem discutiu. Durante a briga, por fim, Júlio morreu baleado no peito por esse homem. O Monsenhor Gansweidt, informava que um dos caçadores, Felizardo da Costa Leite, ainda vivia em 1928, quando escreveu *As vítimas do Bugre*, assim, supomos que o padre lhe tenha procurado para confirmar esta história

---

<sup>92</sup> Mapa de Registro de chegada da Ex Colônia Caxias, AHJSA. p.01.

<sup>93</sup> Tradução minha: *L'indio li fece dormire nella sua capanna e andò a sistemarsi in una cavità formata dalle radici di una grande pianta; in seguito insegnò ai nuovi arrivati come costruire un riparo di rami e di foglie.*

(1946: 307). O outro filho de Luis Bugre, Alberto, teria participado das medições de terras no Poço das Antas e, ainda conforme Gansweidt, não se tinha notícias de seu paradeiro por volta de 1929.

No final das contas, foi o Luís Bugre, um índio, quem escolheu o lugar para se construir a vila que, mais tarde, se tornaria o símbolo do sucesso dos imigrantes italianos no sul do país. Foi no Campo dos Bugres que se construiu o próprio modo de ser italiano no Brasil, que é único, pois tem em si próprio uma origem extremamente nacional, a interação com os indígenas. Embora Luis tenha construído uma relação de estima perante os imigrantes italianos, nem sempre a expectativa deles era favorável aos indígenas em geral. O medo foi uma constante, pois estes tiveram acesso a informações dos fatos de enfrentamento ocorridos na colônia alemã, antes de sua chegada. Essa sensação permanente de insegurança pode ser observada nas memórias destes imigrantes sobre aqueles momentos iniciais:

De dia, trabalhávamos com muito medo de sermos atacados pelos bugres, quando procurávamos derrubar algum pedaço de mato para tirar lenha para o nosso consumo ou para armar algum galpão ou construir uma cerca. À noite, alguns dos colonos eram destacados a montar guarda, a fim de dar alarme num caso de agressão. Porém os bugres nunca nos molestaram, e também nunca os vimos (Gardelin; Costa, 1992: 23).

Mesmo neste caso onde não houve um contato direto segundo a informante, os colonizadores têm a compreensão da existência dos indígenas. Saber sobre a existência do “outro” também corroborou na construção das identidades naquele contexto. Nem todos os indígenas se relacionaram com os imigrantes e vice versa, mas as redes de relações simbólicas entre esses mundos distintos ultrapassava os encontros físicos. Provavelmente os Coroados também sentiram medo, assim como a imigrante, de serem atacados e mortos por aqueles. A partir dessas considerações, a compreensão do contato posto entre os Coroados e os imigrantes italianos pode ser tomado enquanto um processo de construções interligadas e contínuas. Este estado de coisas pode ser observado nas trajetórias diferenciadas: ora pelos índios que se integraram à colonização, caso de Luis Alberto Silva Lima; ora por aqueles índios aldeados no Toldo de Cacique Doble. Trataremos destes últimos a diante.

Nos registros dos colonos encontramos referência a outros indígenas: Antônio Lourenço, de 18 anos e sua esposa Anna de 16 anos que teriam chegado em 6 de novembro de 1875 são apontados como índios colonos (Costa; Gardelin, 2000:10).<sup>94</sup> Nestes livros há diversas famílias de brasileiros chegados desde os primeiros anos à Colônia Caxias. Destacamos este fato, pois ao registrar-se Luís Antônio Silva Lima é declarado brasileiro e não indígena.

A incorporação de Luís Alberto Silva Lima à colônia Caxias nos serve como um primeiro indício dos contatos destas populações até então negado pela historiografia. Este ato pode ser

---

<sup>94</sup> Entretanto, ainda não encontrei referência a eles nos Mapas Estatísticos.



considerado uma estratégia de resistência dos mesmos, pois nos mostra como esses indivíduos utilizaram as brechas institucionais para se incorporar à sociedade e, dessa forma, permanecer em seu território. A utilização, neste caso, dos signos ocidentais não denota uma ruptura definitiva com os parâmetros anteriormente adotados por esses personagens, pois, certamente, assim como fizeram os imigrantes, tentaram reproduzir na vida das colônias, suas antigas formas de experimentar a nova realidade. Esse comportamento denota a continuidade dos vínculos com a sociedade de origem, sem negar as transformações decorrentes do contato. Segundo Guillaume Boccara (2003: 16), “uma mesma sociedade pode experimentar variações em seu modo de “ser na história””, sendo as identidades uma construção sócio-política. Com isto, um mesmo grupo social poderá expressar de diferentes maneiras as formas de resistir e/ou se integrar a outro corpo social. Na relação entre os Coroados e a colônia italiana, percebemos outra forma que não a representada por Luís Antônio da Silva Lima: a que se estabeleceu através dos índios que optaram por aldear-se.

### **4.3 O Campo dos Bugres vira vinhedo**

A colonização italiana na província de São Pedro colocou-se de forma muito mais intensa e rápida do que havia sido e colonização germânica. Entre os primeiros anos a partir de 1870, milhares de imigrantes desembarcaram do sul do país e dirigiram-se para a região serrana da província, onde o governo imperial havia instalado duas colônias: Conde d’Eu e Santa Izabel. Nessa primeira fase, cabia ao governo provincial trazer os colonos, então, foram contratados os serviços de empresas privadas, preocupados muito mais com os lucros que poderiam obter do que com a colonização propriamente dita. Após um ano, apenas 37 famílias haviam se estabelecido na colônia de Conde D’Eu e Santa Izabel permanecia sem nenhum colono. Percebido o fracasso, o governo imperial recuperou para si a administração da vinda dos imigrantes. Já em 1875, é fundada a terceira colônia, Nova Milano, no Campo dos Bugres.

Embora cada uma destas colônias tenha tido um “tempo” diferente em seu desenvolvimento, pode-se dizer que elas se expandiram com relativa rapidez, e em cinco anos já eram habitadas por 10 mil italianos. Entre os anos de 1875 e 1914, chegaram 76.168 imigrantes italianos, sendo o ano de 1891 o ano de maior fluxo (9 mil), assim, outras colônias iam surgindo contiguamente às três primeiras (Giron, 2004:193). Essa imensa quantidade de gente modificou abruptamente o ambiente no qual se inseriram, pois cada família praticava a derrubada do mato tendo em vista iniciar o plantio de suas lavouras – primordial intuito de sua vinda para o império –, a construção de casas, moinhos e outros estabelecimentos, abertura de estradas que ligassem as colônias entre si e com as vilas e cidades onde comercializavam seus produtos. Houve uma preocupação em povoar, ao

mesmo tempo, as cidades e as zonas rurais. Mas estas tarefas não foram facilitadas, principalmente devido à falta de instrumentos necessários e sementes para a abertura de áreas de cultivo, pois o governo nem sempre entregou as ferramentas prometidas. As primeiras moradias eram, portanto, muito rudimentares, feitas de improviso e deveriam protegê-los dos perigos da terra. Nas palavras do agente consular italiano, Luigi Petrocchi, em 1905:

Apenas lhe era indicado o número do terreno consignado, cada família a ele se dirigia, com suas trouxas de roupas, alargando com o facão, do melhor modo possível, a demarcação feita pelos agrimensores. Sua primeira preocupação era a de preparar um pequeno descampado, de preferência junto à água, e construir uma cabanazinha de taquara, coberta de folha e ervas. Ali se estabeleciam, com saudades do belo céu da Itália, e passavam as noites sem dormir, por temor dos índios, dos animais ferozes e de tantos outros perigos desconhecidos, que inspirava aquela densa e soberba floresta virgem, imponente na sua vastidão silenciosa e escura (Costa; De Boni; *et al*, 1992: 72).

A partir das modificações estabelecidas pela lei de 1854, que reorientava a organização da formação de novas colônias, as terras deixavam de ser doadas e passavam a ser vendidas aos imigrantes. Havia o financiamento com carência de dois anos e prazo de cinco, podendo ser estendido para até 15 anos. O governo também possibilitava que os colonos trabalhassem 15 dias por mês na abertura de estradas, reduzindo, assim, as suas dívidas sobre os lotes que possuíam. Apenas com o pagamento de um terço das dívidas, o colono recebia um título provisório da terra, substituído, perante a quitação final do débito e a comprovação de que o lote fora cultivado e habitado, pelo título definitivo. Muitos colonos não conseguiram obter a propriedade efetiva dos lotes e acabavam os abandonando. Nos livros de registros das colônias, uma grande parte dos lotes “abandonados” estavam em nome de colonos cujas origens declaradas eram “brasileiros”. Este dado nos remete a Luis Bugre, e nos faz pensar quantos outros indígenas “semi-civilizados”, como se referiam a ele, teriam se incorporado às colônias e tentado garantir sua parcela de terras (Giron, 2004: 190-194).

Entre os cultivos destas colônias, certamente, o da videira destacou-se logo de imediato. A produção de vinhos artesanais encontrou rapidamente mercados fora das colônias e garantiu a concentração das primeiras fortunas na região que, posteriormente, transformaram-se no capital necessário ao investimento nas oficinas e indústrias. Entretanto, a empresa que mais produziu modificações para os indígenas, certamente, foi a da madeira. Desde o princípio, as colônias investiram na extração de madeira, dada a abundância e variedade de espécies, utilizada na fabricação de móveis, construção de casas, carroças e venda. O pinheiro, sem dúvida, foi amplamente procurado pelos colonos. A madeira era “descida” pelos rios, até a zona alemã ou à capital, onde era negociada a bons valores. Já por volta de 1904, a devastação das áreas de florestas de pinheiros era percebida, como se pode vislumbrar no relato do agente consular italiano, Luigi Petrocchi (Costa; De Boni; *et al*, 1992: 69):

Em um dia que não está muito distante, quando os matos das colônias italianas estiverem totalmente destruídos pelo fogo, ou derrubados pelos machados dos donos de serrarias, então os pinheiros da Vacaria adquirirão grande valor, principalmente se levarmos em consideração que a madeira é das principais indústrias de exportação do Rio Grande do Sul. Esperamos, porém, que jamais chegue este dia, pois já foram muitos os matos que os colonos de todas as nacionalidades destruíram, e a prosseguir assim, caminha-se ao encontro de uma calamidade.

Para os Coroados a derrubada de grandes áreas de pinheirais significava a redução, nunca antes experimentada, do espaço como o conheciam, fundamental em sua organização social, conforme observamos no primeiro capítulo. A redução das áreas de florestas, a construção cada vez mais rápida de estradas, um número impressionante de pessoas ocupando os mesmos espaços – e valendo-se dele para a alimentação, refiro-me à caça principalmente –, possivelmente fizeram os indígenas reavaliarem a possibilidade da permanência nas matas. Esses indígenas dirigiam-se cada vez mais para o norte, em direção aos Campos de Vacaria, onde, conforme o documento acima apresentado, as áreas de mato ainda vigoravam na paisagem.

#### **4.4 O toldo de Cacique Doble: os Coroados saem das matas**

Durante as décadas de 1870 e 1880 ainda era possível encontrar toldos de índios nas matas ao norte das recém criadas colônias italianas, mais precisamente, nas regiões circunvizinhas aos campos de Vacaria e seus limites com os campos de Passo Fundo. Estas áreas, como pudemos observar no capítulo anterior, foram ocupadas e disputadas pelos grupos de indígenas relacionados a pelo menos dois importantes caciques: Braga e Doble, desde a década de 1830. Foi naquela região que ambos aldearam-se: o primeiro no Campo do Meio em 1850; o segundo, no Pontão, Santa Izabel e, finalmente, próximo à Colônia Militar de Caseros, por volta de 1862 [Ver localização desses locais no mapa da Figura 7]. Com a morte do cacique Doble em 1864, o grupo passou a ser liderado por seu filho, Jacinto Doble, entretanto, pouco permanecia no aldeamento, e quando o fazia, mostrava todo o seu descontentamento com as autoridades, incitando os indígenas que lá habitavam a abandonarem o lugar. Jacinto tinha como aliado um irmão seu, João Jangné, e conforme os relatos do Padre Branco ao vice-presidente da província, “pode haver um grande e grave conflito, isto que os dois pertencem à família do finado cacique Doble, e o Jacinto ficou sucessor do pai, e com quanto pode como já disse à V. Ex<sup>a</sup>, este ato seguido pelos demais índios, com tudo vendo estes pregando contra a sublevação ao menos d’alguns, que mesmo na estrada

poderão atacar as condutas dos outros”.<sup>95</sup> Entre as alegações dos indígenas de Caseros sempre esteve a escolha daquelas terras como desfavoráveis e pretendiam mudar-se para os Campos do Meio.

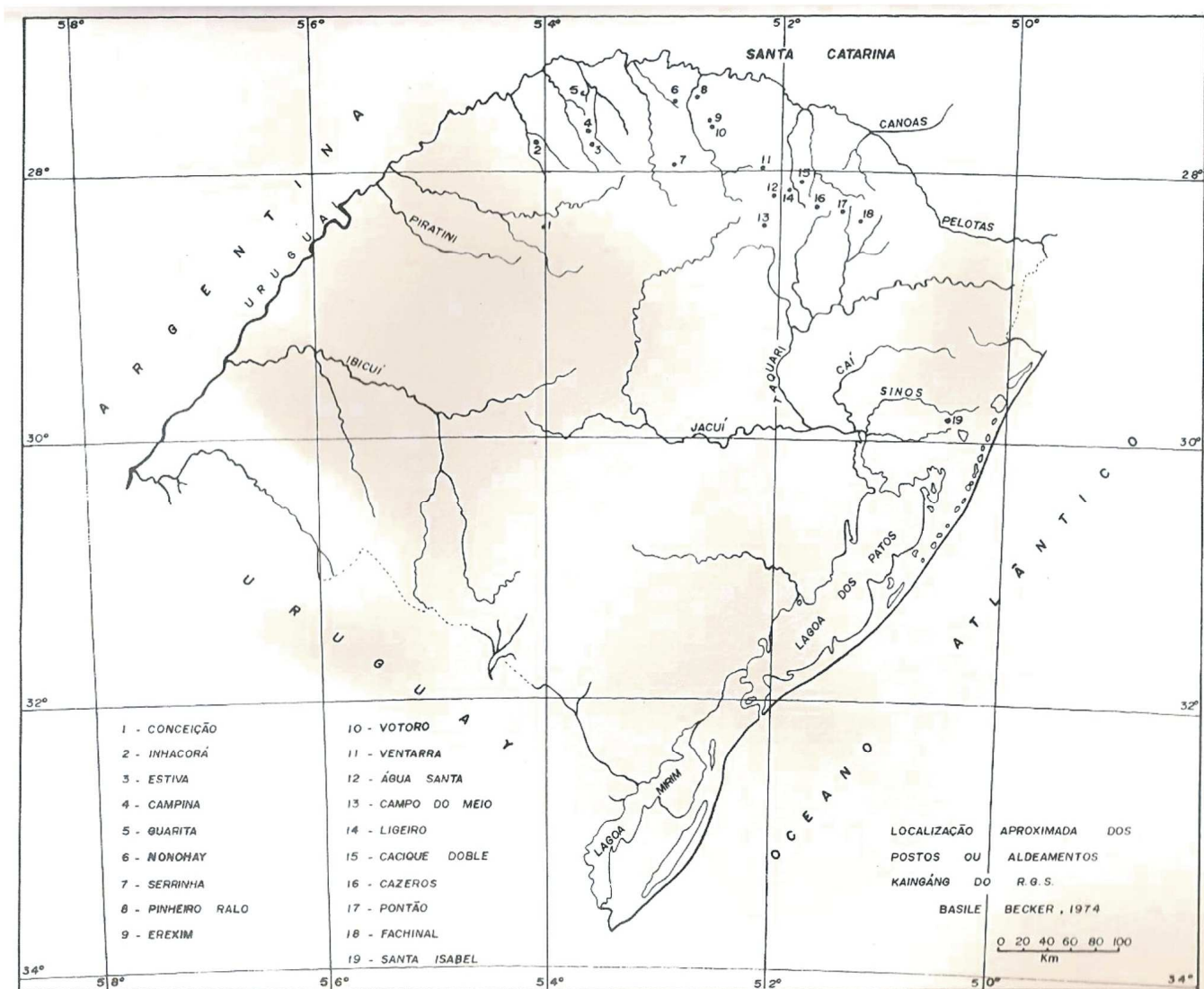


Imagem 7 – Mapa da localização aproximada dos postos ou aldeamentos Kaingáng no R. G. S. de Basile Becker [1974] (Becker, 1995: 89).

Como se pode observar no mapa acima, as terras do aldeamento de Pontão e Caseros são bastante próximas, e coincidem com as áreas tidas como desabitadas no momento em que inicia a colonização por imigrantes italianos. A partir de 1874, os relatórios províncias deixam de tratar desta região quando o assunto era a questão indígena, abordando somente os fatos relacionados aos habitantes do aldeamento de Nonohay que, naquele momento, envolviam as invasões dos moradores às áreas indígenas. O governo percebia que seria fundamental demarcar as terras do

<sup>95</sup> Correspondência de 12/10/1866. Correspondência do Pe. Antônio de Moraes Branco ao Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. AHRS. Diretoria do Aldeamento na Colônia Militar de Caseros, Maço 2.

aldeamento para se evitar o enfrentamento entre as partes. O abandono de outras áreas ocupadas pelos Coroados era tão significativo que no ano de 1875, o relatório provincial indicava a existência de apenas um aldeamento, o de Nonohay.<sup>96</sup> Naquele momento, ainda persistia entre as autoridades provinciais a intenção de formação de um aldeamento único e, ainda no ano de 1879, mandou-se extinguir a Colônia Militar de Caseros, mas os indígenas, vinculados ao finado cacique Doble, mantiveram suas moradias lá (Francisco, 2006: 179). No mesmo ano, um relatório da diretoria geral de índios informava que habitam 90 indígenas no Campo do Meio, 200 no Pontão e 140 em Caseros.<sup>97</sup> Somando-se a outros dados, havia naquele momento, pelo menos, oito aldeamentos, mostrando que o projeto de um aldeamento unificado em Nonohay estava distante de ser concretizado. Posteriormente, em 1881, o Diretor Geral dos Índios, o Brigadeiro Athanagildo Pinto Martins, havia percorrido os aldeamentos da província e dizia que eles se encontravam “em perfeita ordem”, mas que não tinha se dirigido aos aldeamentos do município de Vacaria, fato que demonstrava a existência de outros toldos não oficiais.<sup>98</sup>

O que se observa para o período é que muitos indígenas continuavam habitando as florestas e, também, procuravam os aldeamentos. Em 1888, o relatório do presidente da província informava que tinham sido entregues seiscentos mil réis, destinados ao “pagamento de cem foices e em machados que mandou fabricar para serem distribuídos aos índios dos aldeamentos do Erexim, Campo do Meio, Mato Castelhana e Barracão nos municípios de Passo Fundo e Lagoa Vermelha”.<sup>99</sup> Esses dados mostram-se reveladores da quantidade de indígenas que permaneciam nos campos “vazios” e nas florestas da serra. Também apontam para como o governo provincial tinha conhecimento disto e como agia na tentativa de convertê-los em trabalhadores rurais, conforme as ferramentas que lhes destinavam. Este dado é de grande distinção, pois como vimos anteriormente, a obtenção de ferramentas de trabalho mostrava-se difícil, mesmo para os colonos italianos, assim, o governo privilegiou os indígenas no fornecimento de tão importantes bens.

O distrito de Lagoa Vermelha pertencia, na época, ao município de Vacaria, e compreendia as terras de propriedade da família de José Ferreira Bueno – ex Capitão da Guarda Nacional –, a emancipação definitiva ocorreu em maio de 1881.<sup>100</sup> A partir de 1904, na região conhecida como

---

<sup>96</sup> Relatório 11/03/1875 – Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes passou a administração d’esta Província ao Exm. Sr. Dr. José Antônio de Azevedo Castro Porto Alegre: Typographia do Rio-grandense, 1875: 31.

<sup>97</sup> Relatório do Diretor Geral dos Índios de 1879 ao Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. AHRs, Maço 4.

<sup>98</sup> Relatório 07/03/1881 – Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Henrique D’Avila transmitiu à Joaquim Pedro Soares a Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Typographia da Reforma, 1881: 40.

<sup>99</sup> Relatório 27/01/1888 – Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, 3º Vice-presidente passou a administração da Província do Rio Grande do Sul ao Presidente Exm. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova. Porto Alegre: Typographia do Conservador, 1888: 36.

<sup>100</sup> Refiro-me a uma emancipação definitiva em 1881 devido aos diversos percalços no processo de emancipação, pois o município de Vacaria reclamou várias vezes a retomada do distrito de Lagoa Vermelha.

Sananduva<sup>101</sup>, parte de Lagoa Vermelha, iniciou-se a colonização por imigrantes italianos. Muito próximo dali, em 1910, instalar-se-ia o Toldo do Faxinal e, ao mesmo tempo, conhecido com Toldo de Cacique Doble, pois abrigava os descendentes da família daquele cacique e seus seguidores, naquele momento, liderados por Faustino Ferreira Doble. A história deste aldeamento está intimamente relacionada com a vinda de padres da ordem dos capuchinhos para a província. Os relatos gerados a partir dos contatos estabelecidos entre os missionários e os indígenas tratam-se de riquíssima fonte sobre como a colônia italiana e os Coroados mantiveram contato naquele tempo.



Imagem 8 – Residência e escola dos freis capuchinhos em Conde D’Eu. A escola era carinhosamente chamada de “Sorbone”. Frei Bruno de Gillonnay é o terceiro da direita para a esquerda. Fonte: Acervo fotográfico do Museu dos Capuchinhos de Caxias do Sul: “Sorbone” foto original (altura 10,1 – largura 13,5) preto e branco; s/d.

O início do trabalho das missões dos capuchinhos franceses no Rio Grande do Sul ocorreu a partir de 1896, quando estes se instalam na colônia Conde D’Eu, atual município de Garibaldi. A princípio seu trabalho deveria contemplar as carências dos imigrantes italianos, mas logo se envolveram com outras atividades como a fundação de escolas, o trabalho com a imprensa, e a catequização dos indígenas. Através dos relatórios e cartas feitos pelo Frei Bruno de Gillonnay<sup>102</sup>, diretor da missão capuchinha, observamos uma rede de relações que atende os interesses de ambos os grupos. Os capuchinhos foram responsáveis pelo distrito de Lagoa Vermelha a partir de 1900, onde se instalou uma missão que originou o Toldo de Cacique Doble, que deveria agrupar os índios ainda dispersos nas florestas adjacentes. No momento desse contato, o grupo não era mais liderado por Jacinto Doble, mas sim pelo seu filho, o General Faustino Ferreira Doble (Becker, 1995: 130).

<sup>101</sup> Atualmente a região também é conhecida carinhosamente como a “Roma gaucha”, por conter uma das maiores comunidades de imigrantes italianos no Brasil. Informação do site oficial do Município de Lagoa Vermelha: <http://lagoavermelha.rs.gov.br/index.php> Acesso em: 02/02/2011.

<sup>102</sup> Tais documentos estão publicados na revista *Le Rosier de Saint François D’Assise* e também em GILLONNAY, Bruno de. *A igreja e os capuchinhos do Rio Grande do Sul: correspondência -1895-1909* Porto Alegre: EST, 2007 traduzido por Vanildo Luiz Zugno. Embora tenha acessado as publicações em francês optei por utilizar a versão publicada.

Os primeiro contatos com estes índios foram relatados por Gillonnay em 1903, tendo sido publicado na revista *Le Rosier de Saint François d'Assise* em 1904. O artigo informava que “existem ainda algumas tribos dos grupos que ocupam o Brasil quando de sua descoberta”, e que em uma das incursões apostólicas do missionário Jeas-d'Arves ele os tinha encontrado nas matas. Dizia ainda Guillonnay: “Em vista do relatório que me apresentou, resolvi visitá-lo eu mesmo com o objetivo de verificar se havia possibilidade de empreender algo para lhes proporcionar os benéficos da civilização”. O diretor da Missão partira da sede de Conde d'Eu e, então:

Após cinco dias de viagem rumo ao norte, chegamos entre eles. Uma emoção profunda nos invadiu, quando, no meio da floresta, descobrimos uma série de palhoças, onde se abriga uma parte da espécie humana, mais ou menos no estado como os haviam encontrado Cabral e os missionários franciscanos de sua comitiva. Como os primeiros apóstolos do Brasil, erguemos nós também um altar modesto e fizemos descer do céu, pela primeira vez, no meio desta pobre gente abandonada, o Cristo Redentor. Terminada a missa, ofereceram-nos uma refeição, consistindo num pouco de carne apenas. Cardápio por demais diminuto para nosso feroz apetite. À sombra de um sabugueiro, ao lado da palhoça do chefe da tribo, foi nossa sala de jantar (D'Apremont; Gillonnay, 1979: 71).

O padre identificou este grupo que havia localizado, como Guarani, e ao mesmo tempo, informava que “O povo os chama de “bugres”, mas eles rejeitam tal denominação, que ela convém aos índios ferozes que habitam as profundezas das florestas”. Através da localização apresentada neste documento supõe-se que se tratavam de Coroados, conforme a história de ocupação do nordeste rio-grandense. Atualmente, a terra indígena de Cacique Doble conta com a presença de ambos os grupos, Guarani e Kaingang. Talvez também em suas origens, essa aproximação possa ter existido. O fato é que os indígenas comoveram profundamente o missionário que dizia sobre eles: “É um povo que desperta grande interesse. Por isso pensei logo em organizar a evangelização desses pobres abandonados. A primeira condição seria reuni-los, porque é quase impossível chegar a cada um deles. Para chegar a seus toldos é preciso viajar vários dias pelas florestas, transpor árvores arrancadas, atravessar o vau dos cursos de água que se tornam intransponíveis à menor chuva; cavalgar por atalhos obstruídos, por banhados, barrancos, etc ...” (Gillonnay, 1976: 72). A identificação da necessidade de reuni-los em um local apropriado, levou o religioso a conversar com os chefes indígenas e com as autoridades locais, para que se providenciasse tal lugar. O lugar acordado foi um terreno dentro da localidade de Lagoa Vermelha, às margens do rio Forquilha, e Gillonnay ainda informava que “Os chefes com os quais falei prometeram usar de sua influência junto aos chefes das outras tribos, no sentido de mostrar-lhes as vantagens e decidi-los a realizar este projeto de união” (1976: 72).

Além de convencer aos indígenas e os dirigentes provinciais, era preciso contar com a autorização das autoridades religiosas. Naquele tempo, havia poucos padres disponíveis para o trabalho na região de colonização italiana. Estes repartiam uma imensidão de atividades entre as

colônias, como dar conta dos trabalhos religiosos perante os milhares de colonos, cuidar da educação dos jovens<sup>103</sup> e ainda, conforme pretendia o Pe. Bruno, “civilizar e evangelizar os infelizes”. Desta maneira, num primeiro momento, a Missão indígena da paróquia de Lagoa Vermelha esteve envolta por uma disputa a respeito de qual grupo religioso seria o responsável pela condução dos trabalhos, conforme reclamava o Pe. Bruno:

4º Lagoa Vermelha: Eis o ponto quente e difícil. E no entanto, temos que decidir. Os índios (quase mil) que estão no território dessa paróquia foram visitados pelos missionários protestantes os quais, de um dia para o outro, podem vir (eles têm a licença) organizar a evangelização desses pobres fiéis, para a vergonha eterna dos missionários católicos Capuchinhos que aí estão, há dois passos. Eis a questão. Eu não quero ganhar esta responsabilidade. Eu queria ganhar tempo consultando-vos, mas o bispo me apressa. Ele me diz que temos que nos decidir. Eu lhe respondo hoje mesmo que, assim que ele tiver desembaraçado Lagoa Vermelha do velho pároco (o qual é um velho pai de família) nós enviaremos um padre por 6 meses à Missão, o qual se ocupará da paróquia e dos indígenas, até que o M. R. Padre Provincial tenha se pronunciado sobre a aceitação ou recusa da paróquia.

(...) Eu vos deixo, M. R. Padre, a responsabilidade das conseqüências de uma recusa de L.V. (Gillonay, 2007: 281-282).

No ano de 1897, realizou-se em São Leopoldo um “Congresso Sinodal” que tratou da importância de estabelecer missões entre os índios Coroados que habitavam o norte do estado, visto que a colonização alemã se expandia naquela direção (Laroque 2009: 12). Ao princípio de 1900, o pastor luterano Bruno Stysinski dirigiu-se às aldeias dos Coroados no Ligeiro e Fachinal, ambas no Distrito de Lagoa Vermelha. No Fachinal, o pastor Stysinski contatou com o cacique Faustino Doble, que liderava outros 400 indígenas (Stysinski, 1901: 168). Entretanto, as tentativas dos capuchinhos parecem ter feito os padres luteranos abandonarem o projeto de missão naquela região, tendo se concentrado nas áreas mais próximas dos rios da Várzea e Passo Fundo.

Com o consentimento do Pe. Provincial garantido, o Frei Bruno de Gillonnay se dirigiu mais uma vez à paróquia de Lagoa Vermelha, “que abrange um imenso território do qual grande parte em estado de floresta virgem, onde existem algumas tribos selvagens num impressionante estado de miséria física e moral” (D’Apremont; Gillonnay, 1979: 73). Ao defrontarem-se com a “miséria” dos índios, esses missionários tiveram dificuldade de empreender a catequese, e iniciaram, assim, um diálogo com o governo do estado, no momento presidido pelo Dr. Carlos Barbosa, para buscar apoio material para empreenderem tão benevolente tarefa. Embora a Igreja e o Estado estivessem separados desde o fim do Império, o governo viu com bons olhos a disposição dos missionários capuchinhos e solicitou, após uma conversa pessoal com Gillonnay em Porto Alegre, que ele lhe enviasse um documento oficial com suas demandas. Através deste relatório enviado, em 16 de

---

<sup>103</sup> Conforme Loraine Slomp Giron (2004: 203), a colônia de Conde D’Eu tornou-se um centro educacional da região de imigração italiana, possuindo duas importantes escolas: dos irmãos maristas e da das Irmãs de São José; havia também um noviciato e um asilo para crianças. Em outras colônias também havia escolas, entretanto, o ensino se dava, em sua maior parte, por professores particulares.



junho de 1909, podemos obter informações da configuração de como se encontravam os indígenas da região de Lagoa Vermelha: “Os índios daquele toldo são aproximadamente 120 famílias com uma população média de 500 pessoas (...). Seguidamente deixam suas palhoças e percorrem as florestas para caçar, pescar e roubar. São muito preguiçosos”. Neste mesmo documento, colocava as condições necessárias para que o aldeamento tivesse êxito. Gillonnay apontava que os próprios índios pediam ao governo que lhes reconhecesse a propriedade das terras que sempre ocuparam “situada entre o rio Carazinho, a leste, e o rio Lageado, a oeste;” Também foram indicadas a necessidade da nomeação de um Diretor para encarregar-se dos índios e que, de preferência, fosse um professor público capaz de aconselhar os índios nas tarefas da lavoura; a concessão de recursos para a construção de uma escola, bem como para a compra das sementes para os primeiros plantios. Essas medidas eram urgentes, visto que era preciso “libertar o índios de injustas perseguições” (D’Apremont; Gillonnay, 1979: 73-74).

Já em outubro de 1909, o governo atendia aos pedidos do missionário capuchinho e nomeava oficialmente a Ricardo Zeni “para o desempenho do cargo especial de Professor de Catequese dos índios de Lagoa Vermelha” (1979: 74). Além disso, destinava a quantia de 5.800\$000, pois se tratava de uma questão inestimável, “Considerando que chegou enfim o tempo de se servir, como fonte de trabalho, dos numerosos grupos de índios que vagueiam através das florestas do Estado;”. Deste modo iniciou-se, finalmente, a catequização na região de Lagoa Vermelha. Em 15 de outubro de 1909, o Frei Bruno e mais um companheiro deixaram a sede de Conde D’Eu e se dirigiram às florestas do norte, onde “estive uns dias com eles, visitando-os em suas palhoças e batizando as crianças doentes” (1979: 75).

Em 1910, o governo estadual demarcou as terras do Faxinal em 5.404 há, “uma vasta área de terras, cobertas de pinheiros de porte alto e de árvores gigantescas”.<sup>104</sup> Em março de 1911, o Frei Bruno de Gillonnay escreveu um extenso relatório tratando dos progressos realizados no aldeamento dirigido ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior do Estado, Dr. Protásio Alves, no qual também apontava as necessidades que o Toldo possuía para continuar sua tarefa.<sup>105</sup> Assim, Gillonnay informava que haviam sido gastos “a quantia de 3:000\$000 que foram empregados, pouco mais ou menos, do seguinte modo: 1:400\$000 para o prédio escolar; 500\$000 para sementes para dois anos; 300\$000 para ferramentas: machados, enxadas etc; 800\$000 para a derrubada de um pedaço de mato, para casas perto da escola, roupas, gramofone, auxílios para doentes etc”. Estes gastos nos aproximam um pouco da vida cotidiana dos indígenas no período inicial da formação do aldeamento. Certamente a preocupação com o trabalho na lavoura

---

<sup>104</sup> Texto de Alberto Victor Stawinski sobre o Toldo dos índios em Cacique Doble, de 1976. Trata-se de um apêndice publicado em (D’Apremont; Gillonnay, 1979).

<sup>105</sup> O documento, escrito a mão pelo Frei Bruno foi reproduzido no Texto de Alberto Victor Stawinski sobre o Toldo dos índios em Cacique Doble, de 1976. Conforme o autor, o Acervo dos Padres capuchinhos de Caxias do Sul matem o original, entretanto, em minha visita à sede não o localizei.

concentrou boa parte da ajuda proveniente do governo, pois para o Frei somente com o desenvolvimento da agricultura os indígenas sanariam seu estado de miséria, para ele relacionado à precariedade alimentar procedente de seu modo de vida errante. E ainda afirmava: “Como consequência natural, os índios trabalharam muito mais do que antes na própria roça e também nas roças dos colonos italianos vizinhos. Com o fruto daquele trabalho na roça alheia procuraram para si sal, banha, roupa”. Além de se aplicarem à produção de alimentos para seu sustento, os indígenas também forneceram sua força de trabalho aos imigrantes italianos, comprando, assim, produtos que não produziam. Segundo o mesmo documento, alguns indígenas começaram a “capitalizar” na intenção de comprar um cavalo, chegando um deles a possuir 55\$000.

A escola também concentrava os esforços dos indígenas e do missionário. Naquele período, estavam matriculados na escola aproximadamente 50 crianças, que segundo Bruno, já conseguiam se expressar bem em português. Para o padre os pais das crianças faziam questão que seus filhos frequentassem a escola, pois viam nisto uma possibilidade de sentirem-se parte da sociedade brasileira, para que seus filhos não fossem “desprezados e perseguidos” como tinha acontecido anteriormente. Mas as relações com a escola não eram impostas somente pelos preceitos exteriores, continham a forma indígena de apreciar o empreendimento. Nas palavras de Gillonnay:

Mas, não se pode esperar frequência contínua, porque a índole do índio não comporta a estabilidade. Por natureza e por educação ele precisa de mudança, de viagens. Querer obrigá-lo à assiduidade seria afastá-lo para sempre. Mas, procurando atraí-lo com conselhos e persuasão, depois de ter dado de vez em quando o seu passeio no mato por alguns dias, ele volta com gosto para a escola. De maneira que, apesar daquela natureza vadia, o índio é capaz de receber, e de fato ele vai recebendo um desenvolvimento intelectual suficiente.

Embora considerassem a escola importante, os indígenas preocupavam-se que seus filhos pudessem participar de outras atividades, como as saídas às florestas. Para Gillonnay, o ensino da língua portuguesa era fundamental para que o indígena fosse verdadeiramente integrado ao corpo nacional e a escola era o lugar onde esta transformação aconteceria. “E para quem frequenta os índios do Faxinal (Toldo de Cacique Doble) é certo que aproveitam a escola e gostam de introduzir nas suas famílias a língua portuguesa”. A interpretação do capuchinho sobre a importância da escola no aldeamento pode não representar a totalidade da opinião dos indígenas sobre a instrução da língua portuguesa entre os jovens, mas nos dá pistas para compreender como os Coroados se apropriaram, uma vez mais, das instituições brancas que pretendiam se impor sobre o seu modo de vida. Não se tratou de uma negação dos elementos exteriores, mas do uso para fins próprios daqueles elementos. Bem ou mal, “civilizar-se” garantia que não fossem perseguidos fisicamente por membros da sociedade circundante.

Entre os melhoramentos que o Frei Bruno apresentava como condições básicas para o Toldo do Faxinal estava a necessidade de afastar “todos aqueles que o ocuparam”, isto é, alguns colonos e

fazendeiros das regiões próximas. Apesar de o governo ter demarcado as terras, Bruno acreditava, que, sozinha, esta medida não daria conta de otimizar os serviços de civilização dos indígenas. E ainda dizia: “O índio é um “menor” e deixa-se enganar facilmente. E o que é pior ainda, é que imita todos os vícios daqueles com que vive. De maneira que, os intrusos, que vivem misturados com os índios, quer enganando-os, quer ensinando com o exemplo os seus próprios vícios, prejudicam o progresso material e o desenvolvimento moral daquela gente”. A intrusão de colonos em áreas de terras indígenas foi uma constante em todo território brasileiro e em diversos momentos históricos (Cunha, 1992: 142-143). Mais uma vez comunidades não-indígenas, pouco a pouco, penetravam em áreas destinadas à eles, dificultando as relações quanto à legitimidade da posse da terra. O pedido de Gillonnay não terminava aí. Segundo ele era preciso:

Ajudar ao Cacique Faustino. Esse velho Cacique nunca ficou satisfeito com as medidas tomadas pelo governo em favor dos índios. Não lhe agradou nem a medição das suas terras, nem a nomeação do professor, nem a localização dos seus índios. A verdadeira razão daquele descontentamento é que o homem não pode mais, como fazia dantes, entregar-se a certas especulações que aproveitavam a ele só, com prejuízo e desgosto da sua gente. Se bem que não mereça, seria bom contentar o velho Cacique; e os índios que sempre o tiveram como chefe, gostariam de ver que o Governo tem para com ele uma certa consideração. O Faustino se contentaria com pouca coisa. Bastaria edificar-lhe um rancho um pouco mais conveniente. A despesa seria de 200\$000. Passar-lhe, de vez em quando, um módico auxílio até, pouco mais ou menos, 100\$000 por ano.

Pois bem, este excerto demonstra como a liderança coroada permanecia ativamente relacionando-se com os chefes do estado, embora intermediado pelo padre capuchinho. Como se observa, Faustino Doble não havia considerado como satisfatória para seu povo a demarcação das terras, talvez, por não considerar os 5.405 hectares destinados aos Coroados pelo governo suficientes para o modo de viver de seu grupo. Tampouco deveria considerar as intromissões dos colonos como bem vindas, mesmo que alguns indígenas tivessem se beneficiado naquelas relações, ao disponibilizarem seu trabalho em troca de dinheiro. Assim como seu avô, o cacique Doble, de quem tratamos no terceiro capítulo, Faustino também queria receber, por seus serviços, uma gratificação do governo estadual como prova de reconhecimento e era apoiado por seu grupo e pelo padre Bruno, embora esse não achasse merecido.

Bruno de Gillonnay buscou a ajuda financeira para a missão capuchinha no Toldo de Cacique Doble em diversas fontes. O governo do estado foi o principal, mas não o único meio de angariar fundos para o projeto: também percorreu as colônias italianas, “coletando esmolas e roupas em favor dos seus queridos índios” (D’Apremont; Gillonnay, 1979: 258). Com sua atuação entre os Coroados daquele aldeamento o frei foi reconhecido pelos mesmos, que o chamavam “Papai Branco”, até mesmo pelo cacique Faustino Doble.

Embora o relatório do Frei Bruno fosse animador quanto aos progressos na civilização dos “infelizes”, tratavam-se de novos tempos para a questão indígena no Brasil. O Serviço de Proteção

ao Índio (SPI) emergia dos debates surgidos entre 1908 e 1910, contra um projeto de extermínio das populações indígenas defendido pelo cientista Herman Von Ihering, diretor do Museu Paulista, que tinha tido péssimas repercussões internacionais. O primeiro diretor do novo órgão tratava-se do Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. Desta maneira, durante os primórdios do período republicano no país, a questão indígena assume um papel militar: de suporte logístico para a proteção das fronteiras. Mas seu primordial interesse esteve associado à fixação de mão-de-obra no campo (as frentes produtivas). Esta fixação da mão-de-obra se daria via controle de terras pelo Estado, bem como pelo treinamento para o trabalho agrícola feito em unidades de ação chamadas *centros agrícolas* onde, finalmente, os indígenas seriam civilizados.<sup>106</sup> Neste projeto ainda se incluía uma gradual laicização dos trabalhos de catequese dos índios. No Rio Grande do Sul, o governo de orientação fortemente positivista,<sup>107</sup> pareceu manter-se um tanto a parte das novas orientações e manteve em mãos religiosas os trabalhos entre os grupos aqui residentes. O Frei Bruno ainda visitou os aldeados de Lagoa Vermelha em dezembro de 1910 e janeiro 1911 e, em fevereiro, contactou mais uma vez o governo do estado de quem conseguiu a contratação de um segundo catequista, o Sr. Lúcio Campagnoli. Com a chegada ao poder do Dr. Borges de Medeiros, a princípio, os capuchinhos temeram que o novo governo implementasse as medidas de laicização da catequese impostas pelo governo federal, mas pelo contrário, o governo ofereceu a Ricardo Zeni o cargo de Diretor da Catequese Leiga, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, tranquilizando, momentaneamente os ares.

Voltemos nossa análise um pouco mais sobre a vida no aldeamento. No ano de 1911, o toldo de Cacique Doble já contava com o prédio da escola e a casa do professor, construídos com o auxílio dos colonos italianos, que estiveram envolvidos também na tarefa de ensinar a forma de plantar aos índios. Um dos momentos mais marcantes, que nos reporta aos encontros entre os colonizadores e os indígenas, observou Frei Bruno ao relatar o batizado de vinte índios “em plena floresta”. Daquele evento tão especial, participou um coral de “excelentes cantores italianos”. Há

---

<sup>106</sup> O SPI foi criado em 1910 como Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPITN), vinculado diretamente ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Conforme Antônio Carlos de Souza Lima (1992: 156) esse órgão deveria se ocupar da “fixação no campo da mão-de-obra rural não estrangeira – notadamente a que se supunha era descendente da escravidão –, por meio de um sistema de controle do acesso à propriedade e treinamento técnico da força de trabalho, efetivado por meio de unidades de ação denominadas *centros agrícolas*”. O objetivo mostrava-se, claramente, associado à resolução da crise agrária encampada com o final da escravidão no país, através de uma “regeneração agrícola”.

<sup>107</sup> Segundo Loiva Otero Félix, no Rio Grande do Sul, ocorreu um amálgama entre a estrutura descentralizada do coronelismo e algumas idéias centrais do pensamento positivista por meio de um governo centralizado no Estado. Segundo a autora, “O positivismo aplicado no Rio Grande do Sul por via jurídica é um dos exemplos da variedade de manifestações que essa doutrina tomou entre seus seguidores. Inspirou-se em algumas idéias de Augusto Comte, refundidas por Júlio de Castilhos” (Félix, 1996: 74). O “castilhismo” era, portanto, uma forma local de reproduzir o pensamento de Comte e esteve presente nas ações políticas do Partido Republicano Rio-grandense mesmo depois da morte de Júlio de Castilhos em 1903, principalmente, nos governos de Borges de Medeiros.

uma publicação deste episódio na Revista *Le Rosier de Saint François d'Assise*<sup>108</sup> dos padres franceses, e também no jornal *Il Colono Italiano*<sup>109</sup> publicado em 31 de maio de 1913:

No intuito de atender aos leitores do sempre querido 'Colono Italiano' estamos enviando a narração de uma festa toda nova, insólita e tocante. Queremos falar da solenidade da Primeira Comunhão de umas 20 crianças, filhas da floresta. Dia 1º de maio. (...) Desde muito cedo havia grande afluência de brasileiro, italianos e indígenas, vindos uns a pé, outros a cavalo.

Às 10 horas, começava a Missa, cantada por nossos excelentes cantores italianos. Para dar mais ênfase à solenidade, executaram uma das missas de Mercadante. Certamente ele jamais teria pensado que sua música fosse cantada em Cacique Doble. Nos intervalos do canto, os índios, em conjunto, recitavam as orações preparatórias ao grande ato com voz clara e argentina. Ao Evangelho, o Pe. Germano fez uma tocante alocação falando aos índios do Deus que subiu glorioso ao céu e descera logo mais, invisivelmente, sobre o altar, sob as aparências eucarísticas e se dará a eles em alimento espiritual. As crianças escutavam de olhos fitos no pregador. Realmente, era uma cena mais divina que humana (D'Apremont; Gillonnay, 1979: 79).

Estes dados ampliam o universo de relações entre estes dois grupos étnicos. Primeiramente por denotar a relação direta por meio da missa na floresta, na qual os italianos participaram de tão importante celebração dentro das tradições religiosas cristãs e, posteriormente, através da divulgação do evento na mídia local. A imprensa promoveu, neste caso, uma extensa rede de relações entre a comunidade colonizadora e os nativos. A notícia informava aos habitantes da colônia que os Coroados, em pleno século XX, encontram-se nas florestas próximas e compartilhavam com outros imigrantes uma missa campal. Mais uma vez, a existência de indígenas nas proximidades tornava-se tema entre os colonos. Não é possível vislumbrar o alcance ou impacto que esta notícia teve nas colônias, mas a simples escolha dela pode nos mostrar o quão significativo era o tema.

---

<sup>108</sup> Revista *Le Rosier de Saint François d'Assise*. Ano XIV, numero 4, setembro de 1913. p.260-262

<sup>109</sup> Publicado em Garibaldi pelos padres capuchinhos trocou de nome várias vezes: *Staffetta Riograndense*, e posteriormente, *Correio Riograndense* (D'Apremont; Gillonnay, 1979: 247).



Imagem 9 – Índios do Toldo do Cacique Doble no início do século XX. Fonte: CHAVES, Teodoro de Alfredo. *Cincoenta anos de atividades apostólicas dos Capuchinhos no Rio Grande do Sul – 1896-1946*. Caxias do Sul: Imprimatur, 1946: 165.

Em 1913, o novo bispo, Dom João Becker, afastou os freis capuchinhos da direção do Seminário Diocesano. Além disso, o presidente do estado, Borges de Medeiros suspendeu a ajuda financeira para o aldeamento, fato que tornou inoperante a continuidade da missão em Lagoa Vermelha. Mesmo com as dificuldades, os capuchinhos ainda tentaram expandir o projeto missional para o Toldo do Rio Ligeiro, localizado nos limites com a paróquia de Sananduva, pelos idos de 1919. Mais uma vez, os colonos italianos envolveram-se na empreitada, participando da construção da escola e de uma moradia para o professor-catequista. A escola foi inaugurada em 5 de fevereiro de 1920 com a presença do Frei Bruno e de muitos alunos indígenas. “Mal, porém, os indiozinhos começaram a receber o primeiro banho de civilização e evangelização, mãos criminosas, talvez em nome de uma liberdade mal entendida, atearam fogo à escola e à moradia do professor, reduzindo tudo a cinza”.<sup>110</sup> Os padres capuchinhos não tiveram mais condições de dar prosseguimento aos projetos em Cacique Doble e no Ligeiro, retornariam a França logo em seguida (Laroque, 2009: 12).

Muitas vezes, a entrada dos indígenas nos aldeamentos não foi compreendida como uma forma de resistência dos Coroados, mas sim uma prova de que tinham sido convencidos dos benefícios da vida civilizada. Entretanto, foi justamente através dos aldeamentos que os Coroados encontram uma forma de perpetuar seus interesses dada a rapidez com que os espaços de florestas reduziam-se no início do século XX. Por um lado tivemos a atuação do Frei Bruno servindo como

---

<sup>110</sup> Texto de Alberto Victor Stawinski sobre o Toldo dos índios em Cacique Doble, de 1976. (D’Apremont; Gillonnay, 1979: 257-258).

elo ao interagir com o governo do estado. Concomitantemente, a relação das lideranças coroadas com a igreja não mostrava-se neutra, pois as lideranças indígenas mantinham relações extremamente próximas com estes mediadores: Faustino Ferreira Doble era o elo entre a comunidade e a conquista de seus interesses, tratando deles através de Gillonnay. A principal liderança indígena continua sendo o cacique Faustino Doble, que mantinha relações pessoais com o Frei Bruno.

O padrão colonial do final do século XIX e primórdios do XX impôs aos índios a necessidade de optar por formas alternativas a da violência física como forma de ação. Assim, a interação com a sociedade colonial não pressupunha uma ruptura completa com antigos referenciais. Com esta demonstração pudemos perceber a complexidade da relação estabelecida entre os Coroados e os imigrantes italianos. Para além da falsa hipótese do vazio demográfico encontramos um universo de interações diversificadas inerente aos processos de encontros.

## Considerações Finais

Esta pesquisa procurou analisar as relações nos contatos estabelecidos entre os indígenas do grupo Kaingang, outrora chamados de Coroados, e as frentes coloniais alemãs e italianas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no transcorrer do século XIX e início do século XX. Estes encontros foram pautados por múltiplas facetas de interpretação pelos grupos envolvidos, que buscaram cada um, implementar seus projetos de futuro. Os grupos imigrantes almejavam (re)construir suas vidas no sul do país e, para tanto, precisaram relacionar-se com os indígenas, o que nem sempre ocorreu através da negociação. O que estava em jogo, para além da resistência, tratava-se da manutenção da autonomia sobre territórios e modos de ser e viver. Embora dispostos a transformações, coerentes com novos interesses, havia a consciência da necessidade de manter certo “controle cultural”, sendo que as lideranças indígenas, bem como os personagens que obtiveram destaque nas novas situações, tiveram papel central nesse intento. É preciso compreender que houve níveis/gradientes de percepção sobre o que estava acontecendo naqueles momentos iniciais, e isso ocorreu com todos os envolvidos no processo.

No caso da colonização alemã, o combate físico prevaleceu – diversas situações de conflito levaram à morte índios e colonos, nos quais, aos primeiros não há dados que possam nos levar a uma estimativa precisa ou, pelo menos, aproximada. Isso se deveu ao fato de, muitas vezes, os colonos agirem por conta própria, à revelia dos governos. Foi possível constatar esse mesmo tipo de relação conflituosa com moradores luso-brasileiros (embora não tenham sido o foco deste trabalho), estiveram constantemente em contato com indígenas, como em alguns momentos destacamos.

Além do saldo em número de vítimas, apresentamos os casos de sequestros e raptos de mulheres e crianças nas colônias, onde pudemos perceber alguns aspectos dos interesses indígenas nessa prática. Através do caso do colono Jacó Versteg, nos foi possível alcançar uma aproximação bastante lúcida sobre como este tipo de experiência era capaz de transformar os grupos envolvidos, em questões de viés prático ou até nos imaginários surgidos como efeitos de experiências reais. A vivência de Jacó também possibilitou que pudéssemos observar aquele evento através de uma visão particular, e ainda, da perspectiva individual desta experiência, onde imergimos no campo das situações cotidianas, de sensações, medos, angústias, felicidade, decepção. Esta história de Jacó também propiciou com que lançássemos um olhar mais atento ao indígena Luis Antonio da Silva Lima, que compartilhou de situação análoga em sentido inverso. A historiografia não utilizou para os alemães o termo sequestro quando os mesmos decidiram “criar” as crianças indígenas. Luis pôde construir suas relações entre os meios nos quais circulou, mas não pôde controlar as formas que suas atitudes foram interpretadas. Exemplo disto observamos nas maneiras que colonos alemães e



italianos trataram-no; se na primeira prevaleceu como marca o ressentimento, a mágoa e o desprezo – personificados no livro “As vítimas do Bugre” – na colônia italiana registrou-se algum carisma, agradecimento e estima.

A história do século XIX esteve também ligada a projetos mais amplos como a formação de estradas, forjamento de comércio interno de alimentos, nos quais colonos e indígenas eram peças chave. E quando falamos de como o governo provincial buscou “resolver” o problema indígena, foi inevitável que nos dirigíssemos ao cacique Doble. Tal liderança coroada permitiu que pudéssemos observar as modificações surtidas nos modos de organização indígena a partir dos referidos contatos efetuados no século XIX. Sua experiência também demonstra uma série de estratégias e articulações que envolviam os grupos que permaneciam nas florestas e os que passaram a habitar os aldeamentos, mostrando a fluidez destes espaços. Mas sua atuação foi percebida de maneira controversa por expectadores contemporâneos e posteriores a Doble. Se o cacique pode ser considerado um “colaboracionista” por tratar diretamente com as autoridades provinciais e, ter com elas, feito acordos e ter ganhado reconhecimento, faltou mencionar que o Brigadeiro também angariou benefícios para os indígenas que liderava e deles também recebeu os louros, tendo seus descendentes se beneficiado de suas ações.

Percebemos que as situações de encontro, não diminuíram na medida em que o tempo passava, contrariamente, só aumentavam e exigiam outras atitudes dos protagonistas. Quando a imigração italiana iniciou o seu estabelecimento no Rio Grande do Sul, os espaços coroados tinham diminuído amplamente, muitos indígenas encontravam-se aldeados. Entretanto pudemos demonstrar como seu encontro, antes obliterado, ocorreu de forma a entrelaçar suas vivências. Mesmo que as relações fossem mais escassas do que antes, os indígenas fizeram parte de momentos marcantes da história dos colonos na província. Desde a ocupação do Campo dos Bugres – com o auxílio de Luis Antonio da Silva Lima – até a participação no processo de aldeamento dos Coroados no Toldo de cacique Doble, as experiências vividas produziram uma história singular onde cada grupo foi importante para a construção da identidade do outro.

## ANEXO 1

Correspondência de 20/08/1862 – Correspondência do Pe. Antônio de Moraes Branco ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. AHRS. Diretoria do Aldeamento na Colônia Militar de Caseros. Lata 299, Maço 2.

Números	Sexos	Nomes	Idades	Observações
1	M	Cacique Doble	64	
2	F	Francisca	58	Mulher do Doble
3	F	Maria	28	Idem
4	F	Cantalicia	22	Idem
5	F	Luisa	19	Idem
6	M	Penha	19	Filho do dito
7	M	João Grangrê	16	Idem
8	F	Senhorinha	13	Idem
9	F	Generosa	11	idem
10	M	Manoel Raimundo	02	idem
11	F	Rosa	09 meses	idem
12	M	Roberto Paulo	08 meses	idem
13	M	Francisco Brigadeiro	26	
14	F	Senhorinha	21	Mulher do Brigadeiro
15	F	Josefa	03	Filha do dito
16	M	Jacinto	25	
17	F	Maria	23	Mulher do Jacinto
18	F	Bentolina	3	Filha do dito
19	M	Amâncio	05 meses	idem
20	M	Serafim	24	
21	F	Josefa	21	Mulher do Serafim
22	M	Antonio	06	Filho do dito
23	M	Manoel	04	idem
24	F	Maria	03	Idem
25	M	José	02	idem
26	M	Serafim	01	idem
27	M	Juca Grande	54	
28	F	Anninha	19	Mulher do Juca Grande
29	M	Lucio	23	
30	F	Gertrudes	24	Mulher do Lucio
31	F	Gertrudes	08 meses	Filha do dito
32	M	Francisco Pedro	27	
33	F	Maria	25	Mulher do Chico Pedro
34	F	Marinha	08	Filha do dito

Números	Sexos	Nomes	Idades	Observações
35	F	Maria	05	Filha do Chico Pedro
36	F	Alinda	03	idem
37	F	Rosa	01 e ½	idem
38	M	Domingos	32	
39	F	Carlota	27	Mulher do Domingos
40	F	Maria	09	Filha do dito
41	F	Fidencia	05	idem
42	F	Rosa	04	idem
43	F	Leocádia	01	idem
44	F	Maria	66	Viúva do Portela
45	F	Benedita	28	Filha do dito
46	F	Tuca	27	idem
47	F	Joaquina	21	idem
48	M	José	20	idem
49	M	Luis	19	idem
50	F	Joanna	27	Viúva do Fialho
51	M	Alfredo	1 e ½	Filho do dito
52	M	Francisco	40	
53	F	Leocádia	34	Mulher do Francisco
54	M	Ferro	22	Filho do Francisco
55	M	Franco	17	idem
56	M	Antonio	13	idem
57	M	Eleutério	11	idem
58	M	João	30	
59	F		26	Mulher do João
60	M	Malaquias	28	
61	F	Isabel	21	Mulher do Malaquias
62	F	Carolina	02	Filha do dito
63	M	Geraldo	01	idem
64	M	Francisco Doble	48	
65	F	Margarida	31	Mulher do Francisco Doble
66	M	Monica Velha	104	Viúva
67	M		79	Viúvo
68	F	Rita	61	Viúva do Pedro

Números	Sexos	Nomes	Idades	Observações
69	M	Porfírio	20	Filho da Rita
70	F	Maria	19	idem
71	M	Lucio	03	idem
72	F	Severina	02	idem
73	F	Maria	51	Viúva do Braga
74	F	Francisca	22	Filha da dita
75	F	Bertolina	21	idem
76	M	Francisco José	33	
77	F	Rita	26	Mulher do Francisco José
78	M	Onofre	02	Filho do dito
79	M	Ponciano	18	solteiro
80	M	José Domingues	23	idem
81	M	Antonio	24	idem
82	M	Miguel Camargo	07	Filho do Cacique Doble
83	F	Theodora	04	Filha da Tuca
84	F	Luisa	03	idem
85	F	Carolina	02 meses	idem
86	F	Iarina	18	Filha de latura
87	M	Salvador	42	
88	F	Rita	38	Mulher do Salvador
89	M	Joaquim Rodrigues	20	Filho do dito
90	F	Maria	12	idem
91	F	Maria da Conceição	10	idem
92	M	Fidencio	06	idem
93	F	Braguinha	32	
94	F	Aninha	28	Mulher do Braguinha
95	F	Rosa	14	Filha do dito
96	F	Iarina	12	idem
97	F	Isabel	11	idem
98	M	Generoso	10	idem
99	M	Antonio	03	idem
100	M	Juca	16	Filho do Francisco Doble
101	F	Maria Rosa	14	idem

Números	Sexos	Nomes	Idades	Observações
102	F	Delfino	12	idem
103	M	Antonio Maneco	10	idem
104	M	Zeferino	10	idem
105	M	Maneco	26	
106	F	Carolina	19	Mulher do Maneco
107	F	landade	04	Filha do mesmo
108	F	Joaquina	38	Solteira, irmã do Braguinha
109	M	Bentho	14	Filho da mesma
110	F	Adelaide	13	Solteira
111	M	Florêncio	16	Solteiro
<p>Colônia militar Caseros no Mato Português 31 de Outubro de 1862</p> <p>Padre Antonio de Moraes Branco Diretor dos índios</p> <p>N.B. chegarão hoje do campo do meio, e ficam aqui aldeados mais os índios seguintes</p>				
112	M	Joãosinho	26	
113	F		20	Mulher do Joãosinho
114	M	Antonio	03	Filho do mesmo

## Fontes

### Memórias e livros impressos

BORBA, Telêmaco. Observações sobre os indígenas do estado do Paraná. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, volume VI, 1904.

\_\_\_\_\_. *Actualidade Indígena*. Curitiba: Typ. e Lytog. a vapor Impressora Paranaense, 1908.

COSTA, Rovílio; MARCON, Ítalo. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes históricas*. Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre: EST, 1987.

\_\_\_\_\_. *As colônias italianas Dona Izabel e Conde D'Eu*. Porto Alegre: EST, 1992.

D' APREMONT, Bernardin; GUILLONNAY, Bruno de. Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul, por Bernardin D' Apremont e Bruno de Guillonnay. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1976.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, [1839], 1990.

GANSWEIDT, Matias José. *As vítimas do Bugre*. Porto Alegre: Selbach, 1946.

GILLONNAY, Bruno de. *A igreja e os capuchinhos do Rio Grande do Sul: correspondência - 1895-1909* Porto Alegre: EST, 2007 traduzido por Vanildo Luiz Zugno.

HENSEL, Reinaldo. *Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul*. Revista do Museu e Arquivo Público do Rio grande do Sul. Porto Alegre, n. 20/junho de 1928. p.65-80.

KOSERITZ, Carlos von. *Subsídios Etnográficos*. Revista do Museu e Arquivo Público do Rio grande do Sul. Porto Alegre, n. 20/junho de 1928. p. 19-48.

LOCCOCK, John. *Aspectos sul-riograndenses*. Editora Record, 1935.

MABILDE, Coronel Affonso P. T. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação "Coroados" que habitam os sertões do Rio Grande do sul*. In: *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1897.

\_\_\_\_\_. *Registro de Correspondência do Coronel Affonso Mabilde, engenheiro da colônias, em São Leopoldo, de 10 de julho de 1845 a 27 de julho de 1857*. Biblioteca PUCRS. Acervo Júlio Petersen. [Datilografado]

PETRY, Leopoldo. Maria Bugra. *O 5 de abril*, Novo Hamburgo, 17/07/1931.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*. Editora Ariel, 1935.

STYSINSKI, Bruno. Indígenas do Rio Grande. *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, anno XVIII, 250-251, 1901.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Entre os nossos índios: Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurús, Caingangos*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1931.

### **Coletâneas de documentos publicados**

ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1986, v.2

ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1977, v.1

COSTA, Rovílio; MARCON, Itálico. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: Fontes históricas*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1987.

### **Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**

Revistas do Arquivo Público e do Museu Júlio de Castilhos

### **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**

Relatórios do Presidente da Província (1845 – 1882).

MAPA estatístico da chegada dos colonos alemães. Livro III, p.34.

### **Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**

Relatório do Presidente da Província (1852 – 1888).

### **Arquivo Municipal De Caxias Do Sul João Spadari Adami**

Jornal *Il Colono Italiano*. (1913 – 1915) AMJSA.

Jornal *Folha de Caxias*. (números 56 ao 63 – ano I – Caxias do Sul) AMJSA.

Jornal *Correio Riograndense*. (Caxias do Sul, agosto/1969) AMJSA.

Jornal *Contexto*. (Carlos Barbosa, janeiro/2010) Biblioteca Municipal Carlos Barbosa.

MAPA estatístico da Ex Colônia Caxias, livro I. p.1

## Arquivo da Escola Superior de Teologia de Porto Alegre

Revista *Le Rosier de Saint François d'Assise*. (1912-1925)

## Provincial Reports, Center for research libraries

Recurso eletrônico disponível no endereço

[http://www.crl.uchicago.edu/brazil/provincial/rio\\_grande\\_do\\_sul](http://www.crl.uchicago.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul) Acesso entre março e setembro de 2010.

## **Bibliografia**

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1962*. Caxias do Sul: Paulinas, 1971.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos*. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1975.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.

BARBOSA, Fidelis Dalcin. *Prisioneiros dos bugres*. Juiz de Fora: Lar Católico, 1966.

\_\_\_\_\_. *O campo dos bugres*. Porto Alegre: Escola superior de Teologia (EST), 1975.

BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio kaingang no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, UNISINOS, 1995.

BOCCARA, Guillaume. *Guerre et ethnogenèse mapuche dans le chili colonial: l'invention du soi*. Paris: L'Harmattan, 1998.

\_\_\_\_\_. Etnogénesis mapuche: resistência y restructuración entre los indígenas del Centro-Sur de Chile (siglos XVI-XVIII), *Hispanic American Historical Review*, 79:3 (1999), pp. 424-461

\_\_\_\_\_. Fronteras, mestizajes y etnogenesis en las Américas In MANDRINI, Raul J. y Paz, Carlos D. (comp). *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano em los siglos XVIII-XIX. Un estudio comparativo*. Tandil/IEHS, 2003. p. 63-93.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica (1986). In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.



- BRUNELLO, Piero. *Pionieri: gli italiani in Brasile e il mito della frontiera*. Roma: Donzelli Editore, 1994.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1997.
- CARVALHO Jr., Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 2005.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CESAR, Guilhermino. *Formação do Rio Grande do Sul: o período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1972.
- CHAVES, Teodoro de Alfredo. *Cincoenta anos de atividades apostólicas dos Capuchinhos no Rio Grande do Sul – 1896-1946*. Caxias do Sul: Imprimatur, 1946: 165.
- CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas. In: *Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac&Naify, 2004, 229-270.
- COSTA, Rovílio. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educ, 1986.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Editora Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Mabilde e seus “apontamentos” sobre os coroados selvagens: Tentando separar informação de mistificação e preconceitos. 25ª Reunião Brasileira De Antropologia, 2006. [www.ifch.unicamp.br/ihb/texto/GT48Wilmar.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ihb/texto/GT48Wilmar.pdf). Acesso em 26 de agosto de 2008.
- ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em história da UFRGS*. 1994, p. 19-29
- FARAGE, Nádia. *As muralhas dos Sertões: os povos indígenas do rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- FRANCISCO, Aline Ramos. *Selvagens e intrusos em seu próprio território: a expropriação do território Jê no sul do Brasil (1808-1875)*. São Leopoldo, PPGH/ UNISINOS, Dissertação de Mestrado, 2006.
- FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- FREITAS, Ana Elisa de Castro. Garra de jaguar, cartucho de bala: poder, guerra e xamanismo: uma leitura a partir da arqueologia, história, etnografia e etnologia. In: *Mrü'r Jykre – a cultura do cipó: territorialidades Kaingang na margem leste do Lago Guaíba, Porto Alegre, RS*. Tese de Doutorado. UFRGS, Porto Alegre, 2005.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: Processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. Porto Alegre, Movimento, 1975.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Colônia Caxias: origens*. Porto Alegre: Escola superior de Teologia (EST), 1993.

\_\_\_\_\_. *Os povoadores da colônia Caxias*. Porto Alegre: Suliani, 1992.

1999?

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. IN: *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIRON, Loraine Slomp. *O imigrante italiano: agente de modernização*. In: *Imigração italiana: estudos*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1979.

GIRON, Loraine; BERGAMASCHI, Heloisa. *Terra e homens: colônias e colonos no Brasil*. Caxias do Sul: Educs, 2004.

GRUZINSKI, Serge. *El pensamiento mestizo: cultura amerindia y civilización del Renacimiento*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2007.

HECKNBERGER, Michael (org). Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na *longue durrée*, 1000-2000 D.C In: FRANQUETTO, Bruna; HECKNBERGER, Michael. *Os povos do Alto Xingu: historia e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. p.21-62

HILL,Jonathan D. *History, power, and identity: ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa: University of Iowa Press, 1996.

HOBBSAWN, Eric. Todo povo tem história. In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 185-200.

HUNSCHE, Carlos; ASTOLFI, Maria. *O quadriênio 1827-1830 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. GxW, 2004.

IOTTI, Luiza Horm. *O olhar do poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatos consulares*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KERBER, Alessander; PADANOV, Cleber Cristiano; PUHL, Paula Regina. Representações étnicas no folhetim “Maria Bugra: episódio dos princípios da colonização alemã” e a construção da identidade da cidade de Novo Hamburgo. *Anos 90*. v.14, n 26, Porto Alegre, dez 2007.

KUHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Leitura XXI, 2004.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças kaingang no Brasil meridional (1808-1889). In: *Pesquisas*, 56,2000.

\_\_\_\_\_. Kaingang e Missões Religiosas: situações de alianças e guerra. *Revista Tellus*, n. 16, Mato Grosso do Sul, 2009.

\_\_\_\_\_. Os Kaingangues: momentos de historicidades indígenas. In: KERN, Arno *et al* (org). *Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009. p.81-120.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, 155-172.

MANFRÓI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2001.

MARCON, Telmo (org). *História e cultura kaingang no sul do Brasil*. Passo Fundo, Editora da Universidade de Passo Fundo, 1994.

MENZ M., Maximiliano. Os escravos da feitoria do Linho Cânhamo: trabalho, conflito e negociação. *Afro-Ásia*, 32, 2005, 139-158.  
[http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia32\\_pp139\\_158\\_FeitoriaLinho.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia32_pp139_158_FeitoriaLinho.pdf) Acesso em 21/01/2011.

MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. O Desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo, Global, 1998. p. 221-222.

\_\_\_\_\_. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História indígena e do indigenismo*. Tese de Livre Docência. Campinas, Unicamp, 2001.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios kaingang: A história épica dos índios kaingang no Paraná (1769 – 1924)*. Maringá, EDUEM, 1994.

\_\_\_\_\_. *Os Kaingang do vale do rio Ivaí: história e relações interculturais*. Maringá: Eduem, 2008.

NASCIMENTO, Roberto R. F. do. *Campo dos Bugres – Sede Dante: a formação urbana de Caxias do Sul (1876-1884)*. Dissertação de Mestrado, PUCRS, Porto Alegre, 2009.

NAMEM, Alexandro Machado. *Botocudo: uma história do contato*. Florianópolis: Editora da UFSC; Blumenau: Editora da FURB; 1994.

NEUMANN, Eduardo. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757. *Revista Complutense de História de América*, 2000, 26: 73-92.

\_\_\_\_\_. *Práticas letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

NEUMANN, Eduardo; GRIJÓ, Luiz. *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de Oliveira. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed, 1976.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Paz e Terra, 1988.

PETRY, Leopoldo. *Die Mucker* (1940)

\_\_\_\_\_. *Historia da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed Centro 25 de julho, 1936.

\_\_\_\_\_. *O Episódio do Ferrabrás: Os Mucker – documentos para o estudo da história dos mucker do Ferrabrás*. Ed. Rotermund, 1957.

\_\_\_\_\_. *O município de Novo Hamburgo – Monografia*. Porto Alegre: Edições A Nação, [1940] 1959.

POLONI-Simard, Jacques. *Redes y mestizaje: propuesta para el análisis de la sociedad colonial*. In: BOCCARA, Guillaume & GALINDO, Sylvia (Eds). *Lógicas Mestiza em América*. Temuco, Chile: Instituto de estudos indígenas, 1999. p.113-137

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC, 2003.

PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gráfica Santa Terezinha, 1934.

POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1988.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

PREZIA, Benedito Antônio Genofre. Os Guaianá de São Paulo: uma contribuição ao debate. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, n. 8, 155-177, 1998.

RABUSTRE, Arthur. *Os inícios da colônia italiana do Rio Grande do Sul em escritos de jesuítas alemães*. Caxias do Sul:EDUCS; Porto Alegre: EST, 1978.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes, 1982.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

ROSA, Rogério Réus Gonçalves da. *A temporalidade kaingang na espiritualidade do combate*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 1998.

\_\_\_\_\_. Lenda e mito do cacique Nonohay: guerra e vingança Kaingague no fio do tempo. In: KERN, Arno *et al* (org). *Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009. p.137-159.

ROJAS, José Luis de. *La etnohistoria de América: los indígenas, protagonistas de su historia*. [Seleccionado por Guillermo Wilde]. Buenos Aires, SB, 2008.

SAHLINS, Marshall. *Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, [1981]2008.

\_\_\_\_\_. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1987]1997.

\_\_\_\_\_. *Cultura na prática*. 2. ed – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: EDENE, 1973.

SCHÄFFER, Neiva Otero. Os Alemães no Rio Grande do Sul: dos números iniciais aos censos demográficos. In: *Os Alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Editora da ULBRA, 2004.

SILVA, Sérgio Baptista da. *Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais*. Tese de Doutorado, USP, 2001.

\_\_\_\_\_. Dualismo e cosmologia Kaingang: o Xamã e o domínio da floresta. *Horizontes Antropológicos*. Ano 8, n. 18, 2002. p.189-209

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria, ou, um planetário de erro uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1981.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMMASINO, Kimiye. A ecologia dos Kaingang da bacia do rio Tibagi. In MEDRI, Moacir E. et al. *A bacia do rio Tibagi*. Lonfrina: M.E. Medri, 2002.

TRIGGER, Bruce. Ethnohistory: problems and prospects. *Ethnohistory*, 1982, 29: 1-19.

VEIGA, Juracilda. *Kaingang e Xokleng: inimigos preferenciais*. In: V Reunião de Antropologia do Mercosul, 2003, Florianópolis SC, V Reunião de Antropologia do Mercosul : Programas e resumos. V. único p. 290-291.

\_\_\_\_\_. *Aspectos Fundamentais da Cultura Kaingang*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2006.

\_\_\_\_\_. A guerra como elemento constitutivo da socialidade dos Jê meridionais. In: *Línguas e culturas Macro-Jê*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

WEBER, Regina. O avanço dos "italianos". In: *História em revista*. Pelotas, RS Vol. 10 (dez. 2004), p. 75-94.

WILDE, Guillermo. Orden y ambigüedad em la formación territorial Del Rio de la Plata a fines del siglo XVIII. *Horizontes Antropológicos*, 2003, ano 9 (19): 105-135.

\_\_\_\_\_. Prestígio indígena y nobleza peninsular: la inversión de linages guaraníes em las misiones del Paraguay. *Jahrbuch Fur Geschichte Lateinamerikas*, 2006: 119-145.

\_\_\_\_\_. *Religión y poder em las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.

WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

### **Bibliografia de Referência**

DICIONÁRIO Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Objetiva, 2009.

SILVA, J. Noberto de Soiza (coord). *Gallicismos: palavras e frases da Língua Franca introduzidas por descuido, ignorancia ou necessidade na língua portuguesa*, 1877.

VAINFAS, Ronaldo (coord). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.